

**MESTRADO EM DESIGN MANAGEMENT
2022**

**GUSTAVO DOS SANTOS
ALMEIDA**

**DE PESSOAS PARA PESSOAS: O DESIGN
PARTICIPATIVO NO COMBATE À
GENTRIFICAÇÃO EM LISBOA**

**MESTRADO EM DESIGN MANAGEMENT
2022**

**GUSTAVO DOS SANTOS
ALMEIDA**

**DE PESSOAS PARA PESSOAS: O DESIGN
PARTICIPATIVO NO COMBATE À
GENTRIFICAÇÃO EM LISBOA**

Dissertação orientada pela Prof.^a Doutora Joana Ramalho, Professora Auxiliar da Universidade Europeia e pela Prof.^a Doutora Sara Gancho, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Design Management e apresentada ao IADE - Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação da Universidade Europeia.

agradecimentos

Primeiramente, gostaria de dedicar esta dissertação à minha mãe pelo seu apoio incondicional e, também, pelas palavras e ações de incentivo e coragem durante todo o mestrado, mesmo quando separados por um oceano.

Além disso, não menos importante, gostaria de dedicar este documento e agradecer a todos os amigos que estiveram ao meu lado, desde o início da pandemia, durante este processo. Obrigado, amigos, pelo incentivo, força e ajuda em cada momento.

Gostaria de agradecer às professoras Sara Gancho e Joana Ramalho por toda paciência, confiança, assessoramento e compreensão durante o desenvolvimento deste documento.

palavras-chave

Gentrificação, Design Participativo, Comunidade, Lisboa, *Displacement*.

resumo

Esta dissertação busca apresentar a possibilidade do design participativo como agente de transformação em processos de gentrificação. Nosso campo de estudo deu-se na cidade de Lisboa, capital europeia em que facilmente se revelam evidentes os impactos relacionados ao fenômeno, como o êxodo populacional, a pressão no custo de vida provocada pela turistificação e a perda do senso de lugar em suas regiões tradicionais.

Para compreender o contexto que se pusera a investigação, desenvolvemos uma revisão literária que trouxe o entendimento das diversas nuances relacionadas à gentrificação e, adiante, ajudou a compreender como ela se desenvolve em Lisboa. Também, essa revisão nos permitiu aprofundar os temas ligados ao design participativo - inclusive sob a ótica de sua utilização em contextos de gestão urbana.

A seguir à análise teórica, procedemos com pesquisas quantitativas (*survey*) que foram utilizadas para medir o conhecimento da amostra sobre a gentrificação e também sua disponibilidade em contribuir em projetos ligados ao design participativo. Os resultados demonstraram que o conhecimento a respeito do primeiro tema (gentrificação) existe, mas esse nem sempre está associado ao nome do fenômeno; muitas vezes, é conhecido por meio dos seus impactos. No que tange ao design participativo, dois pontos mereceram destaque: muitos desconhecem a existência de canais de comunicação com as instituições públicas; e a grande maioria demonstrou acreditar no uso de métodos participativos para a tomada de decisões de impacto coletivo.

Em paralelo, conduzimos a pesquisa qualitativa, que se deu através de entrevistas semiestruturadas. Seus resultados mostraram novas realidades do contexto posto e contribuíram para que pudéssemos validar o design participativo como metodologia que auxilie a mitigar os impactos negativos da gentrificação.

key-words

Gentrification, Participatory Design, Community, Lisbon, Displacement.

abstract

This dissertation seeks to present the possibility of participatory design as an agent of transformation in gentrification processes. Our field of study took place in the city of Lisbon, the European capital where the impacts related to the phenomenon are easily evident, such as population exodus, pressure on the cost of living caused by touristification and the loss of a sense of place in its traditional regions.

To understand the context in which the investigation was set, we developed a literary review that brought the understanding of the various nuances related to gentrification and, further on, helped to understand how it develops in Lisbon. Also, this review allowed us to deepen the themes related to participatory design, including the perspective of its use in urban management contexts.

Following the theoretical analysis, we proceeded with a quantitative survey that was used to measure the participants' knowledge of gentrification as well as their willingness to contribute to projects following the participatory design method. The results showed that the knowledge about the first theme (gentrification) exists, but this is not always associated with the phenomenon's name; it is often known through its impacts. Regarding participatory design, two points should be highlighted: many are unaware of the existence of communication channels with public institutions; and the vast majority showed belief in the use of participatory methods for collective impact decision-making processes.

In parallel, we conducted qualitative research, which took place through semi-structured interviews. Its results showed new realities of the given context and contributed so that we could validate participatory design as a methodology that helps to mitigate the negative impacts of gentrification.

índice

1. Introdução	11
1.1 Contextualização do problema.....	11
1.2 Problema da investigação.....	11
1.3 Objetivos.....	12
1.4 Estrutura da Dissertação.....	12
2. Gentrificação: Estado da Arte.....	15
2.1 Contexto.....	15
2.2 <i>Displacement</i>	17
2.3 Gentrificação no contexto mundial.....	18
2.4 Gentrificação em Lisboa.....	21
3. Gestão do Design e Design Participativo: estado da arte.....	29
3.1 A Gestão do Design.....	29
3.2 Gestão participativa.....	31
3.3 Design Participativo.....	33
3.3.1 Contexto.....	33
3.3.2 Design Participativo como estratégia metodológica.....	34
3.3.3 Design Participativo e a Gentrificação.....	37
3.3.4 A coparticipação no contexto de Lisboa.....	39
3.3.5 Design participativo e a Gentrificação: o cenário de Lisboa.....	41
3.3.6 O Design Participativo como estratégia de mudança.....	43
4. Metodologia.....	47
4.1 A pesquisa quantitativa.....	49
4.1.1 Estruturação.....	49
4.1.2 Análise de dados.....	56
4.1.2.1 Amostragem.....	56
4.1.2.2 Resultados descritivos.....	56
4.1.3 A pesquisa quantitativa – considerações finais.....	66
4.2 A pesquisa qualitativa.....	68
4.2.1 Estruturação.....	68
4.2.2 Análise de dados.....	69

4.2.2.1 Resultados descritivos.....	69
4.2.3 A pesquisa qualitativa – considerações finais.....	78
5. Conclusões Finais.....	79
6. Limitações.....	81
7. Contribuições.....	82
8. Sugestões.....	82
9. Bibliografia.....	83
10. Apêndices.....	87

figuras

Figura 01.....	19
Figura 02.....	19
Figura 03.....	24
Figura 04.....	27
Figura 05.....	27
Figura 06.....	30
Figura 07.....	32
Figura 08.....	37
Figura 09.....	48
Figura 10.....	58
Figura 11.....	58
Figura 12.....	59
Figura 13.....	60
Figura 14.....	61
Figura 15.....	61
Figura 16.....	62
Figura 17.....	64

quadros

Quadro 01.....35
Quadro 02.....44

abreviações

SRU	Sociedades de Reabilitação Urbana
INE	Instituto Nacional de Estatística
DP	Design Participativo
AL	Alojamento Local
CML	Câmara Municipal de Lisboa

1. Introdução

1.1 Contextualização do Problema

O presente estudo busca compreender a gentrificação em Lisboa e, por meio de um amplo conjunto ferramental proposto pelos estudos do Design Participativo, identificar formas de minimizar os impactos oriundos deste fenômeno. Inserida em um contexto de turistificação, Lisboa convive com efeitos advindos desses processos de reconfiguração urbana. Como fator resultante, percebe-se a variação no custo de vida em determinadas regiões, especialmente nos bairros históricos, que deságua em processos de êxodo e exclusão social, perda identitária e, por consequência, redução na qualidade de vida de sua população. Essas mudanças resultam no esvaziamento dos bairros de sua população original e no impedimento da população desfavorecida socioeconomicamente de pertencer a tais lugares (Mendes, 2016). Este tema, como será abordado ao longo de nosso estudo, tem ganhado traços de maior relevo na agenda de discussões de Lisboa, que vê seus bairros ganharem novas dinâmicas e seus moradores perderem suas raízes.

Assim, faz-se necessário questionar e entender a dinâmica que ocorre entre as questões econômicas, sociais e políticas que estão por trás do fenômeno de gentrificação na capital portuguesa e de como o Estado tem gerenciado tais questões. Ainda que existam políticas públicas para o controle de preços, o alto índice de casas destinadas ao alojamento local torna a capital portuguesa cada vez mais distante de um cenário onde o custo de vida se adeque aos rendimentos de parte dos seus cidadãos. No entanto, Branco & Alves (2015) citam que, apesar das dificuldades, Portugal segue legislações que foram iniciadas em 2004 e que, já em 2012, contava com a criação da companhia de reabilitação urbana: as SRU – Sociedades de Reabilitação Urbana. Até hoje, essas instituições promovem a ideia de unir as entidades públicas ao setor privado na disponibilização de habitações acessíveis. Ainda que exista um empenho a fim de minimizar os impactos e controlar o que se tornou uma questão chave a ser resolvida, pouco se vê na prática o foco em solucionar tais fragilidades que rondam os cidadãos que são diretamente impactados pela falta de implementação de tais políticas.

1.2 Problema da investigação

Makachia (2014) trata da falta de conhecimento de muitos cidadãos quanto aos diferentes processos sociais dos quais são parte. Esse distanciamento ou, como refere o autor,

o *desengajamento* “produz bairros socialmente disfuncionais cujos moradores carecem de um forte senso de comunidade e consciência ambiental”¹. (*The Nordic Africa Institute*, 2014, p.1)

O mesmo fenômeno se dá em Lisboa, que embora conheça alguns processos de decisão participada, ainda encontra limitações na execução dessas medidas. Torna-se, assim, imprescindível que se reconheça a necessidade de uma maior participação dos cidadãos na formulação de políticas públicas, na gestão territorial e na adoção de mecanismos participativos que resultem em respostas eficazes na relação entre o cidadão e as instituições (Creighton, 2005). Buscamos, enfim, identificar soluções dentro do design participativo para que sejam minimizados os efeitos da gentrificação, que se expressam pelo déficit de habitações, a especulação imobiliária e pelo fluxo migratório para os subúrbios.

1.3 Objetivos

Ciente da relevância dessa abordagem, essa dissertação busca analisar alternativas, junto ao design participativo, que visem minimizar os efeitos da gentrificação e dos seus resultados econômicos e sociais, como os altos preços das casas e o deslocamento social – esses muitas vezes resultantes do movimento de reabilitações urbanas gentrificantes nos bairros históricos da cidade. Cabe, assim, questionar: é possível minimizar os impactos da gentrificação e promover políticas públicas de direito à habitação junto à comunidade por meio do design participativo? Por meio de estudos de caso, a resposta a essas questões tem como objetivo identificar possíveis soluções na prática conjunta do engajamento social, político e público quanto ao direito à habitação e ao combate da gentrificação, idealizando uma futura aplicação em Lisboa.

1.4 Estrutura da dissertação

Dentro da temática a ser analisada, o design participativo foi escolhido visto a sua relevância e necessidade. Esse vai então figurar como protagonista nas fases de análise, enquadramento e objetivos finais das questões a serem respondidas neste estudo. A adoção do seu uso justifica-se, portanto, pela revitalização do design e da pesquisa – que parte de uma geração de novos designers que assumem o desafio de abrir o processo para engajamentos e diálogos com pessoas fora da comunidade do design (Binder, Brandt & Gregory, 2009). Os autores mencionam, também, o rico engajamento entre grandes empresas

¹ “produces socially dysfunctional neighbourhoods whose residents lack both a strong sense of community and environmental awareness.” (*The Nordic Africa Institute*, 2014, p.1)

que empregam antropólogos e designers para estudar tendências futuras por meio de um envolvimento ativo com pessoas que podem, um dia, ser futuros usuários. Apresenta-se, assim, um vasto leque de oportunidades que abrangem o design participativo e que tendem a permitir e encorajar as pessoas a ampliar e mudar o que antes era considerado o design final (Binder, Brandt & Gregory, 2009).

Falanga (2020, p. 1) descreve o design participativo na gestão urbana como um conjunto de processos participativos para o desenvolvimento de uma ampla gama de domínio político que se diferem entre mecanismos representativos (eleições políticas, por exemplo), iniciativas de democracia direta (petições públicas e referendos) e formas de informação ou consultoria pública. O design participativo é, então, um movimento conduzido não simplesmente por um método ou conjunto de metodologias, mas considera-o como uma mentalidade em relação às pessoas – a crença que todos têm algo a oferecer ao processo de design quando bem orientados e providos de ferramentas adequadas para com qual for contribuição. (Sanders, 2002)

No tocante à metodologia, o estudo desenvolve sua análise baseado na compreensão do Design participativo para o desenvolvimento de uma sociedade pensada de pessoas para pessoas – a fim de que se verifique a viabilidade de sua aplicação, a partir de exemplos de gestões públicas e privadas no combate à gentrificação. Essas que, por fim, visam colaborar positivamente para o funcionamento da cidade, para uma revitalização urbana justa, para um equilíbrio no preço dos arrendamentos e para uma contenção efetiva no fenômeno de *displacement* de zonas já gentrificadas.

A condução deste estudo contempla uma pesquisa exploratória descritiva por meio de uma revisão bibliográfica e também através de métodos mistos de pesquisa, que convergem a aplicação de um questionário quantitativo (*survey*) e a realização de entrevistas qualitativas. A análise tende a abordar a contextualização dos objetos, suas implicações, limitações e recomendações futuras. O desenho da investigação e a recolha de dados formam uma análise integrativa de diferentes autores, que auxiliam na ideação de aplicação do design participativo como uma metodologia que contribua para a minimização dos efeitos da gentrificação e atue na promoção de uma cidade mais igualitária e saudável.

É possível perceber o impacto da gentrificação em Lisboa – desde o abandono dos prédios nas regiões históricas da cidade, fruto muitas vezes da especulação imobiliária e o conseqüente êxodo das regiões periféricas. É possível notar, muitas vezes, um desalinhamento estratégico no gerenciamento de questões como essas. Para além do enquadramento dos objetivos gerais, o direcionamento desta dissertação propõe fortalecer a

ideia de que o olhar social sobre a gestão da cidade deve ser tratado com a mesma relevância que seus aspectos econômicos e políticos. Nosso objetivo é, dessa forma, conhecer os aparatos técnicos que evidenciam uma resposta ao nosso problema de pesquisa, propor uma discussão no campo do desenvolvimento sustentável e contribuir para um pensar sobre a cidade que seja integral e, substancialmente, justo.

A formatação aplicada neste documento segue a norma *American Psychological Association* (APA).

2. Gentrificação: estado da arte.

2.1 Contexto

Considerando que o presente estudo busca validar a garantia do valor humano em meio à gestão pública diante dos efeitos da gentrificação e das habitações, percebe-se a necessidade de compreender a interpretação do indivíduo e da sociedade quanto aos efeitos que ela implica. Shaw (2008) apresenta a gentrificação como o fenômeno que se inicia a partir das modificações econômicas do mercado ao longo das últimas décadas. Com a falta de investimento nos anos 50 e 60 e a desindustrialização nos anos 70, as grandes cidades tiveram de percorrer novos caminhos e experimentar formas de reinvestir diante dessas transições – resultando na restauração de casas degradadas dos séculos XVIII e XIX e de antigas fábricas (Shaw, 2008) – acarretando o deslocamento de residentes e na modificação de bairros e cidades. O termo foi utilizado pela primeira vez em 1964, pela socióloga Ruth Glass, para descrever o movimento de famílias de classe média para áreas operárias em Londres. Mais tarde, Neil Smith (1982), a define:

“Por gentrificação, quero dizer o processo pelo qual bairros residenciais da classe trabalhadora são reabilitados por compradores de casas de classe média, proprietários e desenvolvedores profissionais. Faço a distinção teórica entre gentrificação e redensolvolvimento. O redensolvolvimento não envolve a reabilitação de estruturas antigas, mas a construção de novos edifícios em terrenos previamente desenvolvidos.” (p. 139)²

Esses novos elementos influenciam na realidade econômica, mas também social e urbana da região, colocando em xeque padrões e dinâmicas originais praticadas pelos habitantes locais. A relação entre esses antigos moradores e os novos frequentadores (que podem ou não ali viver) é um dos pontos centrais desse processo, uma vez que ela constrói um cenário de exclusão e de artificialização da realidade local em vários níveis.

² “By gentrification I mean the process by which working class residential neighborhoods are rehabilitated by middle class homebuyers, landlords and professional developers. I make the theoretical distinction between gentrification and redevelopment. Redevelopment involves not rehabilitation of old structures but the construction of new buildings on previously developed land.” (p. 139)

Há que se ter em conta que a gentrificação carrega consigo pontos positivos e negativos. No campo da crítica, é um fenômeno que provoca o deslocamento de populações originais, empobrecimento cultural, impedimento do acesso à habitação, entre outras perdas. Ao invertermos essa perspectiva, muitos consideram que esse movimento de arranjo urbano propicia a revitalização de áreas degradadas, amplia as receitas locais e promove a redução nas taxas de violência. De um lado, Sheppard (2012, p. 2) entende que “a gentrificação tem sido vista (no mínimo) como uma profanação infeliz de bairros urbanos interessantes e ‘autênticos’, uma diluição de vibrantes bairros étnicos em algo que é insosso e desinteressante”³. De outro, Shaw (2008) descreveu pesquisas que apresentam casos em que os moradores teriam saído voluntariamente das zonas gentrificadas e encontrado boas opções de moradia pelo mesmo valor em zonas vizinhas. Apontou, ainda, exemplos onde os senhorios teriam sido motivados, pela revitalização urbana, a reformar seus imóveis e aproveitar o aumento dos preços, ou seja, um movimento incorporado espontaneamente pela população local.

Visto tanto sob aspectos econômicos como sociais, valorados ou desprezados, favoráveis ou desfavoráveis, os processos de reurbanização de zonas residenciais são uma tônica do mundo contemporâneo. A gentrificação divide opiniões de pesquisadores e de gestores políticos. Onde alguns veem a oportunidade de revitalização de áreas construídas, outros à analisam como a ação causadora de movimentos involuntários dos pobres ou sem ganhos líquidos para as cidades (Atkinson, 2004, p.7), o que traz questões sociais relevantes à tona. O fenômeno tem sido o foco de debates entre pesquisadores e políticos, principalmente, nos Estados Unidos e na Europa (Sheppard, 2012). Atkinson (2004, p. 7) cita que o que torna o debate sobre a gentrificação tão complexo “é a interação entre as visões políticas do observador e a qualidade percebida durante o processo”⁴ – esse que pode ser justificado pelas revitalizações e, conseqüentemente, pelo reuso de espaços e a retomada deles no setor econômico. Contudo, enquanto alguns veem, muitas vezes, a salvação do mercado para as cidades, outros apontam para os resultados destrutivos de laços sociais opostas e do fenômeno do *displacement* (Atkinson, 2004).

³ “Alternatively, gentrification has been viewed (at a minimum) as an unfortunate desecration of interesting and “authentic” urban neighborhoods, a dilution of vibrant ethnic neighborhoods into something that is bland and uninteresting.” (Sheppard, 2012, p. 2)

⁴ “is this interaction between the political standpoints of observers and the perceived qualities of the process.” (Atkinson, 2004, p.7)

2.2 *Displacement*

O *displacement* é, sem dúvidas, um dos impactos mais notórios no que diz respeito à gentrificação. Visto de forma majoritariamente negativa, provoca a realocação das comunidades afetadas. É definido por Atkinson (2004) como um fenômeno involuntário de moradores. O Departamento de Moradia e Desenvolvimento Urbano dos Estados Unidos define o fenômeno como o resultado de condições que afetam moradores e imediações locais (Grier & Grider, 1978), enquanto outros autores, como London & Palen (1984, p. 12), caracterizam a força involuntária e o deslocamento de minorias e de moradores que não conseguem sustentar o valor das moradias a longo prazo. Essas alterações, portanto, modificam comunidades locais e setorizam espaços, consequentemente, alterando a sua identidade. De acordo com Sheppard (2012), o deslocamento diante da gentrificação modifica a realidade local, o que incentiva os moradores de uma determinada região a se engajarem enquanto comunidade - esses, por sua vez, caracterizam e dão significado a cidade. O *displacement* apresenta, portanto, um risco, não só àqueles que com ele sofrem, mas, também, aos que permanecem nas regiões afetadas.

Um fator que orbita o processo de gentrificação é o turismo - ou a turistificação de determinadas regiões. A relação entre esses dois fenômenos tem sido objeto de ampla análise, uma vez que muitos pesquisadores acreditam que a presença temporária de estrangeiros estimula a saída de moradores antigos, que tem de renunciar a seus imóveis para que se transformem em serviços de hospedagem de curta duração. A presença do Estado é fundamental nesse processo, uma vez que há da sua parte o incentivo para a “transformação dos bairros populares e históricos da cidade/centro em locais de consumo e turismo” (Mendes, 2017, p. 491). Esse processo de gentrificação turística deságua na perda de função inicial dos imóveis, “agravando tendências de desalojamento e segregação residencial, esvaziando os bairros de sua população original ou impedindo população de baixo estatuto socioeconômico de aceder à habitação nessas áreas” (Mendes, 2017, p. 491).

São inúmeros os exemplos de gentrificação ao redor do mundo no contexto das grandes metrópoles. Saskia Sassen, referência na pesquisa das cidades, indica em sua literatura que a gentrificação não é de todo um processo contemporâneo, contudo ganha seus traços mais marcantes nos últimos anos:

“Esse gigantismo urbano em proliferação foi fortalecido e possibilitado pelas privatizações e desregulamentações que decolaram na década de 1990 em grande

parte do mundo e continuaram desde então com apenas algumas interrupções. Seu efeito geral tem sido uma redução nos prédios públicos e uma escalada na propriedade privada de grandes corporações (...) Onde antes havia um prédio de escritórios do governo cuidando dos regulamentos e supervisão de um determinado setor econômico público e atendendo às reclamações do bairro local, agora pode haver uma sede corporativa, um prédio de apartamentos de luxo ou um shopping, muitas vezes guardado por funcionários de segurança armados particulares.”⁵

Não é por acaso que a gentrificação começa sendo identificada nas grandes cidades, já que estas têm maior concentração de capital. Contudo, cidades de menor porte começam a apresentar sintomas deste fenômeno, muitas vezes como consequência dos limites ultrapassados pelas metrópoles.

2.3 Gentrificação: contexto mundial

No Reino Unido, muitos casos de reurbanização das cidades pequenas se deram a partir de Londres. Após a pandemia da COVID-19, muitos trabalhadores migraram do centro da capital inglesa em busca de rendas mais econômicas – o que provocou uma pressão imobiliária nessas localidades. Mais antigamente, as desocupações de grandes conjuntos habitacionais também criaram uma pulverização populacional. Os gráficos de Herwig Scherabon a seguir mostram esse movimento:

⁵ “This proliferating urban gigantism has been strengthened and enabled by the privatizations and deregulations that took off in the 1990s across much of the world, and has continued since then with only a few interruptions. Its overall effect has been a reduction in public buildings and an escalation in large corporate private ownership (...) Where before there was a government office building handling the regulations and oversight of a given public economic sector and addressing the complaints from the local neighborhood, now there might be a corporate headquarters, a luxury apartment building, or a mall, often guarded by private armed security employees.” Retirado de <https://www.theguardian.com/cities/2015/nov/24/who-owns-our-cities-and-why-this-urban-takeover-should-concern-us-all>

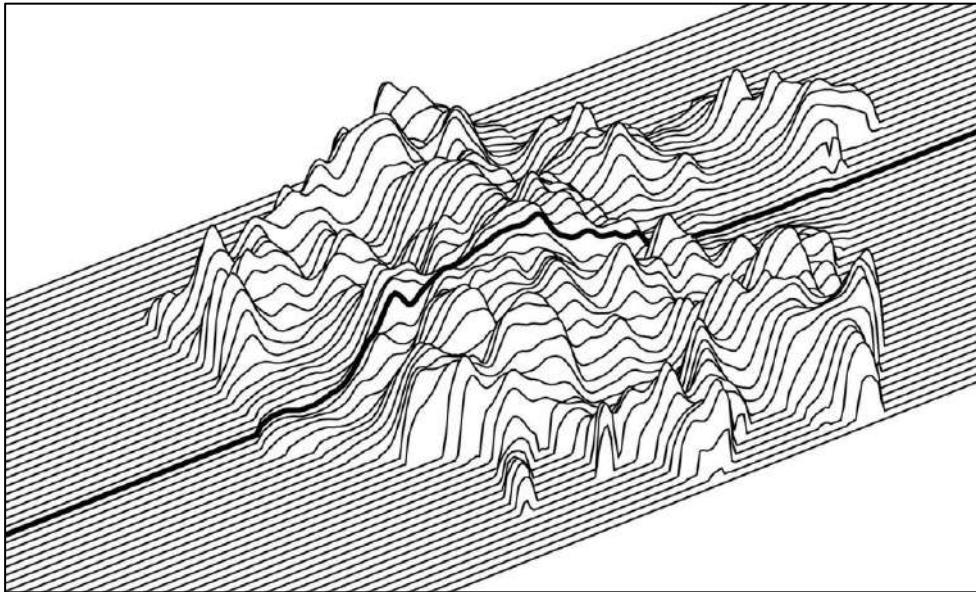


Figura 1. Esta imagem representa os valores das rendas em Londres, mostrando as mais baixas a este e as mais elevadas no centro, oeste e norte da cidade⁶.

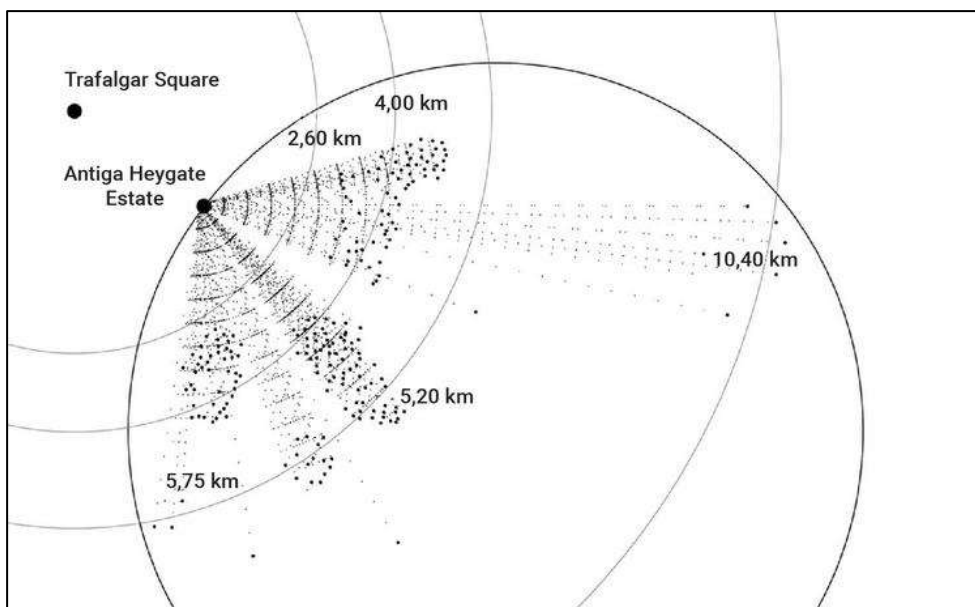


Figura 2. “As antigas residências Heygate em Londres foram demolidas em 2014 (atualmente, o local é conhecido por *Elephant Park*). Esta imagem é o mapa da deslocação que mostra para onde os antigos residentes foram direcionados. Os dados foram recolhidos pela comunidade das Heygate”⁷.

⁶ Retirado de <https://pt.ihodl.com/technologies/2016-12-11/arte-da-gentrificacao-dados-de-cidades-embelezados/>

⁷ Idem

Berlim guarda um caso de longa história com o fenômeno, sendo inclusive uma das primeiras cidades a intervir, por meio de legislação, no controle do aumento dos arrendamentos de imóveis. A necessidade se fez para conter a forte pressão do mercado imobiliário causada pela onda de novas empresas na região no bairro de *Kreuzberg*⁸, onde 85% dos moradores são locatários de suas casas. Essa questão na capital alemã ganha novos contornos quando, em 2018, o Google recua dos planos de instalar uma unidade da empresa na mesma região após forte movimento de resistência da comunidade local, que tem reconhecidos movimentos associativos de combate à gentrificação. O que se vê neste cenário é um coexistir de forças em prol do coletivo, onde se vê a ação “tanto do poder público em controlar o avanço dos aluguéis, quanto da organização da sociedade em prol de seus interesses”⁹. Nota-se assim que, embora não coordenados, ambos agentes conseguem provocar mudanças por seus meios. Nos Estados Unidos, outros exemplos podem ser encontrados, como na cidade de São Francisco, que tem um processo semelhante no *Silicon Valley*. Com a expansão das grandes corporações de tecnologia e a centralização deste mercado, profissionais altamente remunerados mudaram a dinâmica local e provocaram um forte desequilíbrio social que afasta das zonas centrais inúmeras pessoas, desde trabalhadores de rendas mais baixas até profissionais liberais como médicos e advogados.

“Eles foram retratados como ‘yuppies’ ‘colonizando’ a cidade. Por meio da força magnética de seu capital e de suas preferências de consumo, eles mudaram o mercado para fornecer a eles o alto nível de amenidades de varejo e moradia que eles podiam pagar.” (Goldman, 2013, p.11)¹⁰

Há, no entanto, iniciativas que buscam convergir interesses de ambos os lados, como o projeto *TechEquity Collaborative*¹¹, que promove a interação entre a população local e a indústria 2.0, mobilizando profissionais de tecnologia para participar ativamente dos processos de mudança social e economia sustentável. Na perspectiva da fundadora do projeto, novas companhias não podem significar a expulsão de moradores, mas sim a criação de redes de colaboração, em que sugere as empresas participarem ativamente junto às

⁸ Retirado de <https://www.theguardian.com/cities/2018/may/09/fuck-off-google-the-berlin-neighbourhood-fighting-off-a-tech-giant-kreuzberg>

⁹ Retirado de <https://www.archdaily.com.br/br/897204/precisamos-falar-sobre-gentrificacao-e-ecossistemas-de-inovacao>

¹⁰ “They were portrayed as ‘yuppies’ ‘colonizing’ the city. Through the magnetic force of their capital and their consumer preferences, they shifted the market towards providing them with the high-level of retail and housing amenities that they could afford.” (Goldman, 2013, p.11)

¹¹ Retirado de <https://techequitycollaborative.org/about/>

comunidades, construindo estratégias de desenvolvimento, como formação técnica para pessoas da comunidade, bem como a contratação de serviços locais.

De volta à Europa, veremos que grande parte dos casos de gentrificação no continente vão estar ligados intimamente com ondas de gentrificação, que ocupam cidades em todo o mundo. Em Berlim, existem ruas nas quais todos os imóveis são vocacionados para arrendamentos de curta temporada (Schäfer & Braun, 2016). Em Barcelona, o aumento do fluxo turístico nas últimas décadas praticamente dissipou os moradores originais do centro da cidade. Enquanto isso, a onda de gentrificação de Lisboa, embora mais recente, traz as mesmas dificuldades. Números levantados por Cocola-Gant et al. (2020) indicam que 25% das acomodações da região centro-histórica da capital portuguesa estão no cardápio de apartamentos da plataforma Airbnb. A pressão do mercado imobiliário, o aumento do turismo, entre outros fatores gentrificadores, faz com que o sul da Europa busque soluções em diversas frentes para conter o avanço do fenômeno – ou pelo menos mitigar seus impactos.

2.4 Gentrificação: Lisboa

As primeiras evidências do processo de gentrificação que acontecem em Lisboa datam do princípio dos anos de 1980, quando se nota uma gradativa afluência de novos moradores nos centros urbanos e, em grande parte, os consequentes deslocamentos da população original para áreas marginais. Diversos estudiosos relatam que a convergência entre o aumento do acesso ao crédito e a progressiva diminuição nas taxas de juros fizeram com que a opção pela compra de uma casa fosse mais interessante do que arrendar. Essas ondas de reordenamento urbano ganham um novo relevo com a crise econômica de 2008 e, a partir daí, diversos outros eventos passam a contribuir para a manutenção deste cenário: a ampliação na quantidade de alojamentos locais, programas de renda, vistos *gold*, entre outros. A pressão do turismo que a cidade recebeu nos últimos 10 anos também incorpora esse cenário.

O caso português é bastante singular para entendermos esse processo. Em entrevista extinto jornal O Corvo, o professor Luís Mendes, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, afirma que de há uma década para cá, os bairros históricos do centro de Lisboa estão a conhecer uma intensificação muito grande da gentrificação, em virtude de uma aceleradíssima turistificação. Estatísticas mostram que Lisboa recebeu 24,6 milhões de turistas em 2019 (último ano antes da pandemia de Covid-

19)¹², uma relação de turista por habitante maior que outros destinos, como Paris ou Barcelona. Esse movimento gera, muitas vezes, incômodo para aqueles que precisam se realocar ou conviver com as profundas alterações de custos de vida e com as mudanças na dinâmica urbana da região. De outro ponto de vista, há aqueles que viram nesse processo de gentrificação turística uma boa oportunidade de negócio e criaram releituras de seus produtos e serviços para se posicionar em meio a tais mudanças¹³.

Colher os benefícios socioeconômicos trazidos pela modernização e pelo aumento das receitas do turismo, manter a sua população original dentro de padrões razoáveis de custos de vida, preservar a história e a identidade de uma comunidade tem sido alguns dos desafios para o poder público, a iniciativa privada e, também, a população. Um exemplo disso acontece no bairro da Alfama, especialmente nos miradouros e seus entornos – como o de Santa Luzia. A frequência é composta em grande parte por turistas que chegam (a pé ou a bordo dos elétricos e *tuk-tuk's*) das regiões do Castelo, da Alfama ou da Sé. O comércio de *souvenirs*, a criminalidade personificada por carteiristas, a superabundância de grupos estrangeiros e escolares e a variedade de hotéis transformam este espaço e o seu entorno em um sítio sem significado para os muitos que não vivem ali.

No entanto, os moradores da região guardam nesse miradouro fortes traços comunitários – algo comum de ser visto entre as pessoas que vivem nessa região –, correlacionando suas histórias e configurando importantes elementos de sua identidade; por sua vez, os comerciantes ali instalados – muitas vezes imigrantes-empREENDEDORES – o percebem numa relação simbólica que é fundamental para seus negócios; muitas vezes, o consumo se dá mais pela imagem que o objeto carrega do que propriamente pela sua funcionalidade final (Debord, 1967). A representação dos produtos ali vendidos transcende a sua natureza original e uma caneta com a bandeira de Portugal deixa de ser uma ferramenta de escrita para se tornar uma memória de viagem, por exemplo. Ao refletir sobre os aspectos fundamentais das grandes cidades, Solà-Morales afirma que:

“Os hotéis, restaurantes de fim de semana ou de turismo, as discotecas suburbanas são os espaços ambíguos onde se manifesta a forma pública de nossas cidades. A periferia

¹² <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=portugal-e-o-15-destino-mundial-em-2019-no-barometro-omt>

¹³ Uma página na Internet criada pela Associação Renovar a Mouraria organiza e divulga uma série de empreendimentos locais que preservam a identidade multicultural dessa zona. O texto de apresentação do site Retalhos da Mouraria em formato de manifesto, apela para a visita aos seus comerciantes, que vão desde as tradicionais tascas até lojas típicas ou mercados étnicos.

metropolitana, verdadeiro centro – paradoxalmente – da vida futura das cidades é feita desses espaços que, sem a retórica da representatividade formal, significarão os lugares de interesse comum” (2001, p. 10)

Essa equação que coloca em mesmo patamar o agente gentrificador e a celebração da retórica representativa de uma cidade será percebida na *Rota das Tasquinhas*. Idealizada pelo projeto Renovar a Mouraria, o percurso organizado que mapeia e credibiliza restaurantes locais de gastronomia portuguesa, busca fomentar e modernizar o comércio local, com vistas ao atendimento das populações locais, mas, também, de estrangeiros. Não propriamente como mecanismo de resistência, mas de aproveitamento de situação, a Rota das Tasquinhas é uma manifestação de autogestão local, uma vez que valoriza a identidade dessa região e cria uma barreira de proteção frente aquilo que não faz parte da cultura local. Essa prática organizada potencializa o comércio e atrai turistas, mas não tira do foco as preocupações com a manutenção dos valores simbólicos da zona.

Iniciativas como as aqui apresentadas demonstram uma otimista dinamização econômica, mas certamente não freiam aquilo que se considera como um dos grandes nós da gentrificação: a elevação no custo de vida, principalmente pelo preço das habitações na cidade. Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram que em Lisboa, assim como em Londres, a gentrificação empurra as populações para cidades afastadas do centro da capital – e faz com que também estas zonas sejam impactadas. Se até 2019, último ano pré-confinamento, viu-se uma aceleração expressiva¹⁴ no valor dos imóveis, os dados que vieram depois apresentaram as consequências. Em relatório apresentado no dia 21 de Abril de 2022, o INE indica que o “preço mediano da habitação adquirida por compradores com domicílio fiscal no estrangeiro foi mais do dobro do preço da adquirida por compradores com domicílio no território nacional”¹⁵ (Figura 3).

¹⁴ Retirado de

https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=556919537&att_display=n&att_download=y

¹⁵ Retirado de

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=472940326&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

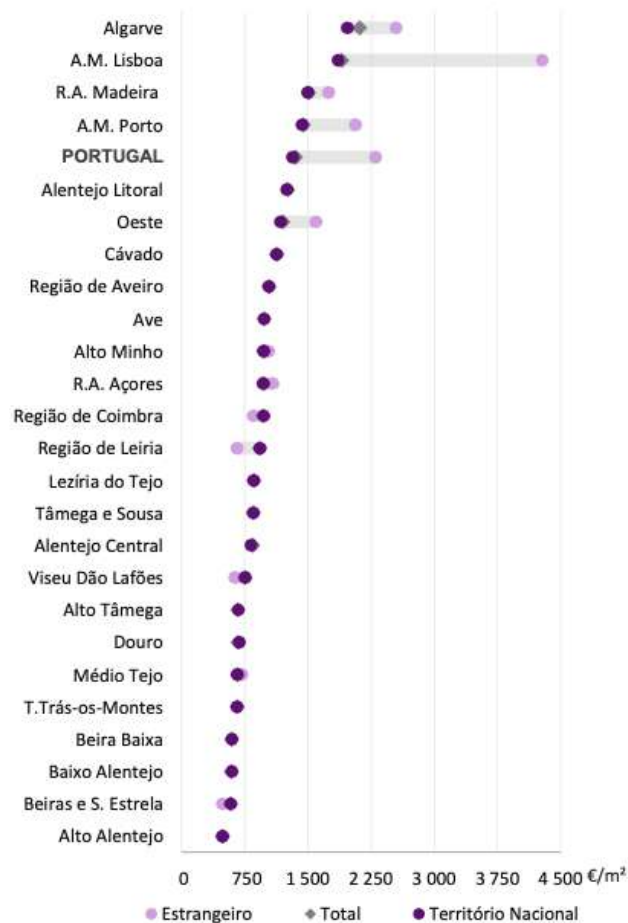


Figura 3. Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares por domicílio fiscal do comprador, Portugal e NUTS III, 4^oTR (INE, 2022).

No relatório seguinte, publicado em julho do mesmo ano, o Instituto indica uma aceleração significativa dos preços na Área Metropolitana de Lisboa – como em efeito cascata, partindo do centro no sentido das zonas periféricas. A cronologia das pesquisas aqui referidas ilustra senão um claro processo de gentrificação, uma coincidência que a caracteriza de maneira bastante didática.

Medidas de contenção à gentrificação podem nascer de diversos lugares, inclusive pela imposição estatal. No campo do poder público, a quem recai a responsabilidade primeira pela garantia das condições de vida de uma cidade, vimos algumas iniciativas que buscam contribuir para a mitigação dos efeitos do fenômeno.

“(…) é necessário reforçar o poder municipal local como agente regulador do desenvolvimento turístico na cidade. Não basta ter uma missão clara, estratégias e objetivos ou financiamento adequados. As capacidades do Estado (capacidade

técnico-burocrática e administrativa, a capacidade jurídica, a capacidade de infraestrutura e capacidade fiscal) são necessárias para mobilização políticas de regulação para produzir uma cidade da maioria e do colectivo.” (Luís Mendes, 2016, pág. 1).

Diversos dispositivos legais foram criados na cidade de Lisboa para reduzir a especulação imobiliária e os impactos da turistificação. Em 2022, a Assembleia Municipal de Lisboa¹⁶ determinou a suspensão de novos registos de alojamento local em mais da metade das freguesias da cidade. Como critério para aplicação da norma, o “rácio entre o número de estabelecimentos de alojamento local e o número de fogos de habitação permanente igual ou superior a 2,5%”¹⁷. O que se revelou, afinal, foram dados que se distanciam enormemente da taxa mínima fixada – a freguesia da Misericórdia tem um rácio de 39%; a de Santa Maria Maior alcança o índice de 52%. O que se pôde ver nesse curto período de vigência da lei foi a redução imediata em 9% no valor das rendas nos bairros onde os AL foram proibidos¹⁸. Contudo, é inevitável supor que esta estratégia tenha sido executada tardiamente.

A reconfiguração dos *Vistos Gold*¹⁹, criados em 2012 como parte de uma política de atração de investimentos estrangeiros em Portugal, concede autorização de residência para pessoas que, por exemplo, adquiram imóveis ao preço mínimo de 500 mil euros. Por um lado, o projeto ampliou as receitas em Portugal e possibilitou a entrada de “investidores estrangeiros para o país, o que ajudou muito o boom do turismo”²⁰. Quando completou 10

¹⁶ O Regulamento Municipal do Alojamento Local, promulgada em 22 de março de 2022, traz em seu primeiro segmento a justificação das ações que compõem o documento: “Ao crescimento do turismo na cidade de Lisboa, a que temos assistido nos últimos anos, junta-se um conjunto alargado de fatores, entre eles, a significativa subida dos preços da habitação por efeito de um prolongado período de baixas taxas de juro. Esta crescente procura imobiliária determinou uma subida acentuada das rendas e a precariedade do alojamento, tornando necessária a implementação de um conjunto de políticas públicas urbanísticas, com vista, nomeadamente, a defender o stock de habitação permanente, limitar a instalação de novos estabelecimentos turísticos nos bairros onde a sua presença já tem um peso excessivo em relação à residência total disponível, protegendo a identidade dos bairros da gentrificação e favorecendo o arrendamento acessível. Retirado de <https://www.am-lisboa.pt/documentos/1572569818K4zNI7pt9Wn48CV2.pdf>

¹⁷ Retirado de <https://cnnportugal.iol.pt/camara-de-lisboa/alojamento-local/camara-de-lisboa-aprova-prorrogacao-da-suspensao-de-novos-registos-de-alojamento-local/20220914/6321efc60cf26256cd35b438>

¹⁸ Retirado de <https://www.nit.pt/fora-de-casa/na-cidade/preco-das-casas-desceu-9-nas-freguesias-onde-foram-proibidos-novos-alojamentos-locais>

¹⁹ O titular e beneficiário da autorização de residência para investimento (“ARI”) ou “*Golden Visa*”, tem o direito de: residir em Portugal, exercer uma atividade profissional em Portugal, circular livremente com dispensa de visto, pelos países do espaço “Schengen”. Poderá ainda, obter uma Autorização de Residência Permanente após um período de cinco anos, sem limite de validade, estando apenas sujeita a renovações normais à semelhança de um cartão de cidadão nacional e sem qualquer imposição de estadia mínima. Pode adquirir a cidadania portuguesa, após 5 anos da autorização de residência temporária), de acordo com a legislação aplicável e em vigor. Retirado de <https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalle.aspx?nID=62>

²⁰ Retirado de <https://eco.sapo.pt/2020/04/15/investimento-captado-com-vistos-gold-em-minimos-de-quase-dois-anos-daqui-a-uns-meses-governo-vai-pensar-duas-vezes/>

anos e depois de ter atraído cerca de 6 mil milhões de euros em investimentos imobiliários²¹, o programa passou por revisões e, desde o início de 2022, as regras deste programa excluem a possibilidade do emprego de capital estrangeiro ser feito nas regiões de Lisboa, do Porto e em outras regiões costeiras do país. A consequência imediata foi uma menor entrada de dinheiro no país por esta via, contudo aquele que entrou foi distribuído para outras zonas. A consequência almejada é um relaxamento nos custos de vida destas cidades, porém somente será possível aferir com o tempo.

Para além das questões jurídicas e económicas, as mudanças urbanas que afetam o espaço público também são fruto da gentrificação. E nesse contexto, quando a necessidade de intervir se faz, meios impositivos tendem a não ser tão efetivos. Por isso, quando a gestão da cidade integra a população para a tomada de decisões locais, vistas sob o prisma de que um contexto é feito de muitas partes, o produto dessa relação mostra efeitos positivos.

"Quando se projecta no e para o espaço público, é necessário compreender que os produtos e espaços que desenhamos são pertença da colectividade, logo deverão constituir-se como suporte fundamental para a construção da identidade do lugar, em que a noção de apropriação é, por consequência, essencial." (Águas, 2012, pág. 58)

No bairro de Martim Moniz a reabilitação da praça de mesmo nome experimentou um processo de consulta pública²² interessante que será detalhadamente abordado no próximo capítulo. Interessa aqui destacar um avanço das tomadas de decisão na cidade, no sentido de envolver o cidadão nas mudanças que lhe afetem. Depois do processo de escuta à comunidade, o projeto arquitetónico será escolhido pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) por meio de um concurso internacional. Por fim, eleger-se-á a empresa de engenharia que executará as obras que tem previsão para serem finalizadas em 2025.

Como pudemos ver ao longo destas páginas, o processo de gentrificação tem impactos presentes em todo mundo, não apenas nas grandes cidades, mas também começa a ser irradiado para cidades periféricas, como em efeito de onda. Esse tema é visto em inúmeros estudos, investigações jornalísticas e manifestações públicas. As imagens a seguir (Figuras 4 e 5), capturadas nas ruas da capital portuguesa, reafirmam a presença deste tema no cotidiano da cidade.

²¹ Retirado de https://www.sef.pt/pt/Documents/AGOSTO%20_2022_ARI%20CUMULATIVO.pdf

²² Retirado de <https://lisboaparapessoas.pt/2022/07/30/martim-moniz-praca-concurso-de-concepcao/>



Figuras 4 e 5. Graffiti na Freguesia de Santo António e manifestação no Largo do Intendente acerca das políticas de habitação (Do Autor, 2020).

Suas causas e efeitos muitas vezes se confundem e caminham em paralelo. Como um processo complexo, os movimentos urbanos afetam diferentes pessoas, de diferentes formas. Aquilo que pode ser positivo para um lado, poderá ser negativo para outro. Se a construção de um centro comercial moderniza a cidade e amplia a oferta de postos de trabalho, o mesmo empreendimento pode ser gerador de despejos, de poluição e de mudanças no contexto sociocultural daquela região.

Há, contudo, movimentos positivos de combate à gentrificação. Se antes ela era apenas vista como um fenômeno urbano, atualmente, ela passa a ser vista também como um problema complexo gerado pelo crescimento das cidades. E, por consequência, seus gestores passam a executar ações a fim de mitigar seus efeitos. Em cidades como São Francisco e Berlim, pudemos verificar alguns exemplos de como a luta pela preservação das comunidades é relevante e cria espaços de escuta em prol do benefício comum. Ora ele advém de manifestações descoladas do poder público, ora da iniciativa privada ou ainda por força da lei. Em Lisboa, essas mesmas diretrizes vem sendo adotadas em projetos que objetivam sua estruturação a partir da colaboração dos cidadãos. Porém, como em outras grandes cidades, essas ações ainda não conseguem dar conta de toda a demanda de suas

populações e nem as trazer integralmente para a construção das soluções. Vemos, assim, um imenso campo para aplicações de soluções participativas, que possam contribuir de forma eficiente e direta para o desenvolvimento sustentável das cidades.

3. Gestão do Design e Design Participativo: estado da arte.

3.1 A Gestão do Design

A Gestão do Design é ainda uma disciplina recente e sua evolução passa diferentes fases, tendo sua terminologia sido apresentada em 1965 pela *The Royal Society of Arts (RSA)* (Best, 2006). A partir da necessidade da sistematização do Design, ela foi formalizada como uma disciplina somente na segunda metade do século XX²³, tornando-se uma, por fim, uma estratégia de inovação.

O *Design Management*, neste documento abordado como Gestão do Design, pode ser interpretado de modo polissêmico. A matéria é apresentada por Best (2006) como um campo imerso em uma pluralidade de significados – custosa de definir – que se origina da fusão da concepção da Gestão e do Design; esses campos também se caracterizam pela ampla cartela de definições que carecem de precisão e especificidade se analisados individualmente:

“Não existe uma definição única e universalmente aceita do termo 'gestão de design', assim como não existe uma definição única acordada de 'design' ou, de fato, de 'negócio'. Ao olhar para a natureza do 'design', a palavra em si é tanto um substantivo (um resultado) quanto um verbo (uma atividade). O resultado de um projeto de design pode ser visto nos produtos, serviços, interiores, edifícios e processos de software com os quais entramos em contato diariamente. O gerenciamento desses projetos de design é apenas um aspecto do gerenciamento de design. A atividade de projetar é um processo de resolução de problemas centrado no usuário, que também precisa ser gerenciado e, portanto, é outra faceta do gerenciamento de design (p. 12).”²⁴

Desta forma, percebe-se a diversidade de oportunidades ao tentar compreender o seu significado, ainda que se concentrem, unanimemente, em uma abordagem focada no usuário. Também conhecida pelo conceito *user-centered approach*, ela visa potencializar o

²³ Retirado de <https://www.interaction-design.org/literature/article/design-management-an-introduction-taking-charge-of-processes-and-people>

²⁴ “There is no single, universally agreed definition of the term ‘design management’, just as there is no single agreed definition of ‘design’, or in fact of ‘business’. When looking at the nature of ‘design’, the word itself is both a noun (an outcome), and a verb (an activity). The outcome of a design project can be seen in the products, services, interiors, buildings and software processes that we come into contact with daily. The management of these design projects is only one aspect of design management. The activity of designing is a user-centered, problem-solving process, which also needs to be managed and therefore is another facet of design management.” (p. 12)

engajamento individual, condição dominante presente no design e nas suas demais ramificações, em comum definição.

O Instituto de Gestão do Design (*Design Management Institute*) refere-se à disciplina como aquela que “engloba os processos contínuos, decisões de negócios e estratégias que (...) melhoram nossa qualidade de vida e proporcionam sucesso organizacional”²⁵. Borja de Mozota (2003) define a Gestão do Design como uma gestão de contributos que criam valor diante de diferentes comportamentos e metodologias de cada empresa e que deve aplicar conceitos e métodos que busquem satisfazer as necessidades de usuários e stakeholders. Enquanto isso, Wolff (2010) define a disciplina como outra maneira de pensar o design, com ênfase em contribuir para a melhoria das performances organizacionais em diferentes esferas e departamentos. Verifica-se, assim, a ligação direta entre o design e diferentes modelos de gestão que, em conjunto, buscam contribuir para a otimização de estratégias multidisciplinares, focando no usuário.

Best (2006) defende a associação de diferentes esferas as quais o design contempla. Dentro das organizações, a primeira, compreendida pelo design no nível estratégico, tende a considerar a ferramenta quanto às políticas empresariais. No nível tático, o design se faz presente dentro de processos e sistemas de determinadas unidades de departamento e, por último, o design colabora com o nível das operações, onde “se manifesta nos produtos, serviços e experiências físicos e tangíveis – a implementação de projetos e processos que o cliente pode realmente ‘tocar’.” (p. 17) conforme mostra a figura 6:

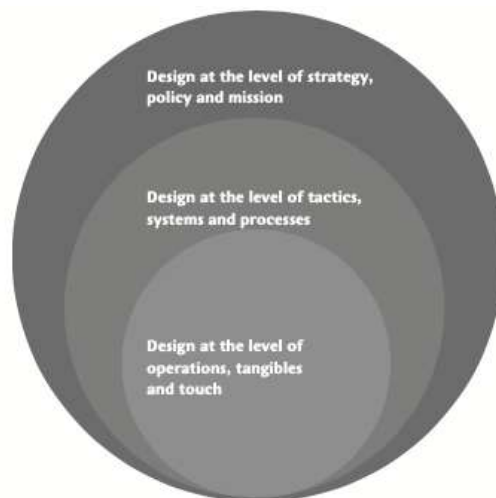


Figura 6. Os três níveis do design em diferentes esferas das organizações (Best, 2006, p. 17).

²⁵ “encompasses the ongoing processes, business decisions, and strategies (...) that enhance our quality of life and provide organizational success.” Retirado de https://www.dmi.org/page/What_is_Design_Manag

Powell (2004 *apud* Best, 2006), atual presidente do Instituto de Gestão do Design, define a relevância do *Design Management* de quatro formas distintas: (i) empresas tem compreendido o papel do design em gestão e inovação como uma técnica significativa e que emana vantagens competitivas, (ii) as pessoas, junto ao crescimento no mercado, tornam-se decididas em aprimorar a sua qualidade de vida e, portanto, exigindo mais do que apenas o gerenciamento eficaz do design pode oferecer em um bom design, (iii) a transformação e mudança do comportamento da Gestão do Design para a “gestão para o design” permite verificar o potencial real do design e, por último, (iv) o papel cada vez mais relevante do design contribui para a construção de uma ligação entre aspectos econômicos e culturais de diferentes nações – existindo, portanto, uma cooperação relevante na construção de sociedades saudáveis e equilibradas. A Gestão do Design vê crescer sua relevância na medida em que a competitividade do mercado também cresce e procura por inovação. A mudança de mentalidade em gerir com foco no design possibilita que enxerguemos o potencial real da disciplina, centralizando o foco no usuário e, também, aspirando possibilitar uma troca saudável e sustentável entre sociedades e comunidades.

3.2 Gestão Participativa

Torna-se valoroso destacar que a Gestão do Design entende a necessidade de envolver *stakeholders* nas tomadas de decisão. Para além de questões que envolvam majoritariamente a aplicação da disciplina no contexto de processos de produção, gestão e serviços, Best (2006) acrescenta que o design também pode contribuir para questões sociais e ambientais e, quando abordado de forma responsável, torna-se uma ferramenta importante para a formação de um futuro mais justo a partir do envolvimento dos interessados. Tais técnicas permitem, então, conectar e envolver consumidores e usuários a partir de estratégias do design, potencializando o desenvolvimento de processos e projetos.

Para Jan Gehl (2013), as construções urbanas possuem influência direta no comportamento das pessoas e na relação que elas estabelecem com o espaço. A Gestão Participativa – também no sob seu aspecto urbanístico – vai ao encontro da Gestão do Design em um mundo que passa por mudanças nos contextos de urbanização. Brenner & Smith (2015) apontam que o urbanismo tem passado por diferentes processos e da necessidade em que temos de perceber suas mudanças de forma não estática e coletiva. Reforça-se, portanto, a necessidade das metodologias do design coexistirem aos *stakeholders*, neste caso, à comunidade, para a construção de cidades mais justas e mais fortalecidas.

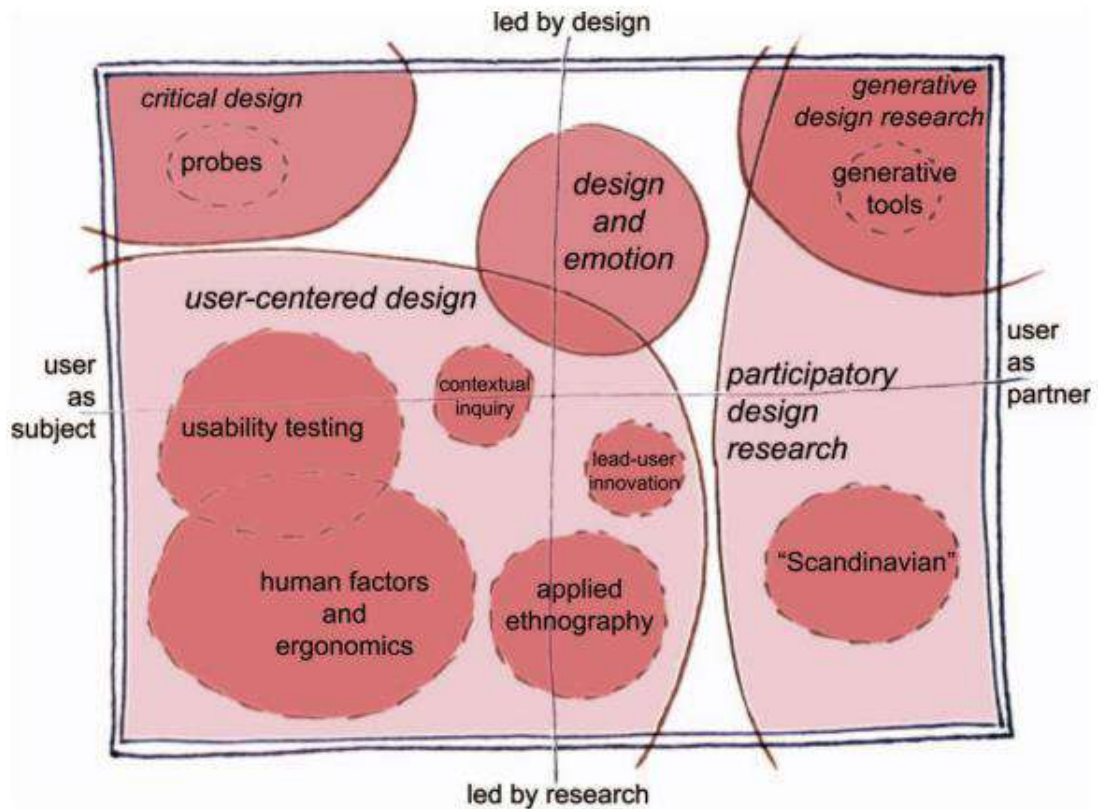


Figura 7. “O cenário atual da pesquisa em design centrado no ser humano, conforme praticado no design e desenvolvimento de produtos e serviços.”²⁶ (Sanders & Stappers, 2008, p. 6).

No quadro acima, embora as metodologias com foco no ser humano estejam distribuídas por todo o gráfico, percebemos a divergência entre os mesmos métodos que se aloca entre aqueles que focam no usuário como sujeito e os que incluem o usuário como participante ativo nas tomadas de decisão e de desenvolvimento. A metodologia participativa de pesquisa detém o usuário como parceiro ao longo do processo de desenvolvimento e abriga o seu campo de influência num universo homogêneo entre o design e a pesquisa. Na continuação do capítulo, compreenderemos o design participativo e a sua relevância na configuração deste documento como modelo guia na minimização dos efeitos que o objeto de estudo implica.

²⁶ The current landscape of human-centered design research as practiced in the design and development of products and services. (Sanders & Stappers, 2008, p. 6).

3.3. Design Participativo

3.3.1 Contexto

Compreender o design participativo (que também será abordado nessa dissertação pelos termos co-design ou por sua abreviatura DP) passa por conhecermos sua história e destacarmos seus fundamentos. Esse método surgiu no norte da Europa nos anos de 1970 com o objetivo de integrar trabalhadores a um item que prometia revolucionar a vida da sociedade: o computador. De acordo Simonsen & Robertson (2013), a aproximação de designers e os empregados de organizações seria a chave para estabelecer a criação do processo de aprendizagem. Mais tarde, essa matéria foi recebendo novas camadas de complexidade, tornando-a uma alternativa de gestão que partia do ponto de vista dos usuários e os integrava ativamente na construção de soluções.

Diversos autores vão tratar o design participativo (ou co-design) como um processo de aprendizagem mútua, conforme acrescentam Simonsen & Robertson (2013):

“Os participantes normalmente assumem os dois papéis principais de usuários e designers, onde os designers se esforçam para aprender as realidades da situação dos usuários enquanto os usuários se esforçam para articular seus objetivos desejados e aprender os meios tecnológicos apropriados para obtê-los.”²⁷ (p.2)

Aqui, percebemos uma clara rutura com processos de gestão verticalizados. No conceito estudado neste capítulo, estamos localizados em um sistema de maior horizontalidade, não-hierárquico e colaborativo, no qual temos os *stakeholders* como balizadores e agentes da mudança. O que se revela enfim “é a crença de que todas as pessoas têm algo a oferecer ao processo de design e que podem ser articuladas e criativas quando recebem as ferramentas apropriadas para se expressar”²⁸ (Sanders, 2002, p.1). Se trata de olhar os problemas de design de maneira complexa e abandonar uma visão binária de causa-efeito.

Composto por um conjunto de técnicas e métodos de trabalho, essa mentalidade é conduzida por pressupostos norteadores que valoram em igualdade todas as etapas e pessoas envolvidas no resultado desse *design*. A sua aplicação tem de considerar, especialmente, a

²⁷ “The participants typically undertake the two principal roles of users and designers where the designers strive to learn the realities of the users’ situation while the users strive to articulate their desired aims and learn appropriate technological means to obtain them.” (Simonsen & Robertson, 2013, p. 2)

²⁸ “It is the belief that all people have something to offer to the design process and that they can be both articulate and creative when given appropriate tools with which to express themselves.” (Sanders, 2022, p.1)

equidade na participação dos atores envolvidos – um projeto de combate à gentrificação, por exemplo, deve ter em análise as diversas perspectivas (a população como centro e o poder público como mediador) de forma proporcional. A cocriação centrada no usuário abandona uma lógica na qual o público-alvo tem um papel de menor importância e o insere nas etapas de identificação de necessidades, construção e compartilhamento de ideais, alinhamento de validação de hipótese e prototipagem.

O uso do co-design nasce no contexto empresarial e nele se desenvolve desde suas primeiras aplicações, objetivando a criação de uma cadeia de valor. Sobre isso, Stein et al. (2021), destaca a evolução dos conceitos:

“Conforme o design avança, os aspectos subjetivos ganham espaço antes destinado a critérios objetivos: do ‘usuário’ o enfoque se expande para o ‘contexto’, depois se orienta para a ‘experiência do usuário’, e por fim para a participação (‘Design Participativo’ e ‘Cocriação’).” (p.262)

Para isso, as técnicas tradicionais do design foram e continuam sendo adaptadas para um contexto aplicado à necessidade de cada projeto.

3.3.2 Design Participativo como estratégia metodológica

Com o amadurecimento da disciplina, ela passa a ser tratada de forma metodológica, assentada em propostas estruturantes e princípios. Entre muitos escritos acerca disso, destaca-se a proposta desenvolvida por Spinuzzi (2005), que dispõe o Design Participativo em três fases: primeiro, a exploração inicial do trabalho, que busca fazer um reconhecimento da situação; depois, o processo de descoberta, que vai tratar do desenvolvimento de hipóteses e projeção de cenários; por fim, a prototipagem, que vai envolver o estágio de testes e aplicações. Vale destacar que cada fase do trabalho prevê o uso de ferramentas e métodos específicos, conforme o quadro a seguir:

Estágios	Definição	Métodos e ferramentas
Estágio 01 : Exploração inicial de trabalho	Neste processo ocorre a familiarização dos usuários e de como trabalham uns com os outros. Tal exploração percorre as ferramentas que serão usadas desde fluxos de trabalho à tecnologia e outros processos.	Parte da análise das tecnologias a serem utilizadas no local e traça o seu estudo a partir de métodos etnográficos, como o método observatório, as entrevistas e as caminhadas guiadas.
Estágio 02 : Processos de descoberta	Nesta fase, os processos de descoberta visam conectar designers e usuários com o uso de técnicas a fim de que se estabeleça o entendimento das técnicas, auspiciando o futuro do lugar de trabalho. É nessa etapa que também ocorre a gestão de expectativas para com os resultados do trabalho a serem implementados.	As interações entre designers e usuários ocorrem intensamente durante essa etapa. Tal processo busca “dar sentido cooperativo ao trabalho, em vez de simplesmente descrevê-lo ²⁹ ” (pg. 167). O autor cita que as metodologias usadas durante essa fase abrangem desde jogos dentro das organizações até <i>toolkits</i> , <i>workshops</i> , <i>storyboarding</i> , <i>workflow models</i> e sessões de interpretação.
Estágio 03 : Prototipagem	Neste estágio, definem-se elementos tecnológicos partindo das ideias criadas durante os processos de descoberta (estágio 02). Pode ser conduzido dentro do ambiente de trabalho ou em laboratório e envolve a colaboração de um ou mais usuários. O estágio pode ocorrer com maior frequência.	Envolvem uma série de técnicas que englobam desde <i>mockups</i> , <i>paper prototyping</i> e <i>prototyping</i> colaborativo. A intenção do estágio abriga dividir a informação de forma simples com os interessados, com linguagem clara a fim de fazer com que pesquisadores e usuários colaborarem – de modo que seja estimulado a autonomia e a participação dos mesmos quanto à tomada de decisões.

Quadro 1. Adaptado de Spinuzzi (2005).

²⁹ “The goal is to cooperatively make meaning out of the work rather than to simply describe it.” (Spinuzzi, 2005, p. 167)

É possível verificar através do quadro apresentado que o trabalho de Spinuzzi propõe uma metodologia dotada de inúmeras ferramentas e guiadas por um fio condutor cronológico que dá sentido a todas as etapas do processo, desde o diagnóstico até a construção coletiva de soluções. Elas devem ser pautadas em princípios de colaboração, equidade, aprendizado recíproco e democracia participativa.

Quando localizamos o uso do DP dentro de organizações privadas, encontramos experiências que aplicam a metodologia para a resolução de problemas ligados à concretização de ideias e projetos. Em um caso relatado pela Revista Gulliver, uma indústria de produtos hospitalares, a mediadora das atividades descreveu o processo:

“Para esta criação propomos encontros no próprio ambiente de trabalho da Mercur, onde a equipe envolvida no projeto deve começar a levantar hipóteses e fatores que o influenciam, desenhando os momentos e etapas, entendendo o contexto e pessoas, e considerando os elementos fora de contexto que podem atuar.”³⁰

O relato ainda dá conta que, para além do resultado pontual esperado, o uso dessas ferramentas tende a criar uma atmosfera de colaboração nas instituições, ao passo que se integra como um ativo de valor à cultura organizacional.

Uma escola de arte e design buscou, em meio à pandemia, desenvolver exercícios de design participativo, dentro de um processo de *Human Centered Design* para atender uma demanda importante para a instituição: “desenvolver o novo fluxo de atividades de ensino-aprendizagem inserindo o uso de tecnologia com foco nos usuários” (Stein, 2021, p. 259). O projeto foi integralmente executado de forma online e contou com a participação de gestores, professores e estudantes. Segmentado em quatro fases (preliminar, ouvir, criar e implementar) os pesquisadores propuseram atividades, pesquisas e capacitações integrativas numa constante “jornada de ensino-aprendizagem” (Stein, 2021, p. 259). Nessa prática, quando vista pelo prisma conceitual, conseguimos verificar particularidades que vão ao encontro do que diz Fontana et al. (2012, p. 5), ao elaborar sua definição para o Design Participativo: “um esforço recíproco de pessoas de diferentes áreas do conhecimento, separadas fisicamente ou não, com um objetivo comum de alcançar soluções que satisfaçam a todos os interessados.” O que se destaca aqui é, para além de projetar no humano o centro de

³⁰ Retirado de <https://www.estudionomade.com.br/post/2018/01/29/o-design-participativo-como-potencializador-de-soluções>

suas ações, os mediadores dessa pesquisa trazem como pilares a relação recíproca de aquisição de conhecimentos e o processo democrático de participação.

3.3.3 Design Participativo e a Gentrificação

Quando lançamos o olhar para o design participativo aplicado em processos de gentrificação (e, dentro de um contexto abrangente, uma vez que abarca diversos estratos sociais e o próprio espaço público), encontraremos desafios de maior complexidade, mas que encaminham resultados de maior amplitude. A compreensão dessa sobreposição de temáticas passa, necessariamente, por conhecermos como se dá o nível e os tipos de participação dos cidadãos; o que nos leva a trazer o estudo desenvolvido por Sherry Arnstein que ficou conhecido como “escada de participação cidadã” ainda hoje amplamente utilizado (Figura 8).

No estudo, a autora norte-americana defende que a participação cidadã é um sinônimo de poder cidadão. Partindo dessa premissa, ela propõe uma escala de interações entre o cidadão e o poder público, que começa em um grau de não-participação até a máxima participação, que designa por controle cidadão. O estudo está ambientado em um cenário que confronta a democracia desejada e a democracia vivida; a primeira, que propaga a ideia da “participação dos governados no seu governo” (Arnstein, 2002, p.1), e a segunda, que é quando esse conceito passa a ser defendido pelos grupos minorizados. A figura a seguir pretende, então, condensar os diversos estágios da jornada entre formas arcaicas de interação até o seu potencial atingir a representação do poder cidadão:

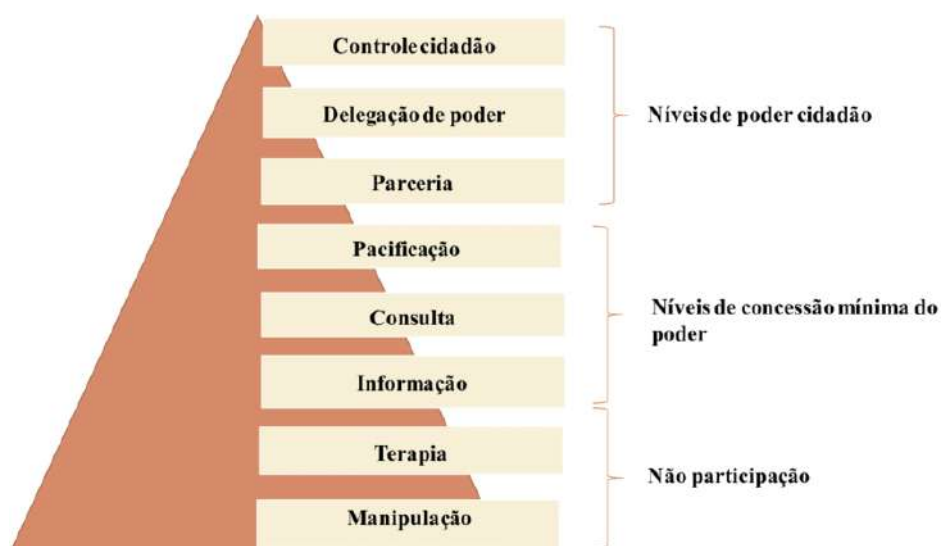


Figura 8. Escada da Participação Cidadã, modelo adaptado da Arnstein (1969, p. 217).

Cada um dos níveis apresentados no diagrama demonstra um tipo de relação que se estabelece enquanto da participação da população nos contextos decisórios. Agrupados, veremos os primeiros níveis (meditação e terapia) designados como estágios de não-participação. Arnstein refere que, quando há algum envolvimento, ele acontece de maneira dissimulada, sem uma intenção real de interesse por parte daqueles que gerem o coletivo. É um ambiente em que o poder está centralizado em poucas pessoas, regiões ou instituições. Convidando este conceito a dialogar com fenômenos urbanos, Falanga (2020) reflete que “enquanto a magnitude do poder detido por algumas cidades metropolitanas aumenta, a competição interurbana exige novos padrões de governança para gerenciar – muitas vezes imprevisíveis – transformações sociais, econômicas e políticas”³¹ (p. 1).

Na medida em que este estudo objetiva propor reflexões de como alcançar o topo desta escada, cabe entender que veremos, agora, um processo evolutivo no que Falanga fala sobre esses novos padrões de governança. No segundo estágio, onde os níveis de concessão mínima de poder são subdivididos em três degraus (informação, consulta e participação), encontramos cenários em que a participação social se desenvolve, mas sem garantias de que aquilo que deseja se impõe como regra³². Vamos encontrar neste estágio, muitas vezes, a iniciativa de ouvir (seja ela genuína ou por rito de mera formalidade) mas sem compromisso com o desenvolvimento.

O último – e desejado – setor desta escada revela os níveis em que o poder é atribuído ao cidadão. Aqui, vamos verificar os degraus de maior maturidade no processo participativo e onde acreditamos residir o espaço mais adequado para projetos ligados à gentrificação. Conceitualmente, Arnstein (2002) contextualiza este grupamento como aquele em que “os cidadãos podem participar de uma parceria que lhes permita negociar de igual para igual com aqueles que tradicionalmente detêm o poder” (p.3). Em um progresso que inicia numa perspectiva de não participação e se encaminha para estruturas de participação integral, a

³¹ “While the magnitude of power held by some metropolitan cities increases, interurban competition requires new patterns of governance to manage – often unpredictable – social, economic, and political transformations.”(Falanga, 2020, p. 1)

³² Diversos autores chamam este estágio de Tokenismo, que faz referência aos discursos de Martin Luther King nas lutas norte-americanas pela inclusão racial, na década de 1960. Esse estágio busca apresentar uma sensação de participação ou representação, sem que essa seja de fato desejada pelos detentores de poder mas que se mostram úteis para que se transmita uma imagem de gestão inclusiva. Precisamente, o termo deriva da palavra *token*, que de acordo com o Dicionário Cambridge, “é usada para se referir a algo que é feito para prevenir outras pessoas de reclamarem, apesar de não ser uma atitude sincera e de não ter nenhum significado prático”. Retirado de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/03/entenda-o-que-sao-os-conceitos-de-tokenismo-e-lavagem-da-diversidade.shtml>

Escada de Participação nos apresenta que o objetivo a ser trilhado é a busca pela valorização de processos participativos.

3.3.4 A coparticipação no contexto de Lisboa

Podemos encontrar diversas ações que transitam ou mesmo se fixam em um degrau ou outro dessa escada. Em Lisboa, que abriga a atmosfera deste estudo, identificamos iniciativas realizadas na relação município-comunidade e no contexto empresas-comunidade. Enquanto a primeira relação é um pressuposto fundamental da vida em sociedade, o segundo se caracteriza como uma ação não obrigatória, que abriga a boa vontade empresarial associado a mecanismos de relacionamento entre consumidores/usuários e entidades privadas.

Portugal é um dos lugares que mais investem em ações participativas. De acordo com Falanga e Lüchmann (2019) é “o país que atualmente acolhe o maior número de orçamentos participativos a nível local (considerando a relação entre número de processos e número de municípios)”³³ (p.1). Por isso não é raro encontrar diversos projetos, como o Ciclo de Sessões Participativas Online, que promove encontros a fim de discutir e receber sugestões e analisar propostas de verbas para projetos que envolvem a cidade. Em 2021, o montante alocado para projetos deste porte foi de 2,5 milhões de euros, que envolve projetos ligados às temáticas de sustentabilidade e desporto. Participam dos encontros gestores públicos, representações sociais e a população. O ciclo é parte estruturante do Orçamento Participativo³⁴ da cidade, que busca “uma intervenção cidadã informada, ativa e responsável nos processos de governação local, mais especificamente, na decisão participada de uma parcela do Orçamento Municipal de Lisboa”³⁵.

O caso presente no bairro de Martim Moniz traduz um processo de consulta, na qual a Câmara Municipal de Lisboa criou ações de escuta à comunidade para construir os primeiros movimentos de requalificação da principal praça da região central de Lisboa. Por meio de uma campanha intitulada *Futuro Martim Moniz: Dê voz às suas ideias*, a CML procedeu a

³³ “The country that currently hosts the highest number of PBs at the local level (considering the ratio between number of PBs and number of municipalities)” (p.1)

³⁴ O Orçamento Participativo (OP) é, conceitualmente, um expediente da democracia participativa que inclui os cidadãos na tomada de decisão da aplicação de recursos de uma cidade. Na cidade brasileira de Porto Alegre, este mecanismo foi implementado de forma pioneira em 1989 e serviu como modelo para aplicação em outras localidades, como Paris, Toronto e Barcelona. Nesta forma de gestão pública, integra-se a população desde a proposição de ações até a alocação financeira das receitas municipais. Os resultados deste método demonstram uma maior equidade de investimentos e uma atenção voltada às pessoas mais fragilizadas em cada contexto. O que podemos ver aqui é, para além da promoção da cidadania, um forte caráter democrático e estimulador de processos decisórios compartilhados.

³⁵ Retirado de <https://op.lisboaparticipa.pt>

realização de pesquisas qualitativas e quantitativas, online e presencial, com diversas representações demográficas dos moradores desta região e pessoas que de alguma forma se relacionam com o espaço. O objetivo deste projeto esteve centrado em “ouvir e conhecer as opiniões dos cidadãos e cidadãs desde logo na concepção inicial para um futuro projeto mais adequado às necessidades, desejos e preocupações de quem mora, trabalha ou simplesmente usufrui daquela Praça”³⁶. O projeto contempla o processo de escuta e direciona as necessidades identificadas na continuidade do plano de obras da praça. As pesquisas mostram, entre diversas informações resultantes dos questionários e entrevistas, que a visão de futuro para o local está centrada em cinco eixos temáticos: jardim, verde, cultura, espaço e segurança. A direção do projeto, por sua vez, atentou para que estes pontos fossem destacados no *briefing* encaminhado à um concurso internacional de arquitetura, que definirá – por escolha exclusiva da CML – o projeto a ser executado.

No exemplo exposto, percebe-se uma condução bastante alinhada aos níveis de concessão mínima de poder que referiu Arnstein. Em busca da qualidade do projeto, incluir a participação dos usuários do espaço é, de fato, uma decisão que induz a resultados positivos – e, no ponto de vista do combate à gentrificação, atua considerando aspectos fundamentais da identidade cultural da região. Há que se observar, contudo, que do ponto de vista do co-design, este projeto não contempla algo singular para esta disciplina: a participação integral do usuário em todas as fases de um projeto (Sanders & Stappers, 2008). No caso do Martim Moniz, a população participa ativamente dos processos de consulta, porém não tem gerência sobre as etapas a seguir, como a eleição do projeto arquitetônico.

Outras modelagens participativas se fazem presentes em ações da iniciativa privada (mais precisamente na sua relação com a comunidade) ou mesmo no âmbito das atividades culturais de promoção pública. A rede portuguesa de supermercados Pingo Doce, por exemplo, criou uma ação de responsabilidade social intitulada Bairro Feliz³⁷. O objetivo do projeto é patrocinar causas³⁸ indicadas pela comunidade, por votação. A população participa em três dos quatro estágios do projeto: ao inscrever as ações que irão a voto, ao votarem naquela que entendem como ideia adequada e, claro, ao usufruir do resultado. O estágio ao qual a população não participa é a definição de quais ações serão postas à escolha dos

³⁶ Retirado de <https://lisboaparapessoas.pt/2022/07/30/martim-moniz-praca-concurso-de-concepcao/>

³⁷ Retirado de <https://www.pingodoce.pt/responsabilidade/bairro-feliz/>

³⁸ O regulamento do programa aponta seis áreas temáticas nas quais projetos devem estar associados: ambiente, apoio animal, apoio social e cidadania, cultura e património, turismo e lazer.

consumidores. O ponto de fuga ao cenário ideal reside no grau de acesso ao programa – somente vota aquele que compra em alguma loja da rede.

Na Junta de Freguesia dos Olivais, o exemplo vem por meio de uma ação cultural pensada a partir da necessidade de sua população em se ver representada nas ações da entidade. A Comissão Social de Freguesia criou, para isso, o *Cultura sem Fronteiras*, que constitui uma série de concertos com músicos a representar a diversidade e a multiculturalidade de seus moradores.

Notamos que as ações apresentadas estão dotadas de caráter participativo, ainda que em diferentes intensidades. Contudo, não figuram precisamente como processos de design participativo que preveem uma série de métodos e premissas específicas que considerem a participação de *stakeholders* em todo seu desenvolvimento. A série de exemplos apresenta uma disposição de diversos entes da sociedade em torno de questões coletivas. Nesse sentido, cabe discutir se essa mesma sociedade encara a gentrificação em Lisboa como um tema relevante e, também, se enxerga no DP uma possível solução para mediar conflitos e equilibrar necessidades.

3.3.5 Design Participativo e a Gentrificação: o cenário de Lisboa

O processo de gentrificação está associado muitas vezes às consequências sociais da modernização econômica de determinada zona. É necessário, porém, entender pontos fundamentais dentro dessa discussão. Um deles é a diferença entre gentrificação e revitalização. Se por um lado já pudemos entender a gentrificação como um processo excludente, a revitalização se mostra como um caminho de maior integralidade.

“Revitalização significa reinvestir na comunidade existente. Envolve o reforço das redes sociais, serviços de bairro e negócios locais. Trata-se de diversificar, mas mantendo o caráter do bairro; e garantir o desenvolvimento habitacional de renda mista para evitar o deslocamento. Em contraste, em bairros gentrificados, a comunidade transita para uma comunidade exclusiva, inacessível para aqueles que a chamavam de lar”³⁹.

³⁹ “Revitalization means reinvesting in the existing community. It involves reinforcing social networks, neighbourhood services, and local businesses. It involves diversifying, but maintaining the neighbourhood’s character; and ensuring mixed income housing development to avoid displacement. In contrast, in gentrifying neighbourhoods, the community transitions to an exclusive community, inaccessible to those who once called it home.” Retirado de <https://www.socialconnectedness.org/designing-with-community-in-mind-revitalization-vs-gentrification/>

A gentrificação em Lisboa, como já referimos, é presente em Lisboa há pelo menos 3 décadas, sendo mais intensa nos últimos anos – em boa parte, está associada aos processos de turistificação, mas também por conta de outros fatores, como movimentos econômicos e decisões daqueles que gerem a cidade. A questão que se levanta, então, é sobre quais as saídas para que possam estar em mesma medida a modernização urbana e a preservação social, o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida. Branco e Alves pontuam algumas perguntas-chave para que possamos dimensionar a realidade existente:

“Qual é o percentual de edifícios reformados destinados a fins residenciais? E do setor de aluguel permanente, qual será o efeito nos aluguéis? Que medidas serão usadas para evitar o deslocamento? Que porcentagem de habitação acessível será fornecida para atrair famílias de baixa e média renda?” (Branco & Alves, 2015, p.2)

As preocupações com a gentrificação também se dá com olhos ao futuro: qual o impacto demográfico – e, por consequência, econômico – que determinadas zonas terão com a redução de suas populações locais? E se estas zonas se transformaram em zonas turísticas onde predomina a população flutuante de estrangeiros passageiros?

Muitas das respostas a essas questões passam, necessariamente, pelo poder público. O que se objetiva aqui é trazer os métodos do design participativo como parte dessas ações. Mendes (2016) defende uma posição de inovação crítica “na concepção e implementação de processos locais de regeneração urbana” (p. 1). Na proposta que apresenta para conter os efeitos negativos desses fenômenos, o pesquisador destaca a necessidade de se manterem ativa as políticas de reabilitação, bem como incentivar projetos de revitalização a baixo custo e alto impacto (por exemplo, aqueles que tem entre seus objetivos uma maior relação de proximidade entre vizinhos). Além disso, o autor traz um terceiro ponto de reflexão: “estimular a participação de vários atores públicos, moradores, ONGs e sociedade civil do sector privado, bem como *stakeholders* nos processos de regeneração urbana, doravante a uma escala local de maior proximidade”. (Mendes, 2016, p.2). Como questionar e pensar a cidade e suas transformações sem a participação daqueles que efetivamente são parte constituinte e condição fundamental de existência? Convocar os cidadãos para além da lógica estrita da consulta é demonstrar preocupação com as mudanças.

3.3.6 O Design Participativo como estratégia de mudança

“O que determina se um espaço é valorizado como espaço público, não é tanto o seu estatuto de propriedade ou o seu design, mas se é ativamente utilizado e partilhado por diferentes indivíduos e grupos. Ou seja, a qualidade pública do espaço é composta pelas experiências que as pessoas são capazes de criar dentro dele”
(Águas, 2012, p. 58)

Águas reitera tal preocupação quando se refere a real construção do espaço da cidade – esse não só como um espaço físico – mas, também, como um espaço de inclusão e coparticipação. O que compõe o caráter de valor é a preocupação para com as experiências que as pessoas são capazes de criar, trazendo o significado de lugar.

Os interesses físicos e econômicos devem existir juntamente com a preocupação pelos que habitam a cidade e a experienciam, uma vez que espaços comunitários são “âncoras na resistência da comunidade à gentrificação”⁴⁰, evidenciando a necessidade de serem criados espaços que estimulem a comunidade a desenvolver senso de lugar de maneira justa e que preze pelos interesses dos cidadãos. Faz-se, assim, indispensável dar a devida relevância ao engajamento comunitário nas cidades e de modo igualitário perante a outros interesses.

Ao analisar métodos de intervenção que incluem o design participativo como metodologia mitigadora aos efeitos da gentrificação, Thurber & Christiano (2019) configura três grupos estruturais que visam estabelecer a relação entre a gentrificação e àqueles que a experienciam - esses divididos em preocupações materiais, epistêmicas e afetivas. A primeira inclui questões relacionadas à moradia e seus impactos, podendo causar o êxodo de tipologias comerciais e residenciais assim como a perda de empregos. As preocupações epistêmicas estão ligadas às preocupações históricas do bairro assim como a perda de significado gerada por modificações práticas e simbólicas. As preocupações afetivas, por sua vez, englobam a perda de senso de comunidade e de lugar e a mudança nas relações com o espaço – essa, muitas vezes, geradora de problemas de saúde. Notamos, portanto, a imprescindibilidade em enxergar a gentrificação em suas causas e suas respectivas implicações individuais. Mais do que o que diz respeito à matéria da cidade, questões socioculturais e intrínsecas do ser humano devem ter o seu espaço de importância e ser reconhecidas como objetos de mudança.

⁴⁰ “(...) community places as anchors in community resistance to gentrification.” (p.3) Retirado de <https://www.seattle.gov/documents/Departments/CityAuditor/auditreports/CommunityResistanceGentrification.pdf>

Quando nos dotamos do entendimento de tais ramificações e implicações, por consequência, maior a probabilidade de visionar estratégias de contenção às decorrências da gentrificação com mais acerto e qualidade. Ao planejar os grupos estruturais, Thurber & Christiano (2019) abordam como sugestão quatro condutas para intervir e coparticipar ao investigar dezessete estudos que contemplam ações em áreas gentrificadas em diversos lugares, incluindo países como Estados Unidos e Reino Unido. Os autores levam em consideração a aplicação de diferentes técnicas de abordagem perante a gentrificação e o design participativo. Brevemente, tais condutas incluem: (a) projetos de *placemaking* pra ressignificar como as pessoas se sentem e se comunicam nos seus bairros, (b) iniciativas pedagógicas que criem a possibilidade de as pessoas aprenderem sobre a região em que vivem, (c) projetos que envolvam os moradores em estudos e em ações nos seus bairros e (d) empenho de organizações comunitárias a fim de que se promova a união o desenvolvimento do exercício do direito na busca de melhoras. No quadro abaixo (Quadro 2) é sintetizada uma adaptação das abordagens propostas para os grupos de intervenção:

	<i>Creative Placemaking</i>	Iniciativas Pedagógicas	Ciências Públicas	Organizações Comunitárias
Olha para (objetivos):	Práticas artísticas-humanas no local	Ensino e aprendizados facilitados	Inquéritos	Mobilização dos membros da comunidade.
Engaja os residentes como:	Artistas e/ou a audiência	Professores e aprendizes	Pesquisadores e/ou objetos de pesquisa	Líderes da comunidade
Tipos de estratégia	Campanhas em redes sociais; Dança/performances; Instalações de arte; Festivais de rua; Tours alternativas;	<i>Workshops</i> de aprendizagem; <i>workshops</i> de história pública; exibições portáteis	Inquéritos participativos ou de rua; “Escavamento” participativo; Análises online de arquivamentos e políticas.	<i>Door-knocking</i> ; <i>Networking</i> ; Desenvolvimento de liderança; Análises políticas; <i>Power-mapping</i> ; Eventos públicos e ações sociais;

Quadro 2. Adaptado de Thurber & Christiano (2019, p. 99)

O quadro divide-se no agrupamento de condutas estabelecidas pelos pesquisadores e sintetizam os objetivos, meios de intervenção e de engajamento dentro das quatro esferas. *Creative Placemaking* engloba a inclusão das artes junto à comunidade e a gestão dos espaços, propondo um engajamento junto à artistas e o público, com o objetivo de intervir e modificar a maneira como a comunidade se relaciona e interage com o lugar. As iniciativas pedagógicas, com objetivos antropológicos e de caráter afetivo, por sua vez, “visam transformar o que e como as pessoas sabem sobre um lugar”⁴¹ (p. 100) facilitando o aprendizado fora do lugar convencional por meio de *workshops* que incluem desde grupos de leitura até *workshops* de jardinagem. No que se diz respeito às ciências públicas, a conduta anseia expressar o conhecimento que pode ser captado da comunidade. A participação ocorre a partir de inquéritos de pesquisa que podem divergir em seus métodos de aplicação. Os estudos públicos, por meio de pesquisas científicas, contribuem para o desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas e de direito civil. Por último, a organização comunitária tem como objetivo incluir os cidadãos como agentes coparticipantes nas modificações sociais que são aplicadas a partir de, por exemplo, ouvidorias e cursos de liderança e emponderamento. Verificamos, conseqüentemente, a gama de distintas aplicações que o design participativo abriga e os resultados que as competem. Tais ferramentas possibilitam contribuir para a construção de políticas de gestão e proteção da cidade visionando o que a cidade tem de mais importante: o cidadão.

Um estudo de caso realizado na Alemanha que utiliza as técnicas de design participativo com vistas a mitigar parte das conseqüências da gentrificação também se mostrou efetivo. O projeto “*We are neighbours*”, apresentado pelo sociólogo urbano alemão Jan Üblacker, aconteceu na cidade de Essen em 2016, no distrito de Nordviertel e foi conduzido por professores e alunos da faculdade de design da *Folkwang University of Arts*. O projeto buscou a participação dos moradores da área de estudo durante todas as suas fases e seguiu as tradicionais etapas do design: pesquisa e análise, conceitualização e aplicação. Como principal objetivo, o estudo almejou estimular o senso de lugar e de coesão social através de processos criativos. Tais processos abordaram métodos qualitativos de pesquisa alinhados a *workshops* sobre gentrificação, pobreza e interação social até fases experimentais de conceitualização e de execução. “*We are neighbours*” reitera a importância em promover a valorização do espaço e mostra-se um exemplo de laços sociais funcionando como alicerce

⁴¹ “(...) seeking to transform what and how people know about a place” (Thurber & Christiano, 2019, p.100)

na construção de uma comunidade. Üblacker (2017) reforça que a ação resultou em conhecimento, vivência, reflexão e engajamento da comunidade e que o uso de projetos participativos estimula melhorias no cotidiano do bairro.

“*We are Neighbours*” abre um espaço para ideias sobre como desenvolver a resiliência social em uma comunidade local. Isso pode acontecer ao permitir que os moradores moldem seu ambiente residencial por meio de ações criativas. Há uma chance de que essas ações ocorram em grupos de origens socioeconômicas mistas e, portanto, possibilitem processos de aprendizagem mútua e fortalecimento dos laços sociais locais.⁴² (p.298)

Diante da imensidão de possibilidades e ferramentas do design participativo que podem contribuir para atenuar os efeitos causados pela gentrificação, é evidente a urgência de agentes gentrificadores coexistirem com a comunidade através de políticas participativas ainda mais inclusivas. Ainda que não necessariamente a solução final, incluir cidadãos de modo equânime numa gestão mitigadora gera implicações que possibilitam transformar a cidade e resignificar o espaço. O objetivo desta tese, assim, é mostrar qual a melhor maneira de elevar a gestão das consequências da gentrificação para o topo da escada – ou seja, o processo de controle cidadão que enxerga o problema de forma holística e não intercortada.

⁴² ““*We are Neighbours*’ opens up a space for ideas on how to develop social resilience in a local community. This may happen by enabling residents to shape their residential environment by means of creative actions. There is a chance that these actions take place in groups of mixed socioeconomic backgrounds and therefore enable mutual learning processes and strengthening of local social ties”. (Üblacker, 2017, p. 298)

4. Metodologia

Os levantamentos a seguir que se somam à essa revisão bibliográfica buscam elucidar conhecimento da população acerca da gentrificação do ponto de vista de entrevistados que tem relação cotidiana com a cidade de Lisboa. Também se busca perceber e a pré-disposição e o entendimento dos entrevistados quanto à coparticipação nas tomadas de decisão. No intuito de ampliar o espectro analítico deste estudo, fez-se uso de mais de um método de investigação, compostos por entrevistas quantitativas (*survey*) e qualitativas (entrevistas semiestruturadas) com conhecedores das áreas. Esta escolha está assentada no que apresentam Johnson & Onwuegbuzie (2004) em seu estudo sobre *Mixed Methods Research (MMR)* – que, a partir deste ponto, trataremos Métodos Mistos de Pesquisa:

“Pesquisa de métodos mistos é formalmente definida aqui como a classe de pesquisa em que o pesquisador mistura ou combina técnicas, métodos, abordagens, conceitos ou linguagem de pesquisa quantitativa e qualitativa em um único estudo”⁴³. (Johnson & Onwuegbuzie, 2004, p.17)

Busca-se, a partir desta escolha, valorar dados oriundos de diversas fontes na intenção de construir uma informação de maior amplitude. Os métodos mistos de pesquisa devem ser estruturados, ainda de acordo com os autores, por meio de um processo modelado de decisões que contemplem desde a definição do problema de pesquisa até a legitimação e conclusão do estudo.

Certos da diversidade de causas e efeitos dos processos de gentrificação e, igualmente, do amplo conjunto de técnicas ofertadas pelo design participativo, acreditamos que convocar ambas as abordagens (quantitativa e qualitativa) possibilita um acúmulo de impressões de diversos aspectos do fenômeno. Ao se eleger uma abordagem pragmática, em que diferentes técnicas trabalham juntas, produz-se uma visão multiperspectiva de modo a interpretar os dados coletados nos instrumentos metodológicos aqui explorados, além de subsidiar uma análise sistematizada do objeto de estudo. Essa pesquisa, então, constrói-se fundamentada numa investigação plurimetodológica onde as variáveis dão suporte e não

⁴³ “Mixed methods research is formally defined here as the class of research where the researcher mixes or combines quantitative and qualitative research techniques, methods, approaches, concepts or language into a single study” (Johnson & Onwuegbuzie, 2004, p.17)

condicionam um resultado ou outro, propondo “redes de interação” (Laplantine, 2012, p. 55) formadoras de sistemas interpretativos.

Ainda, os métodos mistos de pesquisa buscam convergir os pontos fortes das pesquisas qualitativa e quantitativa e tendem a minimizar os pontos fracos que se apresentam na aplicação individual de um método ou outro. Assim, a combinação de ambos tende a agregar valor ao estudo, uma vez que se compõem de diversas perspectivas simultaneamente (Giri et al., 2021).

Podemos categorizar os instrumentos em diferentes graus de importância ou ordenamento ao explorar decisões concomitantes ou sequenciais de modo hierárquico ou igualitário. Possivelmente, também, trabalhando-os em diferentes escalas de prioridade a fim de que sustente a sistemática metodológica da pesquisa. O quadro a seguir resume estas possibilidades:

		Time Order Decision	
		Concurrent	Sequential
Paradigm Emphasis Decision	Equal Status	QUAL + QUAN	QUAL → QUAN QUAN → QUAL
	Dominant Status	QUAL + quan QUAN + qual	QUAL → quan qual → QUAN QUAN → qual quan → QUAL

Figura 9. Matriz de projeto de métodos mistos entre pesquisa e design (Johnson & Onwuegbuzie, 2004, p. 22)

Entre as diversas possibilidades de arranjo existentes no estudo de Johnson, optou-se por aquele que oferece um contexto de retroalimentação, onde uma técnica subsidia o encaminhamento de outra de forma multidirecional. A triangulação (Johnson & Onwuegbuzie, 2004) permite interpretar as informações recolhidas em diferentes abordagens para estabelecer uma relação de convergência e corroboração dos resultados obtidos. Se, por um lado, a pesquisa quantitativa nos fornece uma visão ampla das percepções e experiências dos entrevistados, a coleta qualitativa oportuniza um maior aprofundamento sobre determinadas questões.

4.1 A Pesquisa Quantitativa

A opção pela pesquisa quantitativa *survey* se mostra eficaz quando traduz comparações sociais através validação ou rejeição de hipóteses pré-estabelecidas. Por meio da coleta de informações sociodemográficas e também de caráter opinativo, o método permite produzir recortes interseccionados, de modo a aferir os resultados não apenas de forma ampla, mas também estratificados.

Por meio questionários online, aplicados entre 11/09/2022 e 21/09/2022, foram ouvidas 184 pessoas de diversas idades. Elas foram consultadas acerca do seu entendimento sobre a gentrificação e de seus diversos aspectos relacionados. Ainda, o questionário visou medir a disposição da população em relação às propostas vinculadas ao Design Participativo que buscam potencializar a relação entre cidadãos e organizações a fim de mitigar os efeitos do fenômeno de Lisboa.

4.1.1 Estruturação

O primeiro passo na construção do instrumento de pesquisa foi estruturado em perguntas para conhecermos o perfil da amostra: faixa etária, gênero, renda, nacionalidade, entre outros parâmetros demográficos, evidenciam-se fundamentais para que possamos, ao fim da recolha de dados, fazer recortes específicos dos resultados. Para o efeito, os entrevistados foram instruídos, na primeira parte do questionário, a responder as perguntas a seguir:

- **Parte 1 – Dados demográficos**

1. Qual a sua idade?
 - () Entre 18 e 24 anos
 - () Entre 25 e 34 anos
 - () Entre 35 44 anos
 - () Entre 45 e 54 anos
 - () Acima de 55 anos

2. Com qual gênero você se identifica?
- Masculino
 - Feminino
 - Não-binário
 - Prefiro não responder
3. Qual o seu rendimento mensal?
- Até 01 ordenado base (Até 750€)
 - 1-2 ordenados base (Entre 705€ e 1410€)
 - 2-3 ordenados base (Entre 1410€ e 2115€)
 - 3-4 ordenados base (Entre 2115€ e 2820€)
 - Mais de 4 ordenados base (Mais de 2820€)
4. Indique a sua naturalidade:
- Natural da mesma freguesia onde reside atualmente
 - Natural de outra freguesia ou município
 - Natural de um país estrangeiro (indique qual)
- Se natural de outro país, indique qual: _____
5. Qual o nível de escolaridade mais alto que você completou?
- Ensino básico 1º ciclo
 - Ensino básico 2º ciclo
 - Ensino básico 3º ciclo
 - Ensino secundário
 - Curso técnico superior profissional
 - Bacharelato
 - Licenciatura
 - Mestrado
 - Doutoramento

6. Qual a sua ocupação?
- Trabalha
 - Estuda
 - Reformado(a)
 - Outro: _____
7. Qual a sua relação com a cidade de Lisboa?
- Reside
 - Trabalha
 - Estuda
 - Outro: _____
8. Como você vive?
- Habitação arrendada, partilha casa
 - Habitação arrendada, não partilha casa
 - Habitação própria, partilha casa
 - Habitação própria, não partilha casa
9. Qual o seu gasto médio com despesas de arrendamento/financiamento mensalmente?
- Até 300 euros
 - 301-500 euros
 - 501-800 euros
 - 801-1000 euros
 - Mais de 1000 euros

- **Parte 2 – Lisboa e a Gentrificação**

No segundo segmento do questionário, buscamos medir o conhecimento dos entrevistados acerca do conceito da gentrificação: se já perceberam sinais de deslocamentos populacionais no seu entorno, se já ouviram falar no tema ou mesmo se conhecem o assunto em profundidade. A partir de uma provocação sem fazer referência direta ao tema, seguida por questões introduzidas por um conceito teórico do que se trata a gentrificação, as questões foram subdivididas em grandes áreas temáticas: primeiro, perguntas relacionadas a aspectos gerais da gentrificação; a seguir, buscou-se identificar se o respondente se percebe parte

desse fenômeno; por fim, a gentrificação foi abordada de forma inter-relacionada com outros temas que podem estar ligados às suas causas e/ou aos seus efeitos.

10. Você já percebeu em seu bairro um fluxo constante de saídas de moradores antigos e chegada de moradores novos por conta da reforma de prédios, alta concentração de alojamentos locais ou mesmo por construções de novas habitações?
- Sim
 - Não
 - Não sei identificar
11. Leia a seguinte frase: “A gentrificação é vista como um processo de desenvolvimento urbano no qual um bairro ou parte de uma cidade se desenvolve em um curto período de tempo, muitas vezes como resultado de programas de renovação urbana. Este processo pode ser marcado por preços inflacionados das casas e deslocamento de antigos moradores de um bairro e a chegada de novos”. Você já conhecia o termo Gentrificação?
- Sim
 - Não
12. Você acredita que Lisboa passa por processos de gentrificação?
- Sim
 - Não
 - Não sei identificar
13. Você acredita que a zona em que vive é impactada pelos processos de gentrificação?
- Sim
 - Não
 - Não sei identificar
14. Se respondeu SIM à pergunta anterior, como você se vê nesse contexto?
- Agente da gentrificação
 - Vítima da gentrificação
 - Nenhum
 - Outro: _____

- **Parte 3 – Dá-nos a sua opinião**

Para execução da próxima sequência de perguntas, fez-se uso da escala Likert, uma vez que ela possibilita mensurarmos, por meio de graus de intensidade, as opiniões e posicionamentos dos entrevistados frente a temas ligados às causas e consequências da gentrificação. Nota-se que, nos questionários, os temas apresentados não referem diretamente aquilo que os estudiosos associam de forma positiva ou negativa à gentrificação. Queremos aqui colher respostas descontaminadas de juízo de valor.

15. Reformas urbanas (novas ruas, remodelação de espaços públicos, estações de metro) são fatores ligados aos processos de gentrificação:
 - discordo totalmente;
 - discordo
 - indiferente (ou neutro)
 - concordo
 - concordo totalmente.
16. A instalação de novas construções comerciais e empresariais em zonas originalmente residenciais são fatores ligados aos processos de gentrificação
 - discordo totalmente;
 - discordo
 - indiferente (ou neutro)
 - concordo
 - concordo totalmente.
17. O crescimento do número de Alojamentos Locais na cidade de Lisboa é um fator ligado aos processos de gentrificação.
 - discordo totalmente;
 - discordo
 - indiferente (ou neutro)
 - concordo
 - concordo totalmente.

18. O aumento ou diminuição expressiva na população de um bairro está ligada aos processos de gentrificação.
- discordo totalmente;
 - discordo
 - indiferente (ou neutro)
 - concordo
 - concordo totalmente.
19. Os índices de violência e/ou segurança pública são impactados pelos processos de gentrificação.
- discordo totalmente;
 - discordo
 - indiferente (ou neutro)
 - concordo
 - concordo totalmente.
20. A variação nos preços de habitação na cidade de Lisboa estão ligados a processos de gentrificação.
- discordo totalmente;
 - discordo
 - indiferente (ou neutro)
 - concordo
 - concordo totalmente.
21. Processos de mudança ambiental (poluição, arborização, etc.) estão relacionados a processos de gentrificação.
- discordo totalmente;
 - discordo
 - indiferente (ou neutro)
 - concordo
 - concordo totalmente.

22. Como você enxerga os processos de gentrificação?

Positivos

Negativos

Não sei identificar

Outro: _____

• **Parte 4 – Métodos participativos**

O último conjunto temático do questionário busca, em primeiro lugar, aproximar o entrevistado do conceito de design participativo por meio de uma linguagem clara. A seguir, o objetivo é medir a disposição das pessoas em participar dos processos decisórios respeitantes a mudanças sociais, culturais e econômicas de sua cidade. Repete-se aqui o uso da Escala Likert para a coleta de dados.

23. A comunidade local também deve participar das decisões que impactam e/ou sua cidade.

discordo totalmente;

discordo

indiferente (ou neutro)

concordo

concordo totalmente.

24. No bairro em que vivo existem canais de comunicação que estimulam a participação da comunidade no processo de tomada de decisão.

discordo totalmente;

discordo

indiferente (ou neutro)

concordo

concordo totalmente.

25. Eu procuro (ou procuraria) a Junta de Freguesia da zona em que vivo para participar de processos de consulta pública.

discordo totalmente;

discordo

indiferente (ou neutro)

concordo

concordo totalmente.

26. Processos de decisão partilhada e ouvidorias são efetivos para a melhoria da região em que vivo.

discordo totalmente;

discordo

indiferente (ou neutro)

concordo

concordo totalmente.

4.1.2 Análise de dados

4.1.2.1 Amostragem

Com um resultado de 184 respostas, a pesquisa ponderou questões diversas em quatro diferentes sessões, como já abordado nesta dissertação. A técnica mostrou-se, entretanto, apropriada e eloquente para o objetivo desse estudo uma vez que os objetos abordados não são mensurados de modo exato e finito. O que visamos perceber aqui, entretanto, é o conhecimento e a propensão acerca das variáveis que as temáticas orbitam. O questionário completo encontra-se disponível nos apêndices deste documento.

4.1.2.2 Resultados descritivos

- **Parte 1 – Dados demográficos**

No que diz respeito ao perfil demográfico dos entrevistados, foram obtidos resultados diversos. Na amostra analisada, 98 (53,3%) entrevistados identificaram-se com o gênero masculino, 84 (45,7%) feminino, 1 (0,5%) não-binário e 01 (0,5%) preferiu não responder. Em termos de idade, 103 pessoas da amostra (56%) têm entre 25 e 34 anos, 64 (34,8%) entre 35 e 44 anos, 11 (6%) entre 18 e 24 anos, 6 (3,3%) entre 45 e 54 anos e 0% acima de 55 anos.

Em termos de rendimentos mensais, metade (50,5%) da amostra afirmou receber entre 705 e 1410 euros, enquanto 50 pessoas (27,1%) ganham entre 1411 até 2115 euros. As

menores fatias estão nos extremos, onde 14 (7,6%) dos entrevistados recebem até 705 euros mensais e 27 (14,7%) recebem acima de 2215 euros. Quanto a naturalidade dos mesmos, 101 (54,9%) são portugueses, naturais de outra freguesia ou município, 64 (34,80%) naturais de países estrangeiros e 19 (10,3%) afirmam ser naturais da mesma freguesia onde residem atualmente.

Foram obtidos resultados diversos quanto aos níveis de escolaridade. Entre as opções mais escolhidas, 61 (33,2%) afirmaram ter completado a licenciatura como o nível mais alto, 57 (31%) o mestrado e 33 (17,9%) o ensino secundário. O ensino básico (2º ciclo) foi a opção menos escolhida, por apenas um entrevistado (0,5%). Quanto à ocupação, onde mais de uma opção poderia ser escolhida, 177 pessoas (96,2%) afirmaram trabalhar em Lisboa e 25 (13,6%) estudar.

Nas três últimas questões da pesquisa quantitativa (questões 7, 8 e 9), inicia-se, ainda que de modo abrangente, uma introdução à temática a ser abordada na continuidade do formulário. Na questão 07, em que visamos perceber a relação que os entrevistados estabelecem com Lisboa: 139 (75,5%) dos interrogados afirmaram residir na cidade, 142 (77,2%) trabalhar e 22 (11,9%) estudar. Outros 9 (4,6%) afirmaram já ter estudado ou vivido em Lisboa, visitar amigos e familiares e procurar a cidade regularmente para lazer. A questão foi inserida por meio de caixas de seleção, dando a possibilidade de serem selecionadas múltiplas opções em simultâneo. Nas questões 08 e 09, no entanto, almejamos compreender a relação entre o tipo de habitação em que os respondentes vivem e o custo médio que têm com a mesma mensalmente, respectivamente. Na questão 08, 80 (43,5%) citaram partilhar casa em uma habitação arrendada, 47 (25,5%) não partilham e arrendam casa, 30 (16,3%) têm habitação própria e partilham a casa e 27 (14,7%) têm habitação própria, mas moram sozinhos (figura 10). Na questão 09, 67 (36,4%) pessoas afirmaram gastar de 301 a 500 euros enquanto 66 (35,9%) gastam de 501 a 800 euros. Numa minoria, 31 (16,8%) entrevistados gastam até 300 euros, 14 (7,6%) entre 801 e 1000 euros e apenas 6 (3,3%) gastam mais de mil euros por mês (figura 11).

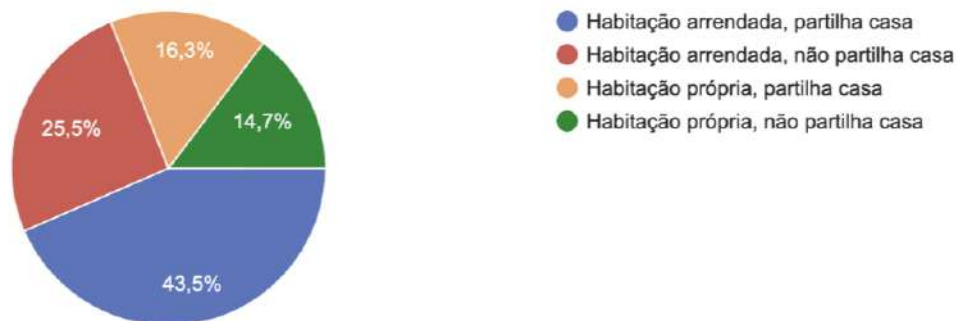


Figura 10. Condições habitacionais. Fonte: Apêndice A, p. 89.

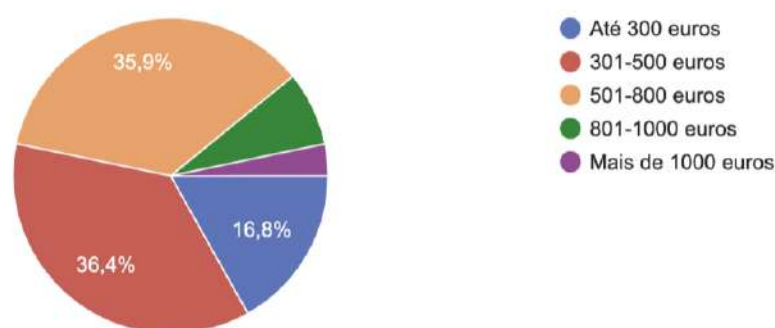


Figura 11. Custo médio de despesas com arrendamento. Fonte: Apêndice A, p. 90.

Ainda que não apresentem estatísticas exclusivamente lisboetas, de modo não excludente, os resultados delas visam dimensionar, estimular e contextualizar subjetivamente a relação dos entrevistados com os objetos de estudo e com a cidade ao afirmarem ter ou ter tido algum tipo de vínculo com ela.

- **Parte 2 – Lisboa e a Gentrificação**

A segunda parte do questionário focou, como já contemplado neste estudo, em apresentar ao respondente o fenômeno da gentrificação a partir de uma questão introdutória de linguagem cotidiana e inclusiva. Assim, na questão 10, 107 (58,2%) entrevistados confirmaram já ter percebido um fluxo de saída e entrada de moradores por conta de reformas, alojamentos locais ou novas construções. 42 (22,8%) nunca perceberam, enquanto 35 (19%) afirmaram não saber identificar. Na questão 11, propusemo-nos, entretanto, a perceber o conhecimento acerca da gentrificação a partir de uma definição sobre o fenômeno. De 184 pessoas, 120 (65,2%) declararam conhecer o termo enquanto 64 (34,8%) não (Figura 12).

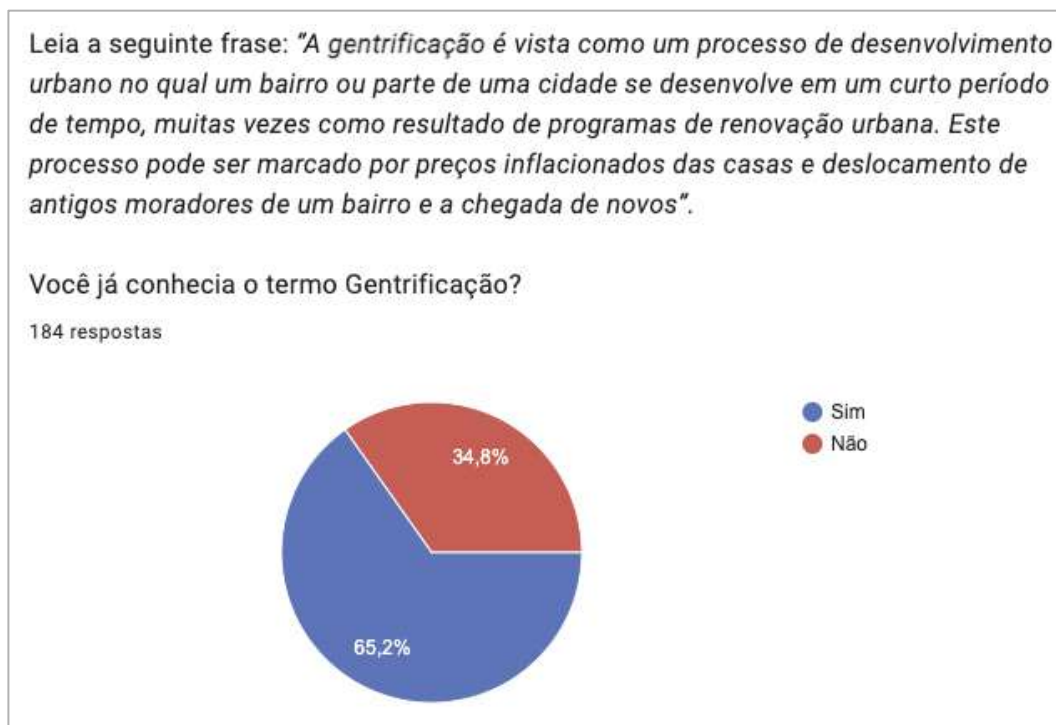


Figura 12. Conhecimento sobre a terminologia gentrificação. Fonte: Apêndice A, p. 90.

No seguimento do formulário, a questão 12 se propôs a perceber, após introdução do contexto em linguagem cotidiana e científica, se o entrevistado reconhece que Lisboa passa por processos de gentrificação. 169 respondentes (91,8%) disseram sim, 9 (4,9%) não souberam identificar e 6 (3,3%) disseram não (Figura 13). Na questão 13, 130 (70,7%) pessoas disseram acreditar que a zona em que vivem sente os impactos dos processos de gentrificação, 35 (19%) disseram não acreditar e 19 (10,3%) não souberam identificar. Aos que disseram acreditar, 79 (56,4%) veem-se como vítimas perante a gentrificação, 30 (21,4%) veem-se como agentes e 40 (28,6%) como nenhum dos dois. Três participantes (2,8%) se percebem como “exceção”, “observadora” e “vítima, mas também cliente” – essa ao afirmar que frequenta lugares *hipsters*⁴⁴.

⁴⁴ “Que ou quem, geralmente jovem, segue ou é influenciado por novas tendências urbanas, geralmente da moda ou da cultura, que não são convencionais ou dominantes. “*Hipster*”, do Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Retirado de <https://dicionario.priberam.org/hipster>

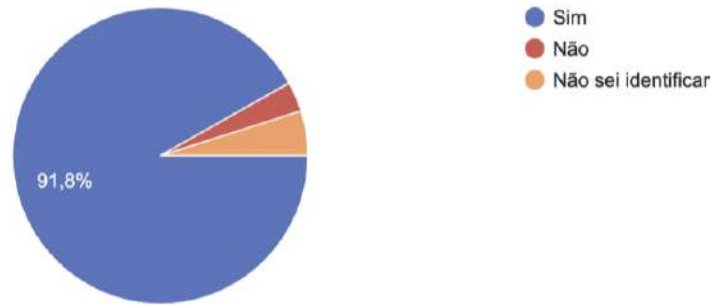


Figura 13. Grau de creditação sobre o fenômeno da gentrificação em Lisboa. Fonte: Apêndice A, p. 91.

- **Parte 3 – Dá-nos a sua opinião**

A terceira parte do formulário destinou-se a perceber a opinião do usuário acerca de causas e consequências da gentrificação a partir de linhas da Escala Likert. As afirmativas foram selecionadas a partir de diferentes ramificações do fenômeno; como objetivo, visamos perceber a forma como o usuário as compreendem e as associam. Na questão 15, 87 (47,3%) dos entrevistados concordaram que as reformas urbanas são fatores ligados aos processos de gentrificação, 35 (19%) não tem opinião formada, 33 (17,9%) discordam, 23 (12,5%) concordam totalmente e 6 (3,3%) discordam totalmente. No que diz respeito a relação de instalações de novas construções comerciais e empresariais em zonas residenciais como agentes de gentrificação, na questão 16, 120 (65,2%) entrevistados concordam, enquanto outros 23 (12,5%) concordam totalmente, com uma maioria absoluta de 143 dos 184 entrevistados (77,7% da amostra). Outros 22 (12%) discordam, 16 (8,7%) são indiferentes ou neutros e 3 (1,6%) discordam totalmente (Figura 14). Na questão 17, 108 respondentes (58,7%), identificam a ligação – concordando totalmente – do crescimento no número de alojamentos locais em Lisboa com os processos de gentrificação; 57 (31%) concordam, 9 (4,9%) são indiferentes ou neutros, 9 (4,9%) discordam e apenas 1 (0,5%) discorda totalmente (Figura 15).

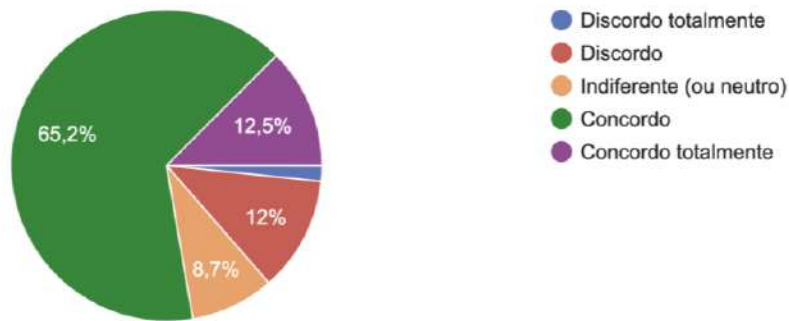


Figura 14. Grau de creditação sobre a relação das reformas urbanas com o fenômeno da gentrificação em Lisboa. Fonte: Apêndice A, p. 92.

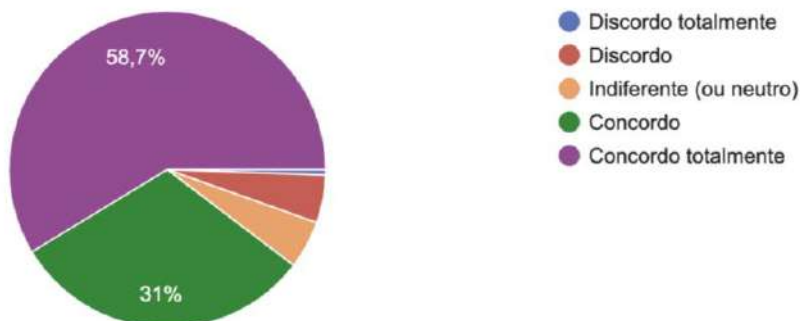


Figura 15. Grau de creditação sobre a relação do crescimento do número de alojamentos locais com o fenômeno da gentrificação em Lisboa. Fonte: Apêndice A, p. 92..

No que podemos relacionar ao êxodo populacional, ou *displacement*, a maioria dos respondentes vê ligação do fenômeno como processo de gentrificação. 107 (58,2%) concorda com a afirmativa na questão 18 enquanto outros 41 (22,3%) concordam totalmente, totalizando juntos 148 de 184 entrevistados. 28 (15,2%), entretanto, são indiferentes ou neutros em relação à afirmativa e outros 8 (4,3%) discordam. Nenhum respondente marcou a opção discordo totalmente. Na questão 19, 83 (45,1%) pessoas afirmaram concordar que os índices de violência e segurança são impactos por processos de gentrificação. 22 (12%) concordaram totalmente, 51 (27,7%) mostram-se indiferentes ou neutros, 26 (14,1%) discordam e 2 (1,1%) discordam totalmente.

A associação da gentrificação junto à variação nos preços das casas em Lisboa mostra-se dominante. Na questão 20, 115 (62,5%) pessoas concordam totalmente com a ligação e 61 (33,3%) concordam, totalizando 95,8% da amostra. Dos outros oito

entrevistados (4,4%), 4 (2,2%) responderam indiferente ou neutro, 2 (1,1%) discordo e 2 (1,1%) discordo totalmente (Figura 16).

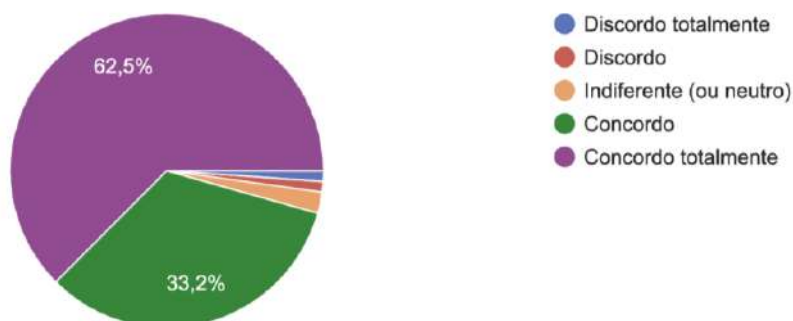


Figura 16. Grau de creditação sobre a relação da variação nos preços das habitações em Lisboa com a gentrificação. Fonte: Apêndice A, p. 93.

Na questão 21, os entrevistados foram perguntados a respeito dos processos de mudança ambiental, tais como a poluição ou a arborização, e suas associações com o fenômeno. Nessa, 86 (46,7%) dos respondentes disseram concordar com a afirmativa, 21 (11,4%) concordam totalmente e 50 (27,3%) foram indiferentes ou neutros. 26 (14,1%) discordaram e apenas 1 (0,5%) discordou totalmente. Ao nos aproximarmos do fim da terceira seção, numa caixa de seleção na qual mais de uma opção poderia ser selecionada, buscou-se perceber como os respondentes enxergam tais processos. 39 (21,2%) disseram achar os processos positivos, 109 (59,2%) negativos e outros 41 (22,3%) não sabem identificar. 13 interrogados (6,7%), acrescentaram outras opções que, na sua maioria, referem a gentrificação como positiva e negativa simultaneamente.

A seguir, foi dada a oportunidade aos usuários de comentarem, caso desejassem, a resposta anterior. Obtendo-se um total de 22 respostas, destacam-se aqui seis delas no qual os respectivos respondentes dividiram-se em perceber os processos da gentrificação como positivos, negativos, ou positivos e negativos. Dos que consideram os processos da gentrificação negativos, destacam-se:

“Percebo a palavra com uma conotação negativa necessariamente, e maioritariamente ligada à ocupação desigual, desproporcional ou não natural de um espaço. Se não for negativo, chama-se de revitalização, manutenção ou desenvolvimento urbano por si só. Gentrificação envolve choque cultural, imposição e expulsão direta ou indireta da

população local em prol da entrada de uma comunidade nova e estrangeira - normalmente com mais poder econômico.” (Respondente 27, apêndice A, p. 94)

“A gentrificação, por si só, não seria um problema se existissem programas para proteger a população de um local, como garantia do valor das rendas, assegurar um quociente de casas para arrendamentos de longa duração com valores pertinentes ao salário médio do país/da cidade e outras ações que evitassem a expulsão de uma população do seu local por não ter mais condições financeiras para ali estar. Infelizmente, estas ações não existem em volume suficiente em Lisboa, portanto, nos moldes atuais, a gentrificação é uma mudança negativa na cidade.” (Respondente 33, apêndice A, p. 95)

Dos que consideram os processos da gentrificação positivos, salientam-se:

“Em alguma medida, os processos de gentrificação não são totalmente positivos, parece-me. É fato que que ajudam a melhorar a relação das pessoas com a cidade, mas por vezes esse processo desencadeia uma maior especulação imobiliária, afastando novamente as pessoas desses espaços. Portanto parece-me um conceito ambivalente.” (Respondente 37, apêndice A, p. 95)

“A renovação de cidades é sempre positiva se não teríamos bairros fantasmas como a baixa de Lisboa. É preciso é criar bolhas de arrendamento a baixo custo para atrair todo o tipo de moradores. Caso contrário teremos uma Lisboa que só é habitável pelos muito ricos ou estrangeiros em busca do visto *gold*.” (Respondente 122, apêndice A, p. 96).

E, por fim, dos que consideram os processos da gentrificação positivos e negativos:

“O processo de gentrificação é positivo a nível das melhoras realizadas em áreas urbanas mas negativas no que toca a pontos chaves como a poluição e também os preços inflacionados das casas e do arrendamento das mesmas.” (Respondente 92, apêndice A, p. 96).

“Trazem impacto favorável na requalificação dos bairros de uma forma geral, mas promovem igualmente muita descaracterização dos espaços, uma forma de vivência mais distante e pouco cívica.” (Respondente 74, apêndice A, p.95).

Os comentários, na grande maioria, fortalecem a ideia ambígua da experiência que os processos da gentrificação implicam na cidade e na sociedade. As demais respostas encontram-se disponíveis no apêndice A.

- **Parte 4 – Métodos participativos**

Por fim, na quarta e última seção do formulário, também a partir do uso da Escala Likert, as questões propuseram-se compreender o entendimento dos entrevistados em relação aos processos participativos e suas respectivas inclinações em fazer parte de tais métodos. Na questão 22, com uma concordância total de 96,7% da amostra, 104 (56,5%) participantes disseram concordar totalmente que a comunidade local deve participar das decisões que impactam o seu bairro e a cidade; outros 74 (40,2%) disseram concordar com a afirmativa. 3 (1,6%) mostraram-se indiferentes ou neutros e outros 3 (1,6%) disseram discordar. A opção “discordo totalmente” não foi selecionada por nenhum dos participantes (Figura 17).

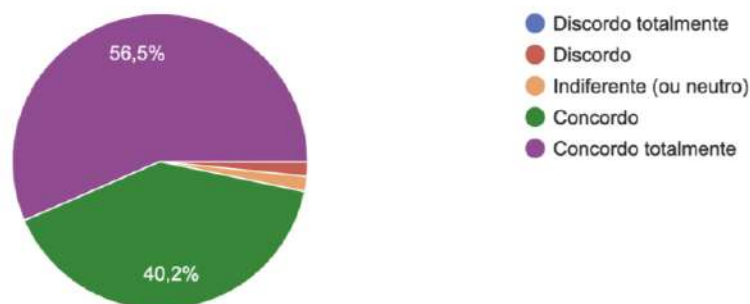


Figura 17. Grau de creditação sobre o dever da comunidade em participar de decisões que afetam seus bairros e/ou cidades. Fonte: Apêndice A, p. 96.

Por outro lado, na questão 23, somente 9 (4,9%) participantes concordaram totalmente com a afirmação de que existem canais de comunicação que incentivam a participação da comunidade nos processos de decisão da cidade. 38 (20,7%) disseram concordar. 56 (30,4%) mostraram-se indiferentes ou neutros e outros 52 (28,3%) disseram discordar. 29 (15,8%) dos respondentes disseram discordar totalmente, número absoluto mais alto a selecionar a opção dentre as questões abordadas com o uso da Escala Likert. Dando seguimento, 76 (41,3%) dos

entrevistados disseram concordar que procuram ou procurariam a sua junta de freguesia para participar de processos de consulta pública; 22 (12%) disseram concordar totalmente. Um total de 43 (23,4%) pessoas mostraram-se indiferentes ou neutras, outras 30 (16,3%) afirmaram discordar e 13 (7,1%) dos participantes discordam totalmente. Por fim, na última questão, a maioria mostrou concordar em algum nível que os processos de ouvidoria e decisão partilhada são efetivos para a melhoria das regiões em que vivem: um total de 121 (65,8%) participantes. Desses, 89 (48,4%) concordam e 32 (17,4%) concordam totalmente. 46 (25%) mostram ser indiferentes ou neutros, 13 (7,1%) discordam e 4 (2,2%) discordam totalmente.

Com a finalização das perguntas, de modo facultativo, o formulário permitiu que os entrevistados deixassem comentários sobre o tema. Num total de oito respostas, revelam-se os seguintes exemplos:

“Juntas de Freguesia ou qualquer iniciativa oficial (pública ou privada) é um grande meio de ação, mas nunca o único. As organizações sociais diretamente criadas pela população deveriam ter o mesmo peso que essas.” (Respondente 27, apêndice A, p. 98)

“Somente funciona quando existe um olhar e ação constantes.” (Respondente 57, apêndice A, p. 98)

“Os Orçamentos Participativos deveriam ser alargados e reforçados financeiramente.” (Respondente 121, apêndice A, p. 98)

Tais comentários reforçam, portanto, a necessidade de ampliar o apoio das instituições públicas nos processos participativos de modo contínuo e colaborativo. Os demais comentários desta seção também se encontram disponíveis no apêndice A.

4.1.3 A pesquisa quantitativa – considerações finais

Os resultados obtidos neste formulário foram de acordo com o objetivo proposto em reconhecer a familiaridade do usuário com o termo gentrificação, suas implicações e a sua disposição relativa à inserção de métodos participativos nas decisões que se movem acerca da cidade – ainda que limitações sejam enfrentadas. De um total de 184 respondentes, a grande maioria mostrou ter alto grau de educação, trabalhar em Lisboa, ter até 44 anos e ganhar salários médios que oscilam, em sua maioria, entre um e três ordenados base. Uma parte considerável dos respondentes também afirmou arrendar a habitação e, dessa, na sua maioria, a partilha. Uma fração majoritária de entrevistados expõe gastar de 301 a 500 euros ou de 501 a 800 euros mensalmente com despesas de aluguel. Ao analisarem-se tais resultados de forma cruzada, abre-se espaço para questionarmos se há, talvez, uma equiparidade entre os direitos de habitação e os salários médios atuais, independentemente do perfil do cidadão.

O conceito da gentrificação é conhecido por 65,2% dos entrevistados – maioria, mas longe de ser absoluta. Ainda que não pareçam reconhecer parte das consequências da gentrificação a partir de questões cotidianas (como mudança no fluxo de moradores, novas construções e a alta concentração de alojamento locais em seus bairros), ao terem acesso à definição do termo, 91,8% dos respondentes confirmam acreditar que Lisboa experiencia os processos do fenômeno. Percebe-se, assim, uma oportunidade e uma necessidade de se viabilizar estratégias que visem educar o cidadão acerca do tema, do conceito e da sua responsabilidade social como indivíduo na mitigação dos seus efeitos.

A gentrificação deve ser reconhecida legitimamente no seu âmbito conceitual e nas suas implicações. No que se refere às suas causas e consequências, faz-se indispensável reforçar a necessidade de instruir os cidadãos para que reconheçam a terminologia diante dos seus diversos efeitos – afetando-os diretamente ou não. A associação dos efeitos da gentrificação com o crescimento do número de alojamentos locais na cidade (o *displacement* e – principalmente – a variação de preço das habitações) apresentaram resultados de concordância expressivos. Ainda que uma vasta maioria identifique os efeitos do fenômeno visceralmente em suas diversas ramificações, nota-se que concordâncias de maiorias quase absolutas se fazem mais presentes em associações possivelmente mais reconhecidas no cenário atual de Lisboa ou que as impactam diretamente. De modo geral, fortalece-se, portanto, a inevitabilidade de reconhecer e conscientizar a magnitude do fenômeno nos seus múltiplos contextos.

Os processos de gentrificação parecem ser vistos maioritariamente como negativos; uma parcela, entretanto, consideram-os positivos ou não sabem identificar. Percebe-se, no entanto, uma tendência em perceber os efeitos de modo positivo e negativo simultaneamente:

“Encaro a gentrificação como um processo complexo que, associando-se a uma requalificação tendencialmente positiva dos espaços urbanos, tende também a excluir a população local da equação, colocando muitas vezes em causa o direito à habitação.” (Respondente 52, apêndice A, p. 95)

Ainda que as implicações da gentrificação sejam vistas de forma positiva por parte dos respondentes, faz-se presente a necessidade de reforçar que há, muitas vezes, uma percepção de diferentes consequências vinculadas à diferentes causas, mas que nem sempre são rotuladas de modo negativo. Tais percepções nos levam a perceber a abordagem da gentrificação de forma ambígua. Da mesma forma que, de fato, temos resultados pertinentes e de valia a partir de processo que implicam em gentrificação, há de se considerar que tais dinâmicas afetam negativamente muitas outras esferas.

Deve-se destacar a imparcialidade dos respondentes quanto ao conhecimento da existência de canais de comunicação que encorajam a participação comunitária em processos de decisão. Para além disso, pouco mais da metade afirma procurar ou que procuraria sua Junta de Freguesia para participar de projetos públicos. No mesmo modo, numa análise mais positiva, uma maioria quase absoluta, afirma concordar em alguma instância que a comunidade deve participar das decisões que afetam a área que vivem. Como resultado, questionamos: o que motivam tais contradições? O que inviabiliza o reconhecimento de processos participativos nas comunidades? O que justifica a falta de motivação na procura às instituições públicas? Por fim, tais questionamentos convergem e permitem-nos inquirir acerca da eficiência das instituições públicas na divulgação de processos participativos, assim como também reforçam a necessidade de desenvolvê-los para que sejam mais inclusivos, atrativos e colaborativos.

4.2 A pesquisa qualitativa

No que diz respeito a pesquisa qualitativa, visamos perceber as relações dos entrevistados com a cidade de Lisboa, assim como a acreditação do DP como metodologia na minimização dos impactos da gentrificação na cidade de Lisboa. Foram selecionadas duas voluntárias: entrevistada 01, 35 anos, portuguesa, jornalista que está a compor uma publicação acerca do tema com previsão de divulgação para novembro de 2022. E, de outro lado, a entrevistada 02, 32 anos, brasileira, residindo em Lisboa há cinco anos, mestre em cultura e comunicação e pesquisadora na Universidade de Lisboa.

Os roteiros das entrevistas, majoritariamente fechados e somente abertos a comentários, foram adaptados para cada entrevistada a fim de perceber a relação das mesmas com Lisboa e suas respectivas opiniões acerca das temáticas abordadas neste documento. Para a primeira entrevistada, buscamos entender a compreensão da mesma no que se diz respeito à Gentrificação e os processos no âmbito de desenvolvimento e gestão de Lisboa. Para a segunda entrevistada, o roteiro direcionou-se a perceber o entendimento da pesquisadora quanto à gentrificação na capital e em relação ao design participativo como ferramenta para a mitigação dos efeitos do fenômeno.

4.2.1 Estruturação

- **Entrevista 01**
 - Como conhecedora da região, como você percebe a gentrificação e os seus impactos em Lisboa ao longo dos últimos anos?
 - Como você vê a gestão dos processos de combate à gentrificação na capital portuguesa?
 - Caso haja algum ponto que você gostaria de acrescentar em relação a temática abordada, por favor, use este espaço.

- **Entrevista 02**
 - Como você vê a gentrificação na cidade de Lisboa?
 - Como você percebe a gestão dos processos de combate à gentrificação na cidade?

- Como você vislumbra o design participativo como metodologia na resolução de problemas de maior amplitude?
- Tendo em consideração os impactos da gentrificação em Lisboa, como você vislumbra o design participativo como metodologia na minimização de alguns desses impactos?
- O que você acha que deve ser feito para que a comunidade participe e mobilize-se em relação à temas como esses?
- Caso haja algum ponto que você gostaria de acrescentar em relação a temática abordada, por favor, use este espaço.

Os roteiros foram enviados individualmente por e-mail. As respostas foram concebidas digitalmente por meio de texto e áudio. A seguir, abordar-se-ão a análise descrita de dados das entrevistas e suas respectivas considerações.

4.2.2 Análise de dados

4.2.2.1 Resultados descritivos

- **Entrevista 01**

Ao ser questionada sobre suas percepções relativamente à gentrificação em Lisboa nos últimos anos, diz considerá-la acentuada. A entrevistada menciona:

“Há uns anos, foi o seu boom, agora estamos a apanhar os cacos. Os números são horríveis; de 22 mil pessoas em Alfama por exemplo, hoje são menos de 1000 (900). O processo é muito duro porque, em Lisboa, há quem tenha vivido sempre na mesma casa, sempre no mesmo lugar e ver-se obrigado a sair acarreta traumas grandes. E nem sempre são decisões próprias, são a isso o que torna tudo ainda pior.”

(Entrevistada 01, apêndice B, p. 99)

A jornalista, ao citar a queda dos números dos moradores do bairro de Alfama, expõe o fenômeno do *displacement* como um dos resultados de maior impacto na vida dos moradores locais – muitas vezes involuntário – mas que pode gerar, para além das mudanças físicas, consequências psicológicas e traumáticas. A entrevistada, por fim, impõe uma crítica à

capital: “Lisboa está à venda, neste momento. E, não é para os portugueses.” (Entrevistada 01, apêndice B, p. 99). Reforça, assim, em crítica, a falta de direcionamento da cidade quanto à sustentação da capital como um espaço de significado e de proteção e projetos de melhoria tendo em consideração interesses locais.

No que diz respeito à gestão dos processos de combate à gentrificação na cidade, ela enfatiza que a Câmara Municipal parece ter interesse primário na atração de investimentos; não mostrando-se, portanto, engajada em mitigar os efeitos do fenômeno já que suas políticas atuais não se direcionam para este caminho.

“A Câmara Municipal não parece muito interessada (...) tanto que permite que fundos de investimento comprem quarteirões inteiros. As leis dão todo o poder aos senhorios e, neste momento, o objetivo é atrair capital. As pessoas, muitas vezes, ou agem sozinhas ou com a ajuda de associações mas pouco ou nada podem fazer.”

(Entrevistada 01, apêndice B, p. 99)

A entrevistada demonstra a necessidade de serem expandidas as políticas públicas em conjunto com os interesses dos cidadãos ao citar que percebe o movimento no tocante a gentrificação ser praticamente independente ou acontecer com o auxílio de associações. Percebe-se, assim, a necessidade de uma abertura de espaço e representatividade para a comunidade, num gerenciamento que tenha em conta os interesses coletivos. Por fim, a jornalista ressalva sua opinião acerca do caso:

“É importante ressaltar que, no caso de Lisboa, não são apenas as pessoas mais velhas a passar por estes processos atualmente. Há famílias novas, pessoas singulares que se ficam impedidas de continuar nas casas onde vivem devido ao aumento acentuado das rendas. É toda a população que está a ser afetada e nota-se já bastante na vida dos bairros mais tradicionais, que deixaram de ter aquela típica receptividade portuguesa para serem apenas dormitórios de turistas.” (Entrevistada 01, apêndice B, p. 99)

Nas últimas décadas, Lisboa tem sentido os impactos da gentrificação, principalmente em termos de despejo, êxodo e perda de caráter cultural e de identidade – em especial, nas áreas mais turistificadas da cidade. Percebe-se, contudo, a urgência com a qual as instituições públicas têm de envolver os cidadãos nas tomadas de decisão.

- **Entrevista 02**

Na primeira pergunta, a pesquisadora reforça o lado negativo trazido pela gentrificação e questiona se há, sequer, um lado positivo. A entrevistada reforça o conceito histórico por trás do fenômeno nos últimos anos e refere-se aos movimentos do governo ao iniciar a fiscalização de imóveis em situações degradantes na região central de Lisboa. Ela cita como exemplo a pressão acerca da necessidade de reforma nas habitações para evitar as suas perdas.

“Como essas pessoas tinham contratos vitalícios, esses proprietários não fizeram as reformas que o governo obrigava; eles recebem até hoje, em muitos casos, 50 euros por mês dessas famílias que moram lá⁴⁵. Famílias que, muitas vezes, são pessoas reformadas, idosos, imigrantes e, quando expulsos, não têm para onde ir, afastando-se, cada vez mais, da cidade.”, (Entrevistada 02, apêndice B, p. 100)

Como resultado, a pesquisadora aponta, para além disso, a falta da compra e investimento do Estado em tais imóveis e do repasse para a população, sendo estes vendidos para o capital estrangeiro. Reforça, assim, a expressão negativa do fenômeno na dinâmica atual da cidade, apontando a existência de defesa da prática em muitos movimentos:

“Portanto, não tem como um movimento desses ser bom. Você visita bairros que têm essa influência mais forte e você quase não vê o português. Você vê lojas de cerâmica, de produtos *bio* que não correspondem com o poder econômico local - sendo muitos caros e, muitas vezes, sequer tendo atendimento em português. As tasquinhas vão sendo engolidas por cafés *hipsters* e *coworkings* (...) Muitos dos imóveis estavam realmente vazios, não houve expulsão e era mesmo especulação imobiliária. Quando você fica com um imóvel fechado por muito tempo, depois de muitos anos, ele está valendo muito mais. Só que isso torna da cidade, uma cidade fantasma - não fazendo dela uma cidade para pessoas.” (Entrevistada 02, apêndice B, p. 100)

Logo, a pesquisadora explicita a existência de tentativas de melhoria e de desenvolvimento na cidade. Entretanto, também, evidencia a falta de uma gestão coesa das instituições

⁴⁵ Decreto-lei 347/74, de 30 de julho. Decreto-lei sobre o congelamento das rendas

públicas no manejo de tais políticas. As instituições mostram-se incapazes de visionar a construção de dinâmicas internas de poder e de sustentar o caráter sociocultural da cidade, resultando em êxodo e na perda de identidade local.

Na segunda questão, ao ser abordada sobre sua percepção quanto à gestão dos processos de combate à gentrificação, a entrevistada salienta seu descontentamento com a gestão das políticas públicas atuais, ainda que cite saber sobre as existências de políticas de habitação.

“Há alguns projetos de ajuda para estudantes⁴⁶, recentes e que ocorreram há cerca de 3 anos. No caso dos estudantes, fala-se também sobre os migrantes internos: jovens do interior que não conseguem arcar com vir para Lisboa, dificultando ainda mais a questão da habitação.” (Entrevistada 02, apêndice B, p. 100)

A pesquisadora reitera, entretanto, a presença da comunidade por meio de associações políticas não partidárias no manejo das pautas que nascem a partir da gentrificação, incluindo movimentos contra o despejo. Ela também afirma participar de movimentos, abaixo-assinados, movimentos de vigília e de discussões públicas que são manejados por tais associações criativas e culturais, citando o RDA⁴⁷ e Anjos 70⁴⁸ como exemplos:

“É interessante perceber como, em Lisboa, esses grupos de pessoas - algo muito vivo na cidade - unem-se à tentativa de combater a gentrificação de forma indireta. A gentrificação não está escrita nas placas e não está, muitas vezes, assumida; mas, quando falamos de habitações para pessoas, cidade para pessoas, justiça alimentar, acessibilidade e diversidade, estamos falando em recuperar

⁴⁶ Decreto-lei 30/2019, de 26 de Fevereiro. Decreto-lei que pauta o plano de intervenção para a requalificação e construção de residências de estudantes.

⁴⁷ “Associação composta por vários grupos, portanto, não tem uma estrutura hierárquica e representa a resistência em Lisboa, sendo um importante ponto de encontro de diversos movimentos da cidade. Por exemplo, algumas vezes, podes ir lá ter para os chamados “Jantares *Benefit*”, em que parte do lucro é revertido para alguma causa.” Retirado de <https://lisboasecreta.co/rda-69/>

⁴⁸ “O Anjos 70 - Núcleo Criativo do Regueirão, fundado como Associação sem fins lucrativos a 15 de março de 2017, é um projeto destinado a eventos: mercados, ciclos de cinema, exposições, concertos, palestras, ensaios de teatro, aulas de dança e escola de yoga.” Retirado de <https://informacoeseservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/anjos-70-nucleo-criativo-do-regueirao>

elementos da cultura local que acabam se perdendo quando esse movimento de gentrificação acontece.” (Entrevistada 02, apêndice B, p. 101)

Ainda que nem todos sejam manejados com eficácia, é notória a presença de projetos e políticas públicas e sociais por meio do governo português e de associações culturais na mitigação de alguns dos efeitos da gentrificação. Além disso, é relevante citar a percepção da entrevistada ao exemplificar ações que se vinculam ao combate do fenômeno sem estarem necessariamente associadas à terminologia que as englobam. Percebemos, conseqüentemente, uma oportunidade de fortalecer e aprimorar a gestão de políticas públicas habitacionais junto à comunidade - fortalecendo, assim, o seu poder de participação. Além disso, faz-se relevante apontar a necessidade de educar e orientar o cidadão e as associações acerca do termo gentrificação; desde as suas causas, implicações e suas respectivas ramificações.

No seguimento da pesquisa, o conceito e a metodologia do co-design foram brevemente introduzidos para a pesquisadora. Posteriormente, questionou-se como vislumbra o design participativo enquanto metodologia para a resolução de problemas de maior amplitude. A entrevistada explicou não ser completamente familiar com o conceito, mas o vê relacionado e ligado a outras técnicas do design ao citar que a metodologia está “no mesmo *cluster*” de outras esferas como o *design thinking*, *system thinking* e o *transformative design*. Mais tarde, é fortalecido o uso do design para além da esfera gráfica como fonte de criação de valor:

“É sobre adotar o design para gerar e entender ferramentas, criando métodos que façam essa participação gerar ideias de valor. Já passamos da ideia de entender o design somente como gerador de produtos, *layouts*, *templates*. Hoje ele é muito mais instrumental para gestão intelectual também por meio de *problem solving*, *multidisciplinary design*, *research design* e *UX design* - resultado de um espaço que o design foi tomando com o tempo.”. (Entrevistada 02, apêndice B, p. 101)

A pesquisadora, da mesma maneira que acredita no design como um todo, vê valia no uso do design participativo como método na gestão de cidades e na mitigação das implicações geradas pela gentrificação no momento que vê a ferramenta focada na participação e na inclusão de *stakeholders*:

“Então, tudo que vem dessa reafirmação do uso do design, incluindo o design participativo, eu acho muito, muito poderoso. Sem dúvida, seria uma ferramenta muito interessante, principalmente no cenário que estamos analisando agora - para a gestão da gentrificação. Tudo isso porque você precisa de métodos que garantam a participação e a inclusão ativa de diversos grupos ao mesmo tempo. Essa é a ideia da participação. Cruzar pontos de vista, que também estão no *design thinking*. Quanto mais você abre possibilidades de ideação, mais rico é o seu resultado final porque você vai ter testado muitas coisas, prototipado muitas coisas, feito mais perguntas, questionado mais.” (Entrevistada 02, apêndice B, p. 101)

O design participativo, logo, mostra-se útil na aplicação de suas técnicas junto à inclusão dos *stakeholders* durante processos que envolvem políticas públicas, a gestão da cidade e a gentrificação. No momento em que é dada ênfase e mostra-se apreço pela opinião do usuário por meio da coparticipação, maiores as chances de obterem-se resultados mais valiosos.

A pesquisadora, todavia, frisa a necessidade de saber filtrar e focar ao adotar métodos que envolvam a participação de usuários. Ao mesmo tempo, volta a destacar a importância do design participativo como ferramenta de valor na gestão de cidades:

“A participação tem que fazer um *wrap up* para chegarmos em algum ponto e não ficarmos divergentes. É muito importante adotarmos métodos como o design participativo em situações que envolvem a cidade e as dinâmicas sociais a fim de que possamos garantir que o princípio dessa atividade reconheça e valorize a multiplicidade e a diversidade de visões.” (Entrevistada 02, apêndice B, p. 101-102)

Complementa, dizendo que acreditar na metodologia é essencial e reitera que, ainda que nem sempre o resultado final ocorra conforme o esperado, o importante é confiar e extrair significado durante o processo de aplicação. Sendo assim, faz-se meritório o uso do design participativo como ferramenta no desenvolvimento e aperfeiçoamento de projetos, processos e serviços. No momento em que a ferramenta possibilita cocriar com *stakeholders*, maiores as chances de serem colhidos resultados valiosos independentemente da etapa em que se encontram.

Quanto considerar o design participativo como metodologia de aplicação na mitigação dos impactos da gentrificação, a entrevistada menciona que a abordagem do co-design como método pode unir moradores de longa duração, novos moradores, turistas e estudantes, além

de outros perfis que resultam em uma série de combinações habitando um mesmo lugar. A pesquisadora reforça que, a partir da aplicação de uma metodologia participativa, é improvável que surjam ideias sem ter em conta as percepções de diferentes grupos, uma vez que tal aplicação reconhece a visa validar a opinião dos *stakeholders*.

“Conseguimos garantir dessa forma que as soluções das ideias que nascem através do design participativo sejam mais inclusivas, representativas e diversas porque elas representam e englobam grupos de realidades diferentes.” (Entrevistada 02, apêndice B, p. 102)

A entrevistada volta a mencionar a importância em valorizar o processo da aplicação. Justifica-se que já há uma curva de aprendizagem ao idear representantes e os grupos interessados encontrando-se regularmente e oficialmente a fim de tratarem temas como a gentrificação. Criar-se-iam, assim, impactos quanto à conscientização e às dinâmicas do tema por meio de estratégias de educação e informação - fazendo com que, de tal modo, a comunidade participasse ativamente no desenvolvimento de projetos.

A entrevistada cita a importância em considerar incluir grupos de vasta diversidade em métodos participativos para o contexto aqui abordado. Ao idealizar tais processos de participação, a pesquisadora sugere a inclusão de idosos, de portugueses, de imigrantes, de estudantes (portugueses e estrangeiros), de *expatriates*⁴⁹, de grupos governamentais (juntas de freguesia, governo local e nacional) e de associações e cooperativas engajadas na causa em questão. Como metodologias a serem aplicadas, ela sugere a aplicação de *workshops* para a ideação e definição de estratégias que poderiam ser divididas em temáticas - “cada uma com um foco a combater” (Entrevistada 02, apêndice B, p. 103) – e a revisão das políticas atuais das problemáticas junto à população.

“Ao contrário de métodos tradicionais que nem sempre visam informar num “desenho menor”, esses momentos participativos, alinhados aos instrumentos do design, podem facilitar a transmissão da informação com a preocupação que o design tem. Sendo

⁴⁹ Um *expatriate* “é um trabalhador migrante que é um trabalhador profissional ou qualificado em sua profissão. O trabalhador assume um cargo fora de seu país de origem, de forma independente ou como uma atribuição de trabalho agendada pelo empregador, que pode ser uma empresa, universidade, governo ou organização não governamental (...) Os *expats* geralmente ganham mais do que em casa e mais do que os funcionários locais. Além do salário, as empresas às vezes concedem benefícios a seus funcionários expatriados, como assistência de realocação e auxílio-moradia.” Retirado e traduzido de <https://www.investopedia.com/terms/e/expatriate.asp>

esse um dos objetivos do design: facilitar o aprendizado, a interação, a integração de todos que entram em contato com a experiência e com a mensagem que você está passando.” (Entrevistada 02, apêndice B, p. 103)

O design participativo mostra potencial ao ser encarado como tática ao envolver os *stakeholders* ao longo dos processos de decisão e desenvolvimento da cidade. No que diz respeito à gentrificação, tal aptidão é fortalecida ao incluir *stakeholders* de diversas realidades, contextos e opiniões simultaneamente. A partir da recolha de dados, das práticas de *workshop* e do engajamento comunitário, torna-se possível aperfeiçoar processos de gestão com um olhar mais inclusivo e que considere o interesse e as preocupações de todos os lados.

Na quinta questão, ao ser perguntada acerca do que deve ser feito para que a comunidade participe e mobilize-se em relação a temas como esse, a mesma refere-se à sua perspectiva já abordada e reforça a necessidade de a gestão pública conhecer e assumir a prática a fim de que tenhamos discursos institucionalizados. E, como resultado, conseguir-se-ia vencer os empecilhos e preconceitos de todos *stakeholders* que colaborariam entre si. Faz-se necessário que as instituições públicas sejam, portanto, “os principais difusores dessa informação e da experiência que o método visa gerar” (Entrevistada 02, apêndice B, p. 103). Ainda, a pesquisadora atenta-se quanto à indispensabilidade de estabelecerem-se ganhos concretos para a sociedade participativa:

“Também acho que é importante pensar em coisas concretas que a sociedade vai ganhar com tais encontros. Desde remunerações ou apoios para que tais grupos passem informações para outros grupos etc. Por exemplo, se alguma cooperativa trabalhista fizer parte do processo, o projeto deve vislumbrar dar ferramentas para que, também, os participantes passem a informação para as suas próprias comunidades”, disse a pesquisadora. (Entrevistada 02, apêndice B, p. 103-104)

É necessário incluir, mas faz-se imprescindível engajar. A pesquisadora sugere que o engajamento deve ocorrer de forma estruturada pelas instituições públicas e os resultados devem alcançar a todos - ainda que de maneira simplificada: muitas vezes, através de “atas bem estruturadas” (Entrevistada 02, apêndice B, p. 104). A mesma enfatiza que a comunicação deve ser diversificada e estar disponível em diversas línguas para que atinjam

públicos também mais diversos. Como meios de atração para a comunidade, a entrevistada sugere:

“Devem-se ainda explorar novos meios como *brand activation*, matérias impressas, meios digitais, anúncios móveis pelo país e pela cidade, convidando as pessoas a participar. Outros exemplos incluem montar estruturas *pop-up* pela cidade, tais como *food-trucks*, com palestras (...) cada semana num bairro, conversando com as pessoas. Interferências mais locais e que parassem as pessoas dentro das rotinas normais de circulação pela cidade.” (Entrevistada 02, apêndice B, p.104)

Faz-se indispensável garantir a presença dos *stakeholders* ao longo de todas as etapas do processo. Entre tantos desafios, torna-se essencial engajar e manter o interesse dos participantes através de ferramentas criativas e de impacto. Com isso, engajamentos que nasçam no dia a dia habitual das comunidades, dos bairros e da cidade, alinhado à práticas tecnológicas, apresentam valia na construção de senso de lugar, inclusão e pertencimento.

Por fim, a entrevistada acrescenta uma ferramenta que considera ser de grande valia se atribuída junto ao design participativo: o *system thinking*. Ela sugere que, se alinhados, o pensamento sistêmico nos permitiria garantir que o intuito do processo participativo fosse mantido em todo seu percurso uma vez que esse visa considerar o todo, mapeando e estruturando as relações entre os *stakeholders* de modo abrangente e em diferentes esferas. Ao justificar, a pesquisadora cita que, ainda que as aplicações implicadas pelo design participativo tenham as melhores das intenções, pode ser comum a perda de foco e de conseguir enxergar fora da caixa. Assim, sugere a adição do método ao design participativo – funcionando, portanto, como o alicerce na construção de processos ainda mais eficazes na mitigação dos efeitos da gentrificação sob o olhar de interesse de todos os envolvidos e sob esferas maiores e mais complexas. Ela exemplifica:

“Ao invés de considerar só a cidade de Lisboa, seria considerar, por exemplo, chegar à sustentabilidade, seria considerar todos os fornecedores de energia de Portugal (falando desse exemplo que tem se falado muito durante a guerra⁵⁰). Por exemplo, como esses afetam o bairro de Arroios? O bairro de Arroios depende muito do elétrico que funciona com a energia elétrica e que não vem de fontes renováveis. Assim, o

⁵⁰ Guerra na Ucrânia, em seguimento desde fevereiro de 2022.

preço do elétrico aumenta, impacta o dia-a-dia dos moradores locais e afeta a cultura do bairro, tornando-o mais gentrificado e excludente.” (Entrevistada 02, apêndice B, p. 104)

A entrevistada demonstra que considerar a combinação dos métodos na gestão dos projetos viabilizaria alcançar resultados ainda mais significativos e, por consequência, garantir “que todo o esforço seja realmente enquadrado no espectro mais inclusivo e abrangente possível” (Entrevistada 02, apêndice B, p.105). Compreende-se, portanto, que a inclusão do pensamento sistêmico a métodos de construção participativa possibilitaria interpretar as causas, consequências e respostas à gentrificação com maior amplitude.

4.2.3 A pesquisa qualitativa – considerações finais

Os resultados obtidos nesta fase de coleta de informações se mostraram alinhados a diversos aspectos que já analisamos anteriormente, além de apresentar novas óticas sobre nosso objeto de estudo. Ambas entrevistas destacam os impactos gerais que também foram vistos na entrevista quantitativa, como as questões relacionadas diretamente ao preço das moradias e as questões de *displacement* - reforçando uma visão quase unânime sobre a inter-relação entre gentrificação e custo de vida. As entrevistas também convergem ao mencionarem o papel de instituições na mediação de conflitos em relação ao acesso à moradia - o que traz ainda mais destaque sobre a presença do problema e a necessidade de ser mitigado.

Quando a entrevista é direcionada para aspectos de gestão pública, ambas entrevistadas reconhecem a existência de alguns projetos, mas questionam a sua efetividade - ou porque não chegam a todos, ou porque não tratam o problema de forma prioritária; uma das entrevistadas avalia que a gentrificação é hoje um problema “sem travão e são as minorias que estão a sofrer com isso” (Entrevistada 01, apêndice B, p. 99). Para além dos impactos econômicos, outro tema de relevo se destacou: os impactos culturais e identitários que a gentrificação traz. Por um lado, perde-se a originalidade dos bairros enquanto parte da cultura portuguesa – como, por exemplo, em Alfama, onde pouco se vê da sua população característica desde a entrada desmedida de alojamentos locais na região. Por outro, uma entrevistada destaca a perda da cultura local com a diminuição de estabelecimentos comerciais tradicionais; esses que deram lugar à entrada de serviços homogeneizados e desconectados da personalidade da região.

Ao se discutir sobre os processos participativos como método de mitigar os impactos da gentrificação, pudemos verificar, a partir do olhar especialista de uma das entrevistadas, a necessidade de se ter uma visão sistêmica e complexa acerca do problema, que se traduz por olhá-lo por meio de diversos pontos de vista e considerar os impactos em inúmeras esferas. Para além das questões financeiras e identitárias, a primeira entrevistada mencionou os impactos da gentrificação na saúde da população - o que também foi verificado por Ana Isabel Ribeiro, quando afirma que “as mudanças na composição sociocultural dos bairros e a realocação forçada podem constituir uma fonte de stress e insegurança residencial”⁵¹. Esse olhar holístico em um projeto de DP coaduna com a premissa de inclusão equitativa dos cidadãos, considerando a heterogeneidade populacional de uma cidade como Lisboa. Em relação a isto, as entrevistadas destacaram a importância de ampliar a participação de todos aqueles que são impactados pela gentrificação na construção das soluções - jovens e idosos, nacionais e imigrantes - seja de forma direta, seja por meio de representação comunitária. A contribuição das entrevistas se associa, afinal, ao entendimento do design participativo como método que integra pessoas e processos de maneira efetiva para mitigar o fenômeno que atinge a capital portuguesa.

5. Conclusões finais

Compreender o uso do co-design na mitigação do processo de gentrificação foi o pilar central dessa tese. Situamos nossa pesquisa na cidade de Lisboa, que hoje vive o fenômeno de forma generalizada, mas que também debate a questão e, em alguma medida, se esforça na busca das soluções. Coube então a esta pesquisa entender se, e como, o uso das técnicas do design participativo poderiam vir a contribuir para contornar consequências que afligem, em maior ou menor grau, grande parte da população da capital portuguesa. Para o efeito, nos dedicamos a abordar a temática de uma maneira plurimetodológica, em que, desde a compreensão teórica até as entrevistas qualitativas, pudemos compreender o fenômeno da gentrificação e o conhecimento acerca dele de uma significativa amostra de respondentes.

A cidade de Lisboa, como já vimos, tem hoje sinais evidentes de esvaziamento identitário em inúmeros bairros e aumento constante do custo de moradia. Em uma das entrevistas realizadas, conhecemos a informação de que dos antigos 22 mil moradores

⁵¹ Retirado de <https://ispup.up.pt/projeto/hug-os-efeitos-na-saude-da-gentrificacao-da-relocalizacao-e-da-inseguranca-residencial-nas-cidades-um-estudo-multi-coorte-quase-experimental/>

originais do bairro da Alfama, hoje eles são menos de 1000 – suas casas deram lugar aos alojamentos locais. No que concerne ao que se paga para viver sob um teto, o cenário não é diferente, como se pode verificar nas diversas abordagens jornalísticas que se têm sido feitas que abordam a dificuldade que estudantes encontram para poder arrendar quartos não apenas na cidade de Lisboa, mas também em outros centros urbanos do país. São diversos os fatores que nos trazem a esta realidade, a turistificação e os interesses econômicos locais estão entre eles. Mas, nem sempre, esses sintomas aparecem de forma isolada e nem sempre são compostos, exclusivamente, por impactos negativos – a modernização das cidades e o aumento do turismo contribuem para a economia do país, por exemplo; a questão que restaria é saber qual o custo dessa modernização e como mitigar os efeitos da gentrificação.

Por meio de métodos mistos de pesquisa, compreendemos a relevância desse tema. Esse método nos possibilitou conhecer a história e a realidade atual deste fenômeno, bem como nos aproximou de estudos de caso que usaram o design participativo na busca pela redução do êxodo urbano e a manutenção das dinâmicas originais de determinadas regiões. Através de tudo o que já foi produzido academicamente, pudemos verificar a contemporaneidade do tema e a necessidade de se encontrar caminhos para o bom uso da cidade por meio de construções coletivas. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) traz o tema entre seus objetivos de desenvolvimento sustentável para esta década. De acordo com o documento, está entre as metas “incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil que sejam eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias”⁵². Essa resolução se dá conectada às diversas matizes da sustentabilidade, seja ela ambiental, financeira ou socioeconômica. E, não nos parece tão complexo encontrar a atmosfera ideal para alcançar esse lugar.

As pesquisas quantitativas demonstraram, por exemplo, que uma taxa de 96,7% das respostas ao questionário aplicado se mostram concordantes de que a comunidade deve interferir nos processos decisórios de sua cidade. A recuperação de estudos de caso – nacionais e internacionais, nos demonstraram algum êxito da aplicabilidade do design participativo nos processos inerentes à coletividade urbana. No estudo de caso “*We are neighbours*”, pudemos verificar como o uso de algumas ferramentas, entre elas entrevistas e *workshops*, pode contribuir para se ampliar os níveis de participação e coesão social. De acordo com uma das entrevistas, o cenário se confirma mais uma vez oportuno, já que “esses

⁵² Retirado de <https://unric.org/pt/objetivo-17-parcerias-para-a-implementacao-dos-objetivos/>

momentos participativos, alinhados aos instrumentos do design, podem facilitar a transmissão da informação com a preocupação que o design tem” (Entrevistada 02, apêndice B, p. 103). Por sua vez, o Relatório sobre tendências socioculturais de 2022⁵³, publicado pelo Trends & Culture Management Lab da Universidade de Lisboa, indica que há uma redistribuição hierárquica de papéis no contexto social. No que identifica como Macrotendência dos Sistemas Sustentáveis, os pesquisadores demonstram uma valorização equânime em relação aos papéis do indivíduo, das comunidades e das instituições formais (2022).

Nesse sentido, o design participativo, aplicado a partir do entendimento da coparticipação entre comunidades, poder público e iniciativa privada, existe para facilitar os processos de escuta e dinamizar a construção de projetos que buscam entregar soluções mais adequadas. Além disso, contribuir para os desenvolvimentos social, cultural e econômico de forma sustentável, mantendo as condições de qualidade de vida, identidade cultural e revitalização da cidade. Na tentativa constante de minimizar os impactos da gentrificação e, finalmente, fazer de Lisboa uma cidade de pessoas para pessoas.

6. Limitações

Uma das maiores limitações na execução deste documento foi abranger a cidade como um todo. Como já referimos, a gentrificação é um fenômeno complexo, em que identificar suas causas e consequências de forma isolada é, muitas vezes, impossível. Por isso, detivemo-nos a estudar o objeto correlacionado a fatores específicos, como a turistificação, o aumento nas rendas, o excesso de alojamentos locais e a perda de identidade cultural das comunidades. Contudo, compreendemos que outros diversos fatores estão ligados à gentrificação, como saúde pública, educação, desenvolvimento social e sustentabilidade.

No que diz respeito a aplicação do design participativo como metodologia, torna-se relevante citar que o método pode apresentar algumas limitações apesar das valias e contribuições que podem ser retiradas durante os percursos de aplicação. Spinuzzi (2005) refere exemplos práticos como a demanda de tempo, recursos e também a validação e engajamento das instituições públicas perante tais processos. Dinâmicas integrais de tal magnitude são, de fato, custosas, também razão deste estudo não apresentar um exercício de aplicação de suas propostas e concentrar seus esforços numa leitura de cenário que pôde captar diferentes vozes.

⁵³ Retirado de <http://creativecultures.lettras.ulisboa.pt/index.php/gtc-trends2022/#1e80b716bde20c18c>

7. Contribuições

A presente dissertação foi capaz de contribuir para o entendimento do contexto da gentrificação em Lisboa e a aplicabilidade do design participativo como estratégia de combate aos seus efeitos. Isso se deu a partir do cruzamento de autores clássicos e contemporâneos, pesquisas quantitativas e qualitativas, além de estudos de caso que reforçam a eficiência do método. Esse discurso polifônico ajuda, assim, na construção de um entendimento acerca da necessidade de se pensar as cidades de forma colaborativa e democrática.

A investigação nos possibilitou ainda apresentar pontes entre o design participativo e outras disciplinas, como o *system thinking*, que convergem para a ampliação da qualidade dos resultados. Além disso, a realização das entrevistas por questionário nos desperta otimismo quanto à adesão da população às dinâmicas colaborativas, uma vez que os entrevistados apresentaram conhecimento do problema e crença no método aqui estudado.

Por fim, nos parece importante destacar este estudo como um convite para discussões de temáticas participativas que incluam métodos do DP para se pensar a cidade e suas problemáticas.

8. Sugestões

Com este estudo, validamos o potencial e a aceitabilidade do co-design como método nos processos de reordenamento urbano por meio de diferentes tipos de pesquisa. A partir disso, sugerimos a aplicação da sua metodologia, a fim de agregar valor às dinâmicas colaborativas já existentes e contribuir para a criação de novas ações nesta categoria.

Nossa pesquisa pôde mostrar que, embora acreditem nos processos participativos, muitos respondentes desconhecem canais de comunicação institucionais dos seus bairros. Isso nos leva a chamar a atenção para que a aplicação se preocupe em tornar os processos mais inclusivos e atrativos. A partir da infinidade de ferramentas existentes, sugere-se: *workshops*, *coolhunting*, guias de *quick response* (QR codes), entrevistas, palestras, *focus groups* e ações direcionadas para as redes sociais. Essas escolhas se dão pela crença de que somente a partir de um aparato heterogêneo de abordagens, poderemos incluir e engajar no processo uma população diversa e complexa como a de Lisboa.

9. Bibliografia

- Águas, Sofia. Do design ao co-design: Uma oportunidade de design participativo na transformação do espaço público. *On the w@terfront*, 2012, Núm. 22, p. 57-70, <https://raco.cat/index.php/Waterfront/article/view/252044>.
- Alves, S., & Branco, R. (2015). Affordable housing and urban regeneration in Portugal: a troubled trust? - Paper presented at ENHR - European Network for Housing Research Conference 2015, Lisboa.
- Arnstein, S. R. (1969). A Ladder Of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Atkinson, R. (2004). The evidence on the impact of gentrification: new lessons for the urban renaissance?. *European Journal of Housing Policy*, 4(1), 107-131.
- B.-N.Sanders, E. (2002). From user-centered to participatory design approaches. *Design and the Social Sciences*, 1–8. <https://doi.org/10.1201/9780203301302.ch1>
- Best, K. (2006). *Design Management: Managing Design Strategy, Process and Implementation (Required Reading Range)* (1st ed.). AVA Publishing.
- Binder, T., Brandt, E., & Gregory, J. (2008). Design participation(-s). *CoDesign*, 4(1), 1–3. <https://doi.org/10.1080/15710880801905807>
- Brenner, N., & Schmid, C. (2015). Towards a new epistemology of the urban? *City*, 19(2–3), 151–182. <https://doi.org/10.1080/13604813.2015.1014712>
- Cocola-Gant, A; Gago, A; & Jover, J (2020). Tourism, gentrification and neighbourhood change: an analytical framework. Reflections from Southern European cities. In Jeroen Oskam (Ed). *The Overtourism Debate. NIMBY, Nuisance, Commodification*. Bingley: Emerald. p. 121-135.
- Creighton, J. L. (2005). *The Public Participation Handbook: Making Better Decisions Through Citizen Involvement* (1st ed.). Jossey-Bass.

- Dawadi, S., Shrestha, S., & Giri, R. A. (2021). Mixed-Methods Research: A Discussion on its Types, Challenges, and Criticisms. *Journal of Practical Studies in Education*, 2(2), 25–36. <https://doi.org/10.46809/jpse.v2i2.20>
- de Mozota, B. B., & Kim, B. Y. (2009). Managing Design as a Core Competency: Lessons from Korea. *Design Management Review*, 20(2), 66–76. <https://doi.org/10.1111/j.1948-7169.2009.00009.x>
- Debord, G. (1967). *A Sociedade do Espetáculo*. Tradução: Afonso Monteiro e Francisco Alves. Lisboa, Portugal: Antígona Editores.
- Falanga, R. (2019). Participatory Design: Participatory Urban Management. *Encyclopedia of the UN Sustainable Development Goals*, 1–9. https://doi.org/10.1007/978-3-319-71061-7_7-1
- Falanga, R., & Lüchmann, L. H. H. (2019). Participatory budgets in Brazil and Portugal: comparing patterns of dissemination. *Policy Studies*, 41(6), 603–622. <https://doi.org/10.1080/01442872.2019.1577373>
- Fontana, I. M., Heemann, A., Ferreira, M. G. G. Design colaborativo: fatores críticos para o sucesso do co-design. In *Anais do 4o Congresso Sulamericano de Design de Interação*. São Paulo, 2012. p. 371-382
- From user-centered to participatory design approaches. (2002). *Design and the Social Sciences*, 18–25. <https://doi.org/10.1201/9780203301302-8>
- Gehl, J., & Rogers, L. R. (2010). *Cities for People* (Illustrated). Island Press.
- Grier W. George, Grier Eunice S. 1978. “Urban Displacement: A Reconnaissance.” In *Back to the City: Issues in Neighborhood Renovation*, edited by Spain D., Laska S. B., 252–68. New York: Pergamon Press.

- Johnson, R. B., & Onwuegbuzie, A. J. (2004). Mixed Methods Research: A Research Paradigm Whose Time Has Come. *Educational Researcher*, 33(7), 14–26. <https://doi.org/10.3102/0013189x033007014>
- Laplantine, F. (2012). *Aprender Antropologia*. Tradução: Marie-Agnès Chauvel. São Paulo, Brasil: Brasiliense
- London, Bruce and John Palen (1984). *Gentrification, Displacement and Neighborhood Revitalization*. (Albany, N.Y: State University Press of New York).
- Mendes, L. (2016) – “Medidas e propostas de combate e mitigação de efeitos da turistificação e da gentrificação turística na cidade de Lisboa”, Debate Quem vai poder morar em Lisboa? Da gentrificação e do turismo à subida no preço da habitação: causas, consequências e propostas. *Trienal de Arquitectura de Lisboa*, Lisboa.
- Mendes, L. (2017). Gentrificação turística em Lisboa: neoliberalismo, financeirização e urbanismo austeritário em tempos de pós-crise capitalista 2008-2009. *Cadernos Metrópole*, 19(39), 479–512. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3906>
- Nordiska Afrikainstitutet & Nordiska Afrikainstitutet. (2014). *Participative Design for Urban Housing*. Nordiska Afrikainstitutet.
- Sanders, E. B. N., & Stappers, P. J. (2008). Co-creation and the new landscapes of design. *CoDesign*, 4(1), 5–18. <https://doi.org/10.1080/15710880701875068>
- Schäfer, P., & Braun, N. (2016). Misuse through short-term rentals on the Berlin housing market. *International Journal of Housing Markets and Analysis*, 9(2), 287–311. <https://doi.org/10.1108/ijhma-05-2015-0023>
- Shaw, K. (2008). Gentrification: What It Is, Why It Is, and What Can Be Done about It. *Geography Compass*, 2(5), 1697–1728. <https://doi.org/10.1111/j.1749-8198.2008.00156.x>

- Sheppard, S. (2012). Why Is Gentrification a Problem? In Williams College. Retirado de: web.williams.edu/Economics/ArtsEcon/library/pdfs/WhyIsGentrificationAProbREFOR M M.pdf
- Simonsen, J., & Robertson, T. (2013b). Participatory Design: An introduction. In Simonsen, J., & Robertson, T. (Eds.) *Routledge International Handbook of Participatory Design* (pp. 1-17). Routledge.
- Smith, N. (1982). Gentrification and Uneven Development. *Economic Geography*, 58(2), 139. <https://doi.org/10.2307/143793>
- Solá-Morales, Manuel de. (2001). Espaços Públicos e Espaços Coletivos In *Os Centros das Metrôpoles: Reflexões e Propostas para a Cidade Democrática*. São Paulo: Terceiro Nome.
- Spinuzzi, C. (2005). The methodology of participatory design. *Technical Communication Quarterly*, 52, 163–174.
- Stein, E. J., Everling, M. T., Dias, M. R. L. C., Sobral, J. E. C., & Morgnestern, E. C. (2021). O design participativo em tempos de atividades remotas: Adaptação ao serviço educacional Escola_Casa. *DAT Journal*, 6(4), 255–278. <https://doi.org/10.29147/datjournal.v6i4.504>
- Thurber, A., Christiano, J. (2019). Confronting gentrification: Can creative interventions help people keep more than just their homes? *Engaged Scholar Journal*, 5(2), 95-115.
- Üblacker, J. (2017). Participatory Intervention, Urban Development, and Gentrification: The Example of the “We are Neighbours” Project. In. M. Smagacz-Poziemska (Ed.) *Re-Imagining the City: Municipality and Urbanity Today from a Sociological Perspective* (pp. 285-300). Kraków, Poland: Jagiellonian University Press
- Wolff, F. (2010). *Sistemática de Avaliação da gestão de Design em Empresas* (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

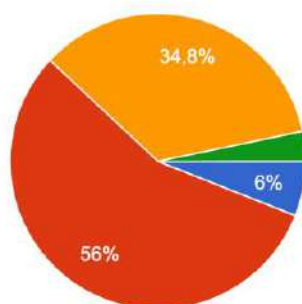
10. Apêndices

A. A pesquisa quantitativa

• Parte 1

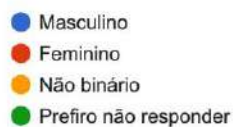
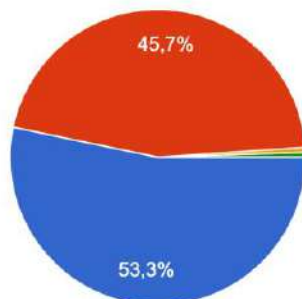
Qual é a sua idade?

184 respostas



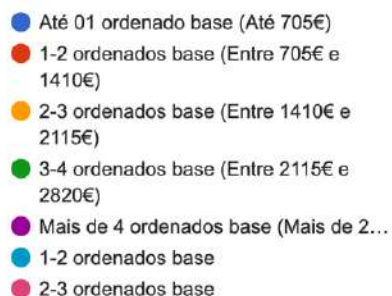
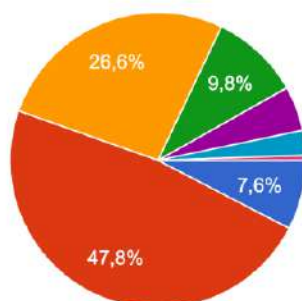
Com qual gênero você se identifica?

184 respostas



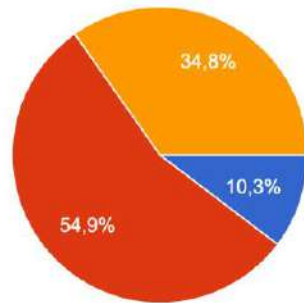
Qual é o seu rendimento mensal?

184 respostas



Indique a sua naturalidade.

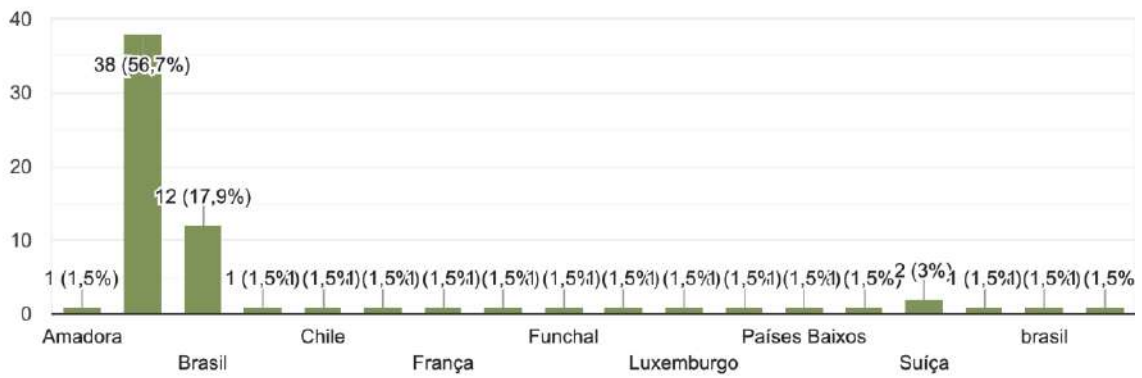
184 respostas



- Natural da mesma freguesia onde reside atualmente
- Natural de outra freguesia ou município.
- Natural de um país estrangeiro (Indique qual)*

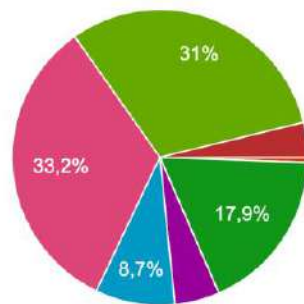
Se natural de outro país, indique qual.

67 respostas



Qual o nível de escolaridade mais alto que você completou?

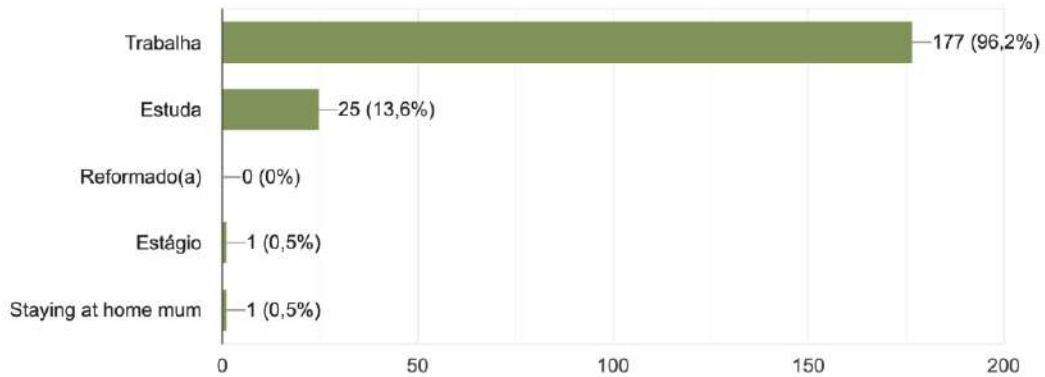
184 respostas



- Ensino Básico 1º ciclo
- Ensino Básico 2º ciclo
- Ensino básico 3º ciclo
- Ensino Secundário
- Curso Técnico Superior Profissional
- Bacharelato
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento

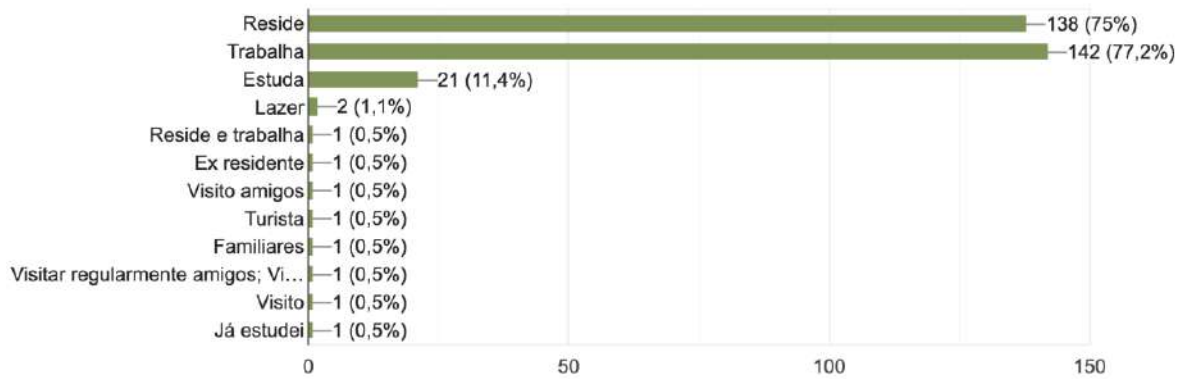
Qual a sua ocupação?

184 respostas



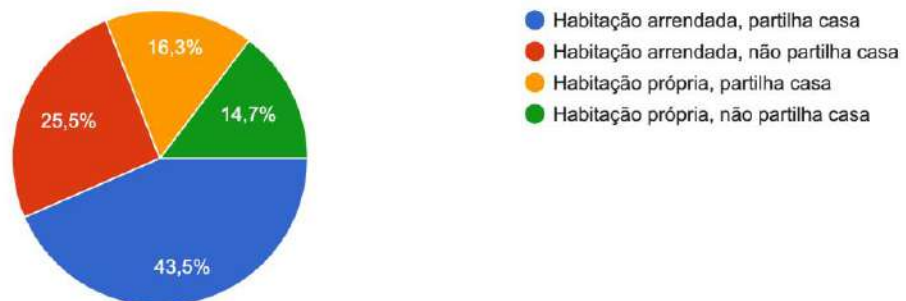
Qual a sua relação com a cidade de Lisboa?

184 respostas



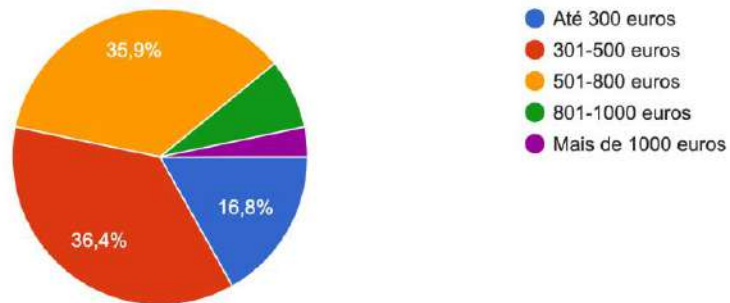
Como você vive?

184 respostas



Qual é o seu custo médio com despesas de arrendamento/financiamento mensalmente?

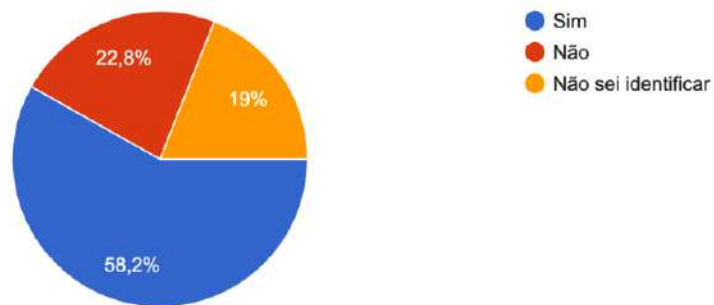
184 respostas



• Parte 2

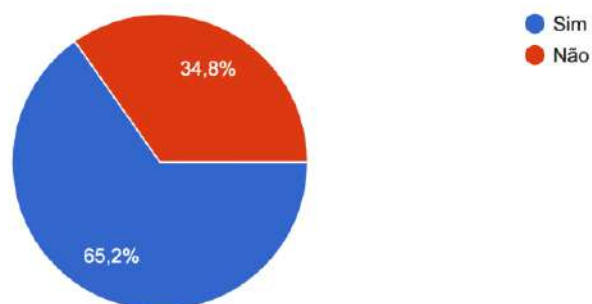
Você já percebeu em seu bairro um fluxo constante de saídas de moradores antigos e chegada de moradores novos por conta da reforma de prédios...ou mesmo por construções de novas habitações?

184 respostas



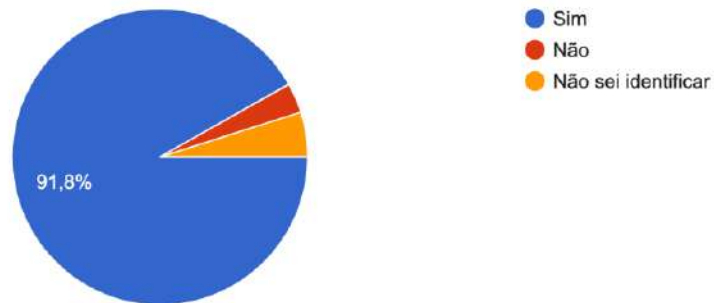
Leia a seguinte frase: "A gentrificação é vista como um processo de desenvolvimento urbano no qual um bairro ou parte de uma cidade se desenvolv...vos". Você já conhecia o termo Gentrificação?

184 respostas



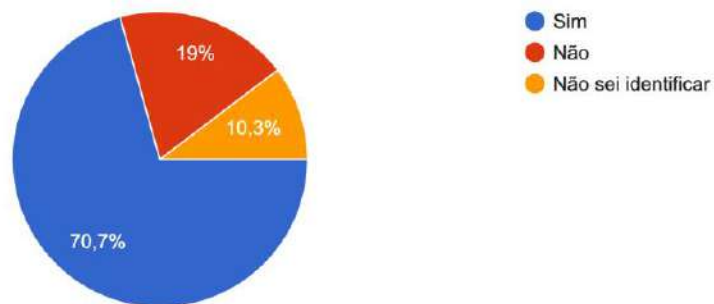
Você acredita que Lisboa passa por processos de gentrificação?

184 respostas



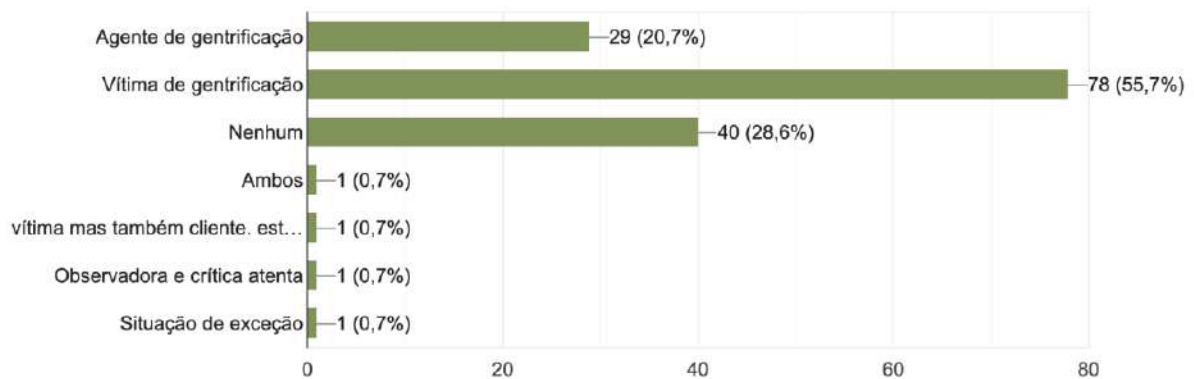
Você acredita que a zona em que vive é impactada pelos processos de gentrificação?

184 respostas



Se respondeu SIM à pergunta anterior, como você se vê nesse contexto?

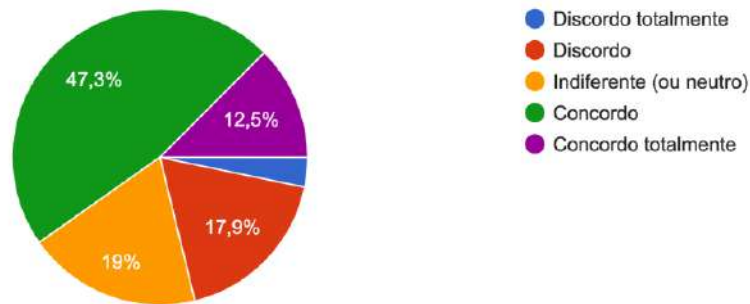
140 respostas



- **Parte 3**

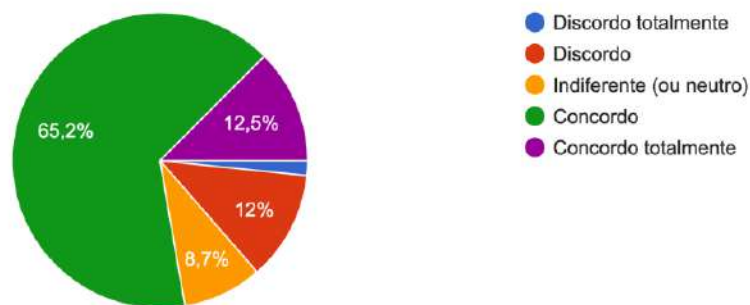
Reformas urbanas (novas ruas, remodelação de espaços públicos, estações de metro) são fatores ligados aos processos de gentrificação.

184 respostas



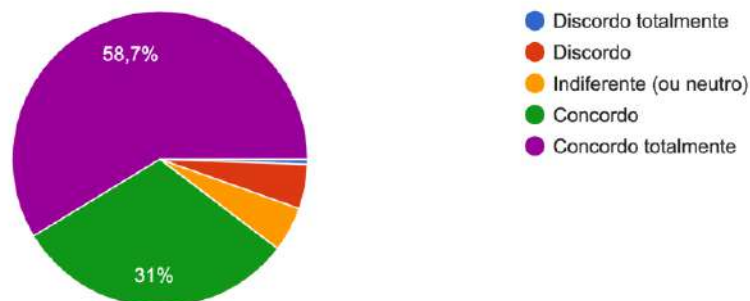
A instalação de novas construções comerciais e empresariais em zonas residenciais são fatores ligados aos processos de gentrificação.

184 respostas



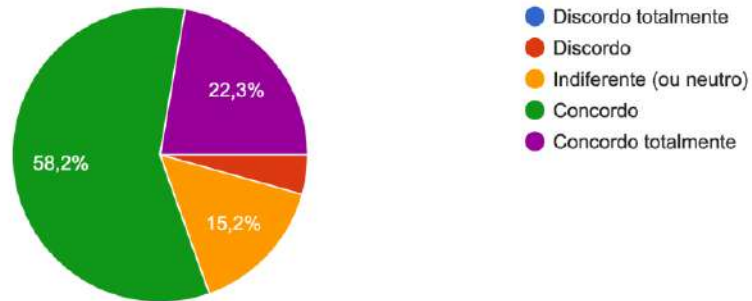
O crescimento do número de Alojamentos Locais (Airbnb, Booking, etc.) na cidade de Lisboa é um fator ligado aos processos de gentrificação.

184 respostas



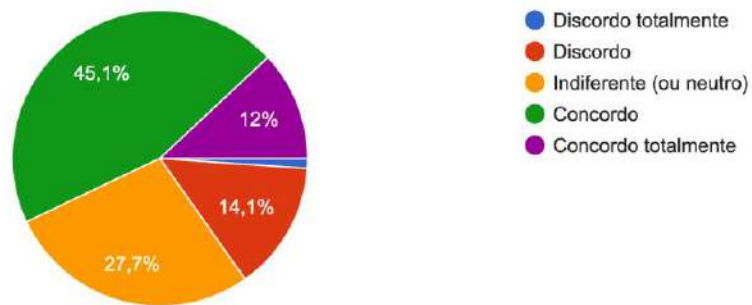
O aumento ou diminuição expressivo na população de um bairro está ligado aos processos de gentrificação.

184 respostas



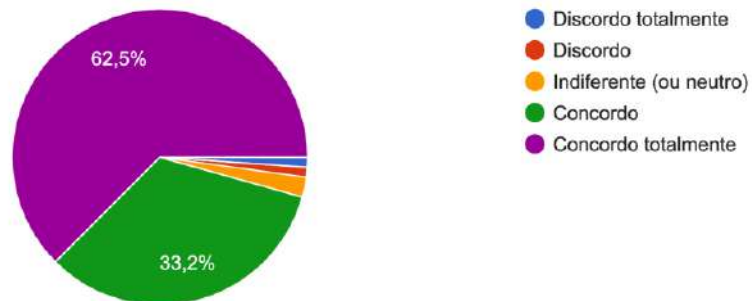
Os índices de violência e/ou segurança são impactados pelos processos de gentrificação.

184 respostas



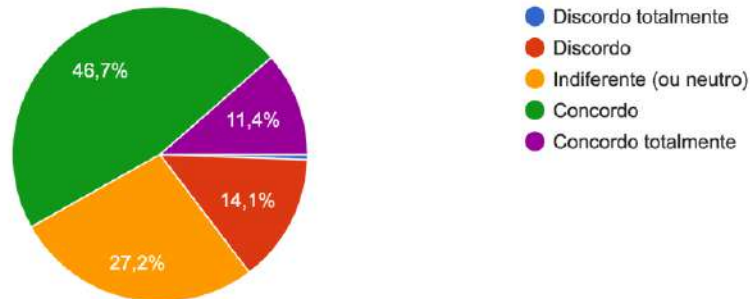
A variação nos preços de habitação na cidade de Lisboa estão ligados a processos de gentrificação.

184 respostas



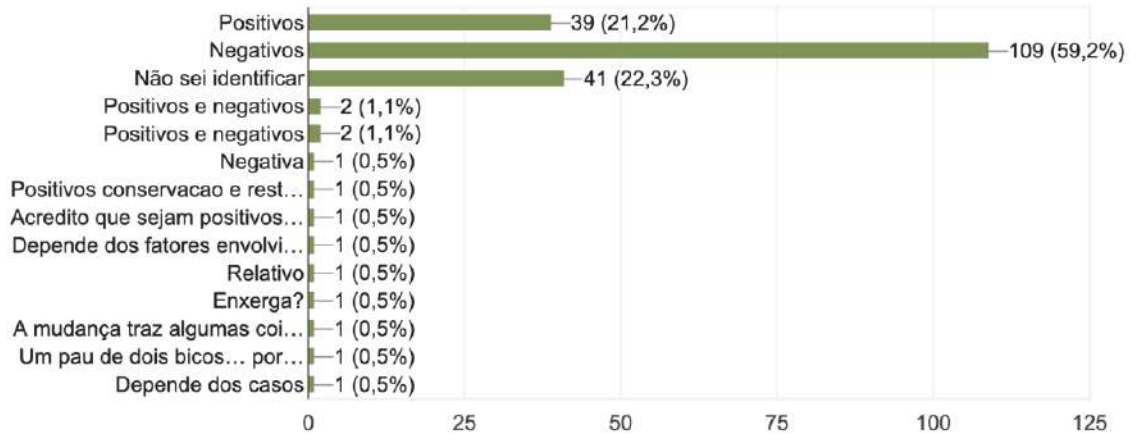
Processos de mudança ambiental (poluição, arborização, etc.) estão relacionados a processos de gentrificação.

184 respostas



Como você enxerga os processos de gentrificação?

184 respostas



Se desejar, comente a sua resposta anterior.

22 respostas

Tem um lado muito negativo para os habitantes mas vale lembrar que o processo de atualização de um bairro está diretamente ligado a gentrificação

Nas perguntas em que eu selecionei 'discordo' eu quis dizer 'não necessariamente'. Melhorias qualitativas do espaço público não necessariamente levam à gentrificação, só levam a ela em combinação com uma política de habitação liberal. Essa última é a causa fundamental do problema na minha opinião.

Os bairros e as cidades são vivos, assim como o corpo humano - que muda com o passar dos anos e mostra características diferentes, umas melhores e outras piores - as cidades também se transformam e mudam à medida que os tempos avançam, para melhor ou pior...

Percebo a palavra com uma conotação negativa necessariamente, e maioritariamente ligada à ocupação desigual, desproporcional ou não natural de um espaço. Se não for negativo, chama-se de revitalização, manutenção ou desenvolvimento urbano por si só. Gentrificação envolve choque cultural, imposição e expulsão direta ou indireta da população local em prol da entrada de uma comunidade nova e estrangeira - normalmente com mais poder econômico.

Existe uma dualidade do positivo pelo aumento na segurança, revitalização de espaços, novos estabelecimentos comerciais, melhoria na infraestrutura. Mas negativos quando os preços dos imóveis aumentam de forma predatória expulsando aqueles que ali vivem há muitos anos.

A gentrificação, por si só, não seria um problema se existissem programas para proteger a população de um local, como garantia do valor das rendas, assegurar um quociente de casas para arrendamentos de longa duração com valores pertinentes ao salário médio do país/da cidade e outras ações que evitassem a expulsão de uma população do seu local por não ter mais condições financeiras para ali estar. Infelizmente, estas ações não existem em volume suficiente em Lisboa, portanto, nos moldes atuais, a gentrificação é uma mudança negativa na cidade.

O aumento do custo de vida em uma determinada região e a elitização do espaço força a saída de pessoas para as periferias, fazendo mais uma vez com que aqueles com menor poder aquisitivo (muitas vezes naturais de determinadas regiões) tenham que se afastar destes centros por força maior.

Em alguma medida, os processos de gentrificação não são totalmente positivos, parece-me. É fato que ajudam a melhorar a relação das pessoas com a cidade, mas por vezes esse processo desencadeia uma maior especulação imobiliária, afastando novamente as pessoas desses espaços. Portanto parece-me um conceito ambivalente.

Apesar de ter pontos negativos e eu ser vítima da gentrificação. Acredito que o processo de gentrificação, devido ao investimento estrangeiro (turismo ou habitação) tem pontos muito positivos como o desenvolvimento de uma grande indústria em Portugal.

Encaro a gentrificação como um processo complexo que, associando-se a uma requalificação tendencialmente positiva dos espaços urbanos, tende também a excluir a população local da equação, colocando muitas vezes em causa o direito à habitação.

Para além de vulnerabilizar as pessoas muito se descaracteriza nas zonas afetadas pela gentrificação

Trazem impacto favorável na requalificação dos bairros de uma forma geral, mas promovem igualmente muita descaracterização dos espaços e uma forma de vivência mais distante e pouco cívica

A gentrificação tem prós (maior desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida em uma região, causado pela melhoria da infraestrutura e das residências) e contras (inflacionamento de preços e "êxodo" de parte da população para bairros mais distantes e com menor qualidade de vida, contribuindo também para a desigualdade social e aumento dos índices de violência)

A renovação de cidades é sempre positiva se não teríamos bairros fantasmas como a baixa de Lisboa. É preciso é criar bolhas de arrendamento a baixo custo para atrair todo o tipo de moradores. Caso contrário teremos uma Lisboa que só é habitável pelos muito ricos ou estrangeiros em busca do visto gold.

Os processos de gentrificação têm aspectos positivos, a melhoria/evolução da paisagem urbana, desenvolvimento económico, etc, e outros aspectos negativos, como a desvalorização humana decruem vive em locais com menos acesso económico e que é obrigado a mudar de local de residência, entre outros factores que contribuem para uma descaracterização cascarras urbanas

A evolução da cidade no que diz respeito a novos serviços e melhorias de espaços públicos é positiva. O aumento exacerbado dos preços que daí resulta é extremamente negativo.

Há bastante pontos positivos neste processo, mas os negativos se calhar são mais impactantes para a população da zona

Acredito que não há um processo simples de ser definido como negativo ou positivo. Há de se estudar caso a caso. Existe, claramente, um processo de gentrificação em Lisboa, entretanto, esta aceleração do desenvolvimento da cidade não teria ocorrido, ou seria muito vezes mais lenta, se dependesse de um processo natural de desenvolvimento.

Na minha visão, o processo de gentrificação é consequência "natural" de um conjunto de eventos económicos, políticos, culturais, condições ambientais, etc. É inevitável. Porém, dependendo da intensidade dessa gentrificação, ela pode ser muito negativa. No caso dos grandes centros urbanos, por exemplo, há uma gentrificação intensa, segregativa e a longo prazo, insustentável.

Tambem tem os seus lados positivos

O processo de gentrificação é positivo a nível das melhoras realizadas em áreas urbanas mas negativas no que toca a pontos chaves como a poluição e também os preços inflacionados das casas e do arrendamento das mesmas.

Péssimo. Os bairros perdem a sua tipicidade. As populações perdem qualidade de vida e são expulsas por não terem como acompanhar os valores cobrados pela habitação.

• Parte 4

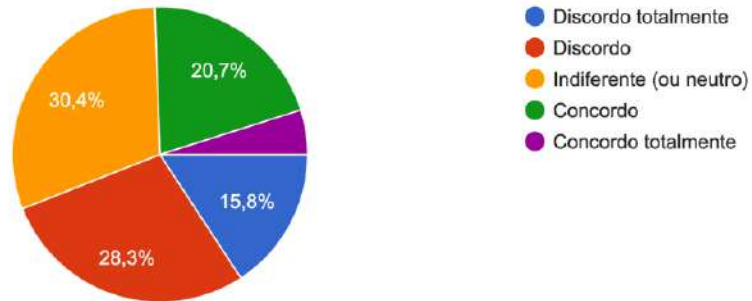
A comunidade local também deve participar das decisões que impactam o seu bairro e/ou sua cidade.

184 respostas



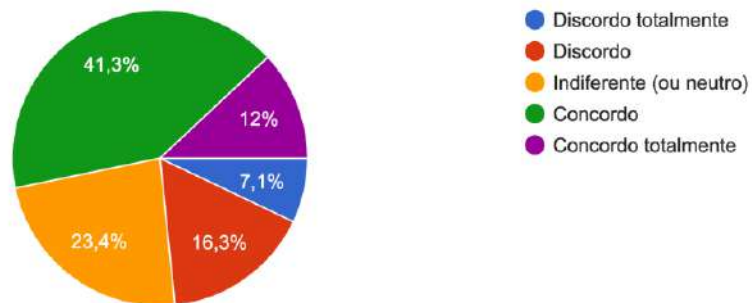
No bairro em que vivo existem canais de comunicação que estimulam a participação da comunidade nos processos de decisão.

184 respostas



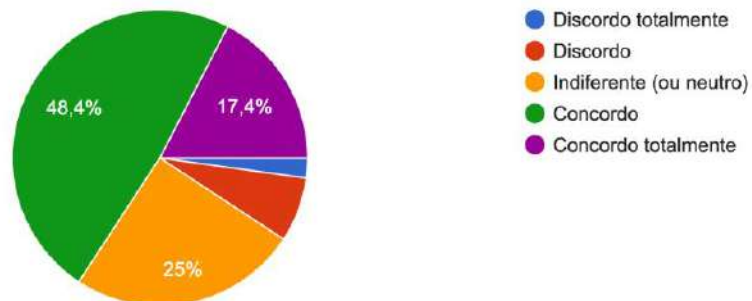
Eu procuro (ou procuraria) a Junta de Freguesia da zona em que vivo para participar de processos de consulta pública.

184 respostas



Processos de decisão partilhada e ouvidorias são efetivos para a melhoria da região em que vivo.

184 respostas



Se desejar, deixe o seu comentário relativamente a alguma questão aqui abordada.

8 respostas

Juntas de freguesia ou qualquer iniciativa oficial (pública ou privada) é um grande meio de ação, mas nunca o único. As organizações sociais diretamente criadas pela população deveriam ter o mesmo peso que essas.

Vivo em Cascais e trabalho em Lisboa / Alcântara numa escola internacional em construção e que certamente impactará o bairro.

Nunca soube de nenhuma consulta pública, portanto a pergunta nem se aplica.

a freguesia de Benfica conta com uma aplicação para sugestões e reclamações dos moradores

Somente funciona quando existe um olhar e ação constantes

O que é uma ouvidoria?

Os Orçamentos Participativos deveriam ser alargados e reforçados financeiramente.

A JF de Carnide tem uma revista que eu acho muito positiva. Para além disso é uma JF que está muito próxima das comunidades. A actual JF onde habito (Alvalade) está muito mais desligada das pessoas.

A relação completa de respostas individuais encontra-se disponível em https://docs.google.com/spreadsheets/d/13QBnEJuAdDvcFTG4h_EHrH8liX4GDjByVV25snTbVc0/edit?usp=sharing.

B. A pesquisa qualitativa

- **Entrevistada 01**

- **Como conhecedora da região, como você percebe a gentrificação e os seus impactos em Lisboa ao longo dos últimos anos?**

A gentrificação em Lisboa é muito acentuada. Há uns anos, foi o seu boom, agora estamos a apanhar os cacós. Os números são horríveis, de 22 mil pessoas em Alfama por exemplo, hoje são menos de 1000 (900). O processo é muito duro porque, em Lisboa, há quem tenha vivido sempre na mesma casa, sempre no mesmo lugar e ver-se obrigado a sair acarreta traumas grandes. E nem sempre são decisões próprias, são a isso o que torna tudo ainda pior. Lisboa está à venda, neste momento. E não é para os portugueses.

- **Como você vê a gestão dos processos de combate à gentrificação na capital portuguesa?**

A Câmara Municipal não parece muito interessada em travar o caso. Tanto que permite que fundos de investimento comprem quarteirões inteiros. As leis dão todo o poder aos senhorios e, neste momento, o objetivo é atrair capital. As pessoas, muitas vezes, ou agem sozinhas ou com a ajuda de associações mas pouco ou nada podem fazer. Existem os projetos de habitação social, cujas candidaturas demoram tempo e não chegam a todos. Infelizmente, a cidade está completamente sem travão e são as minorias que estão a sofrer com isso.

- **Caso haja algum ponto que você gostaria de acrescentar em relação a temática abordada, por favor, use este espaço.**

É importante ressaltar que, no caso de Lisboa, não são apenas as pessoas mais velhas a passar por estes processos atualmente. Há famílias novas, pessoas singulares que se ficam impedidas de continuar nas casas onde vivem devido ao aumento acentuado das rendas. É toda a população que está a ser afetada e nota-se já bastante na vida dos bairros mais tradicionais, que deixaram de ter aquela típica receptividade portuguesa para serem apenas dormitórios de turistas.

- **Entrevistada 02**

- **Como você vê a gentrificação na cidade de Lisboa?**

Eu vejo como uma coisa ruim, se é que tem uma versão boa, completamente. Aqui, em Lisboa, está mais para o ruim. Ela veio de um movimento do governo, em 2012, do AIMouraria, que começou a checar o centro de Lisboa, os imóveis que estavam abandonados, mas que eram ainda habitáveis. Pressionaram os donos dos imóveis para que reformasse, ou eles iriam perder suas propriedades. Como essas pessoas tinham contratos vitalícios, esses proprietários não fizeram as reformas que o governo obrigava; eles recebem até hoje, em muitos casos, 50 euros por mês dessas famílias que moram lá. Famílias que, muitas vezes, são pessoas reformadas, idosos, imigrantes e, quando expulsos, não têm para onde ir, afastando-se, cada vez mais, da cidade. O que acontece é que o Estado, ao invés de tomar e reformar esses imóveis e repassá-los para a população, não compram e vendem para o capital estrangeiro. Por isso que, franceses, holandeses, chineses e ingleses dominam, na sua maioria, o mercado imobiliário. Portanto, não tem como um movimento desses ser bom. Você visita bairros que têm essa influência mais forte e você quase não vê o português. Você vê lojas de cerâmica, de produtos *bio* que não correspondem com o poder econômico local - sendo muitos caros e, muitas vezes, sequer tendo atendimento em português. As tasquinhas vão sendo engolidas por cafés *hipsters* e *coworkings*. É assim que eu vejo a gentrificação de Lisboa. Muitos despejos, o tempo todo. Sei que há uma defesa de muitos movimentos com esses imóveis desde 2012. Sei que há uma defesa de muitos movimentos com esses imóveis desde 2012. Muitos deles estavam realmente vazios, não houve expulsão e era mesmo especulação imobiliária. Quando você fica com um imóvel fechado por muito ano, depois de muitos anos, ele está valendo muito mais. Só que isso torna a cidade, uma cidade fantasma - não fazendo dela uma cidade para pessoas.

- **Como você percebe a gestão dos processos de combate à gentrificação na cidade?**

A gestão dos processos é ruim (...) o governo não comprando esses imóveis e não retornando para a sociedade. Também vindo do governo, estão sendo lançados cada vez mais projetos para habitação social - comprando que você gasta mais do que 30% (se não me engano) da sua renda e, se comprova isso, o Estado subsidia parte do seu aluguel. Há alguns projetos de

ajuda para estudantes, recentes e que ocorreram há cerca de 3 anos atrás. No caso dos estudantes, fala-se também sobre os migrantes internos, jovens do interior que não conseguem arcar com vir para Lisboa, dificultando ainda mais a questão da habitação. Eu, também, participo muito de associações políticas (não partidárias) de protestos, abaixo-assinados, movimentos de vigília e de discussões públicas e muitas vezes são dinamizados com o apoio dessas associações culturais e criativas de Lisboa, tais como o RDA, O Anjos 70, Zona Franca, são alguns dos exemplos dessas associações. Não só, existem movimentos para combater o movimento contra o despejo. É interessante perceber como, em Lisboa, esses grupos de pessoas - algo muito vivo na cidade - unem-se à tentativa de combater a gentrificação de forma indireta. A gentrificação não está escrita nas placas e não está, muitas vezes, assumida; mas, quando falamos de habitações para pessoas, cidade para pessoas, justiça alimentar, acessibilidade e diversidade, estamos falando em recuperar elementos da cultura local que acabam se perdendo quando esse movimento de gentrificação acontece.

- **Como você vislumbra o design participativo como metodologia na resolução de problemas de maior amplitude?**

Eu não conhecia exatamente o termo do Design Participativo. Mas, também, o design tem muitos temas para várias coisas (risos) e ele está no mesmo *cluster* do *design thinking*, do *system thinking* e do *transformative design*. É sobre adotar o design para gerar e entender ferramentas, criando métodos que façam essa participação gerar ideias de valor. Já passamos da ideia de entender o design somente como gerador de produtos, *layouts*, *templates*. Hoje ele é muito mais instrumental para gestão intelectual, também por meio de *problem solving*, *multidisciplinary design*, *research design* e *UX design* - resultado de um espaço que o design foi tomando com o tempo. Acho importante dar este passo para trás para contextualizar. Então, tudo que vem dessa reafirmação do uso do design, incluindo o design participativo, eu acho muito, muito poderoso. Sem dúvida, seria uma ferramenta muito interessante, principalmente no cenário que estamos analisando agora - para a gestão da gentrificação. Tudo isso porque você precisa de métodos que garantam a participação e a inclusão ativa de diversos grupos ao mesmo tempo. Essa é a ideia da participação. Cruzar pontos de vista, que também estão no design thinking. Quanto mais você abre possibilidades de ideação, mais rico é o seu resultado final porque você vai ter testado muitas coisas, prototipado muitas coisas, feito mais perguntas, questionado mais. Claro, existe uma hora que precisamos filtrar e focar. A participação tem que fazer um *wrap-up* para chegarmos em algum ponto e não ficarmos

divergentes. É muito importante adotarmos métodos como o design participativo em situações que envolvem a cidade e as dinâmicas sociais a fim de que possamos garantir que o princípio dessa atividade reconheça e valorize a multiplicidade e a diversidade de visões. Quando você assume isso também num nível científico, você garante que mesmo se chegar num nível hierárquico onde a pessoa tem uma mente fechada ou mais tradicional, ou é excludente, preconceituoso, nós temos uma ferramenta para chegar nessa hierarquia e falar: “não, está comprovado. É assim que temos que fazer e é assim que as principais cidades tem se renovado e vamos fazer dessa maneira.” É um movimento que eu acredito muito. Outro ponto importante é: confiar no método. Isso é uma coisa que na With Company, empresa em que trabalhei, a gente lutava muito por “se a gente estuda muito e entende um método ou prática e confia no mesmo, siga-o e prenda-se menos ao resultado final. Foque mais no processo.”

- **Tendo em consideração os impactos da gentrificação em Lisboa, como você vislumbra o design participativo como metodologia na minimização de alguns desses impactos?**

Falando concretamente de cidades, quando temos uma abordagem como o design participativo, você tem as pessoas que já moravam aqui antes, você tem as pessoas que estão chegando agora, turistas, estudantes, muitas combinações diferentes morando no mesmo lugar. Você tem órgãos do governo, empresas, projetos, cooperações, fundos, etc. Tudo isso, pensando junto. É muito difícil sair uma ideia que não reconheça a visão de muita gente diferente para ser validada e para ser posta em prática. Portanto, conseguimos garantir dessa forma que as soluções das ideias que nascem através do design participativo sejam mais inclusivas, representativas e diversas porque elas representam e englobam grupos de realidades diferentes. Além de tudo, há uma curva de aprendizagem por si só pelo fato desses representantes e esses grupos estarem se encontrando regularmente, oficialmente, para participar no design da cidade e tratarem de temas como a gentrificação. Isso já vai criar um impacto muito grande na sociedade a nível de conscientização, de *awareness* sobre o tema, sobre as dinâmicas. Isso é educar a população e dar ferramentas para que a população participe ativamente. Você tem que informar, educar. Um processo como esse, que vai fazer isso em todas as etapas, e não só no fim quando chegamos num lugar e faz alguma campanha, ação. Dando exemplos aqui em Lisboa, desses diversos grupos que eu acho que deveriam estar representados aqui, eu falaria: primeiro, os idosos (tradicionalistas e portugueses),

comunidades estrangeiras e imigrantes, que são mais tradicionais na região como nepaleses, diversos locais da África, ex-colônias, etc. Depois, temos os estudantes que dividem-se entre dois *targets*: estudantes portugueses e estrangeiros. Falando também dos estrangeiros, temos, também os *expats*, que são imigrantes de países desenvolvidos. Imigrantes, esses, da Noruega, Suíça, Inglaterra, França e Estados Unidos para continuar recebendo os seus salários, tendo um poder econômico completamente diferente do resto de todos que falei até agora. E, assim, precisam ter mais responsabilidade e noção do impacto que causam, precisando, também, estarem mais incluídos. Todas as juntas de freguesia, organizações do governo, não só de Lisboa, a freguesia como um todo e suas diferentes áreas e, também o governo nacional. Aqui em Portugal, há muitas associações e cooperativas que deveriam também estar incluídas. Essas, associações que tratam de habitações e causas sociais, culturais. Tem muitas. Com isso, teríamos um bom *mix* da cidade para “colocar para conversar.”. Sobre o que? Sobre Lisboa e coisas concretas que poderiam ser feitas como por exemplo, o uso de *workshops* para ideação e para definição de ideias (essas que podem ser divididas por temáticas como as de mobilidade, habitação, questões financeiras, e outros tipos de representação). Cada encontro tem um foco para combater. Trazer, também, políticas que existem para que sejam revisadas e para que esclareçam a burocracia local - o que atrapalha muito que as pessoas entendam e exijam os seus direitos, que muitas vezes nem sabem quais são. Ao contrário de métodos tradicionais que nem sempre visam informar num “desenho menor”, esses momentos participativos, alinhados aos instrumentos do design, podem facilitar a transmissão da informação com a preocupação que o design tem, sendo esse um dos objetivos do design: facilitar o aprendizado, a interação, a integração de todos que entram em contato com a experiência e com a mensagem que você está passando.

- **O que você acha que deve ser feito para que a comunidade participe e mobilize-se em relação à temas como esses?**

É um pouco de tudo isso que falei. As iniciativas precisam acontecer mais e de forma mais assumida, principalmente pelos órgãos de gestão da cidade, pelo governo, pois assim conseguimos ter discursos institucionalizados que vão vencer todas as barreiras e preconceitos de todos stakeholders que convidariam para trabalhar junto. É importante que os líderes estejam inclusos, “assinem embaixo”, e sejam os principais difusores dessa informação e dessa experiência que visa-se gerar. Também acho que é importante pensar em coisas concretas que a sociedade vai ganhar com tais encontros. Desde remunerações ou

apoios para que tais grupos passem informações para outros grupos, etc. Por exemplo, se alguma cooperativa trabalhista fizer parte do processo, o projeto deve vislumbrar dar ferramentas para que, também, os participantes passem a informação para as suas próprias comunidades. Isso, às vezes, simplesmente, ter uma ata muito bem organizada que eles possam passar a informação através de reuniões, facilitando algumas coisas. Ter *gift bags* para que eles participem. Diversas línguas que essas comunicações devem ser dadas - eu vejo só em português e deve ter mais já que o objetivo é ter uma difusão social maior. Isso eu não vejo acontecendo aqui. Devem-se ainda explorar novos meios como *brand activation*, matérias impressas, meios digitais, anúncios móveis pelo país e pela cidade, convidando as pessoas a participar. Outros exemplos incluem montar estruturas *pop-up* pela cidade, tais como *food trucks*, com palestras no meio de uma praça. Cada semana num bairro, conversando com pessoas. Interferências mais locais e que parassem as pessoas dentro das rotinas normais de circulação pela cidade. Eles fazem, Portugal tem isso. O modelo mental em Portugal é que é um país socialista. Fala-se do poder da voz, existe na teoria muito forte. Mas, na hora de participar, falta. Quando feito por outras comunidades, podemos aumentar e ver um crescimento no senso de responsabilidade de todos para que façam parte disso.

- **Caso haja algum ponto que você gostaria de acrescentar em relação a temática abordada, por favor, use este espaço.**

Uma outra ferramenta para além do DP, uma ferramenta que eu considero importante considerar seria o *system thinking*. Nada mais que uma nova área do design que se preocupa em mapear muito bem todas essas relações entre cada *stakeholder* e olha para esse contexto de uma maneira mais ampla do que estamos acostumados. Ou seja, o pensamento sistêmico, junto do design participativo, formaria ferramentas que garantiriam que o escopo, o contexto fosse realmente considerado. É muito fácil cairmos em viés, ficando dentro da nossa própria bolha, ainda que tenhamos a melhor das intenções com o design participativo. Se não olharmos de modo sistêmico e não entendermos o que isso quer dizer, a gente pode acabar caindo em restrições e não incluindo todas as pessoas desse contexto. Ao invés de considerar só a cidade de Lisboa, seria considerar, por exemplo, chegar à sustentabilidade, seria considerar todos os fornecedores de energia de Portugal (falando desse exemplo que tem se falado muito durante a guerra). Por exemplo, como esses afetam o bairro de Arroios? O bairro de Arroios depende muito do elétrico que funciona com a energia elétrica e que não vem de fontes renováveis. Assim, o preço do elétrico aumenta, impacta o dia-a-dia dos

moradores locais e afeta a cultura do bairro, tornando-o mais gentrificado e excludente. Então, é isso. E, também, apontar as relações entre cada stakeholders. Será que um dá e outro tira? Será que quando um cresce o outro cresce também? Será que quando um fica caro, o outro fica barato ou caro também? Como é cada relação dessas e como deveria ser cada uma dessas? Você pode colocar números por trás dessas relações, cálculos. Ou simplesmente, o exercício de desenhar esse mapa e de desenhar essas ligações mais ou menos como faríamos num *mindmap*, mas de forma mais profunda e entendendo o crescimento ou diminuição, o favorecimento ou o desfavorecimento que estão envolvidas nessas relações entre cada pontinho desse mapa, já pode ser valioso para garantir que todo o esforço seja realmente enquadrado no espectro mais inclusivo e abrangente possível. Acho que seria uma ferramenta que poderia somar muito!